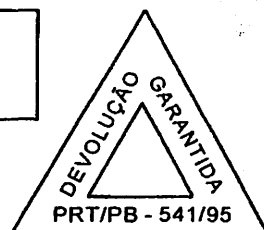


PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



Boletim ADUFPB-JP

Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Nº 46 - Janeiro de 1997

Abono garantido

Mesmo quem pediu 45 dias tem direito ao benefício

Os professores que optaram pelo pedido de 45 dias de férias não perderam o direito a cobrar judicialmente o abono pecuniário. Esta avaliação é da Diretoria da ADUFPB-JP, com base na avaliação de sua Assessoria Jurídica. A orientação da entidade a seus filiados é de gozarem apenas 30 dias e conseguir uma

declaração com seus departamentos de que trabalham o restante. Nos próximos dias, os advogados entrarão com uma ação para tentar conseguir o abono, mesmo depois da confusão gerada pela SRH em não indeferir formalmente as solicitações dos chefes de departamento.

Página 3

Veja quem da PB vota a favor da reeleição

A maioria dos representantes da bancada paraibana no Congresso está apoiando a proposta de reeleição para presidente da república, com o objetivo de reconduzir Fernando Henrique Cardoso ao Palácio do Planalto. O governador José Maranhão está empenhado

pessoalmente nesta tarefa. Até mesmo o deputado José Aldemir, que afirmou que iria votar contra a proposta na Comissão Especial que estuda o assunto, modificou seu voto no último momento. Veja abaixo um painel sobre a posição de cada parlamentar.

■ **A favor:** Adauto Pereira(PFL), Alvaro Gaudêncio(PFL), Armando Abílio(PMDB), Efraim Moraes(PFL), Ricardo Rique(PMDB), Roberto Paulino (PMDB), José Aldemir (PMDB), Ney Suassuna (PMDB), Ronaldo Cunha Lima (PMDB) e Humberto Lucena (PMDB)

■ **Contra:** Enivaldo Ribeiro(PPB) e Wilson Braga(PDT)

■ **A favor para os próximos presidentes:** Gilvan Freire

■ **Não quis responder:** José Luiz Clerot

Preparativos finais do Congresso da ANDES

Página 4

SEDE Social

A sede social da ADUFPB-JP está oferecendo mais uma opção de lazer para seus associados. A partir de agora, todos os sábados das 12 às 18h00, terá música ao vivo com Valtinho do acordeon, Artur do violino e seus amigos.

Na abertura desta nova programação, duas atrações especiais que estiveram na sede, dando uma "canja". A primeira foi o humorista Nairon Barreto, o Zé Paraíba, e a segunda o músico e cantor Pinto do acordeon.

Também participaram da festa Josemar do violão, Antonio da Gaita e Jangada na Bateria. O bar e a piscina estiveram abertos durante todo tempo, atendendo aos presentes com tira-gostos variados e bebidas.

Boletim

ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT
 Centro de Vivência - UFPB
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970
 João Pessoa/PB
 Fone: (083) 224-3801
 Fax: (083) 224-8375

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva

Presidente:

José Jonas Duarte da Costa

Vice-presidente:

Evanizão Roque de Arruda Jr.

Secretária Geral:

Mônica Nóbrega Corteletti

Tesoureiro:

Tadeu Antônio de Azevedo Melo

Diretor de Política Sindical:

Simone Elisabeth Duarte Coutinho

Diretor de Política Social:

Lenilma Bento de Araújo Menezes

Diretor de Política

Educacional e Científica:

Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor Cultural:

Antonio Luiz de Albuquerque Gomes

Diretor de Imprensa e

Divulgação:

Derval Golzio

Suplente de Secretária:

Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

Suplente de Tesouraria:

Maria das Graças Nóbrega de

Almeida

EDIÇÃO

Jornalista Responsável:

Fred Oliveira - MTB/PB 956

Diagramação e Edit. Eletrônica:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -
 Mangabeira I - CEP 58055-620

João Pessoa - PB

Fone: (083) 982-3484/ 231-3945

Fone/Fax: (083) 231-1703

O despeito com economistas e médicos

José Alfredo A. Leite
 Professor de Economia da UFPB

As divergências entre alguns dos principais economistas brasileiros, quanto a medidas de política econômica adotadas no presente e no passado, recentemente apresentadas no Caderno Mais! da Folha de São Paulo, tem servido de motivo para que muitos dos meus colegas de universidade e outros profissionais de nível superior aproveitem o ensejo para revelar o ressentimento e o despreparo que têm com relação à ciência econômica.

Apontam as diferenças de interpretação de fatos econômicos entre economistas assim como as falhas ou os efeitos colaterais indesejáveis da política econômica como indicadores da incompetência da ciência ou como evidência do despreparo dos profissionais da economia. Parece-me incrível que tais pessoas se disponham e se arriquem a criticar uma ciência ou profissão que desconhecem, utilizando argumentos que se aplicam a qualquer profissão ou ciência. Senão, vejamos.

Existe, porventura, consenso entre os contadores sobre a forma de se calcularem os lucros ou de se reduzirem os custos das empresas? Na teoria, sim existe, mas, na prática da aplicação dos métodos contábeis em cada empresa, os contadores divergem, discutem, falham, levando algumas empresas ao sucesso e outras à falência. O mesmo raciocínio se aplica ao administradores. Há teorias e métodos conhecidos de se fazerem administração financeira, marketing, produção, compras e vendas, métodos esses que orientam a profissão, sendo ensinados e aprendidos nas universidades. Mas, na prática, os administradores divergem nas interpretações dos problemas administrativos de cada empresa bem como sobre as suas soluções, levando também muitas empresas ao sucesso ou ao insucesso. Mas, por que ninguém detrata dos contadores e administradores, como fazem com os economistas. Por que? É o que me proponho responder.

Os mesmos problemas de divergências de interpretações de fatos científicos ou de diferenças e falhas de soluções existem em todas as ciências. A medicina, juntamente com economia, é outra vítima da maledicência. Usam-se as diferenças de diagnóstico, as falhas de prognóstico

e a existência de tantos remédios aplicáveis ao mesmo mal, como sinal de insegurança da ciência e de incompetência da profissão, esquecendo-se de que, em medicina também, a validade das teorias e dos conhecimentos não pode ser confundida com as falhas do tratamento, pois a falta de cura pode resultar tanto da ineficiência individual do médico ou da inadequação das condições de tratamento quanto da malignidade da própria doença. E por que existem tantas críticas indevidas e mal intencionadas? Vejamos, porque.

A economia, como a medicina, envolve problemas do cotidiano de cada um, de modo que as pessoas tendem a enxergar a ciência pelo ângulo dos seus problemas pessoais. O salário baixo, as dívidas a pagar, os desejos insatisfeitos de consumo levam as pessoas a atribuir aos economistas as causas dos seus problemas da mesma forma que a crise de enxaqueca, a dor de coluna persistente ou a morte do parente querido levam outros a culparem a medicina e os médicos pelos problemas de saúde não resolvidos. E quanto mais os amigos dos críticos parecem ricos ou saudáveis, mais sofrem os economistas e médicos com os ressentimentos dos invejosos.

Além disso, há outra causa comum às críticas assacadas contra a economia e a medicina. É que, devido à influência que essas ciências exercem no cotidiano de cada um, as pessoas sentem-se desejosas de aprender os acervos dos seus conhecimentos teóricos com base nas notícias de jornais e artigos de comentaristas leigos, no caso da economia, ou, partir da aprendizagem de mezinhas charlatãs ou da leitura das bulas de remédio, no caso da medicina. Tendo absorvido esse conhecimento elementar, acham que tem percepção suficiente do assunto para criticar os profissionais de cada área e a tomar decisões próprias de diagnóstico e tratamento dos problemas médicos pessoais ou econômicos do país.

Desnecessário dizer, para finalizar, que aprender uma ciência complexa e bem fundamentada, como são todas as ciências hoje em dia, exige esforço metódico e intenso que não termina sequer nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, mas que perdura por toda a vida de um profissional sério e bem intencionado - que não pode ser criticado por qualquer leigo afoito, a qualquer pretexto.

ABONO PECUNIÁRIO

Docentes que pediram 45 dias também terão direito

Os professores que pediram 45 dias de férias não perderão o direito ao abono pecuniário. A Diretoria da ADUF está orientando seus filiados que fizeram esta opção a gozarem apenas 30 e solicitarem uma declaração de seus departamentos de que os 15 dias restantes foram trabalhados.

Segundo a Assessoria Jurídica da ADUF, a opção pelos 45 dias de férias não representa a perda do direito ao abono pecuniário. Para quem manteve o pedido de 30 dias de férias e do abono as possibilidades de conseguir o benefício judicialmente estão na mesma proporção.

A avaliação da assessoria jurídica de que o direito ao abono é "bom" deve-se ao fato da medida provisória que determina a proibição já foi várias vezes reeditada, perdendo o prazo legal para ser regulamentada na forma de lei.

Os docentes e departamentos que mantiveram o pedido do abono e que ainda não receberam uma negativa oficial, deverão encaminhar esta solicitação diretamente à Superintendência

de Recursos Humanos da UFPB. Com este documento, a Assessoria Jurídica da ADUF entrará na justiça cobrando o benefício.

A orientação de gozar apenas 30 dias e tentar conseguir o abono judicialmente também foi dada pelo superintendente de recursos humanos da UFPB, José Arimatéa de Menezes. Ele garante que a maioria dos servidores e funcionários que pediram 45 e 30 dias de férias, respectivamente, foram atendidos.

José Arimatéa disse que a negativa aos pedidos de abono pecuniário aconteceu porque o Ministério da Administração está seguindo o que determina a medida provisória 1.480/96, que suspende o pagamento do benefício. Outro entrave à sua liberação é o fato dos computadores do SIAPE, sistema de controle de pagamentos do Governo Federal, estarem programados para negar qualquer pedido.

Ele revelou que muitos departamentos e docentes, individualmente, solicitaram a SRH que



modificassem a opção dos 30 para 45 dias, diante da possibilidade de negativa dos pedidos. "Para realizar esta mudança pedi aos chefes que me enviassem a solicitação por escrito e assinada".

Nos próximos dias, a Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP entrará com uma ação para tentar conseguir o abono para os professores.

A AD de Campina Grande também tomou esta iniciativa e a Justiça Federal está pedindo informações sobre o assunto à SRH.



Boletim extra

A ADUFPB-JP estará publicando um boletim extraordinário na próxima semana, enfocando a situação atual de todos os processos judiciais movidos pela Entidade, em prol dos sindicalizados.

PARA ENTENDER O CASO

A falta da negativa formal, por parte da SRH/UFPB, das solicitações de férias (30 dias, juntamente com os 15 dias de abono) solicitadas pelos departamentos, deu vazão a uma série de desencontros para o encaminhamento da Ação Judicial por parte da assessoria da entidade. A direção da ADUF entende que, ao invés de telefonemas para os chefes de Departamento tentando responsabilizar a entidade pelos transtornos sobre férias e abono pecuniário, o Superintendente de Recursos Humanos, José Arimatéa

deveria ter negado formalmente os pedidos.

Com o indeferimento formal das solicitações dos 30 dias de férias e 15 de abono pecuniário, a assessoria jurídica poderia ter entrado com ação judicial e, a exemplo do que aconteceu com os professores de Goiás, ter assegurado este direito na Justiça.

José Arimatéa responsabilizou as ADs de João Pessoa e Campina Grande pelos transtornos acerca das férias e abono. A diretoria da ADUFPB/JP entende que agiu corretamente e ainda não entende porque as solicitações não foram negadas formalmente, como deveria ter acontecido.

Preparativos para Congresso da ANDES estão em fase final

Quase toda estrutura para a realização do XVI Congresso da ANDES em João Pessoa, já está definida. Os locais escolhidos foram o Teatro Paulo Pontes, no Espaço Cultural e o Campus da UFPB. Segundo a Comissão Organizadora local, cerca de 150 delegados já se inscreveram, de todo o país. O evento acontecerá entre os dias 25 de fevereiro e 02 de março.

Uma das iniciativas já tomadas pela Comissão Organizadora foi a realização de 2 audiências com a Diretoria da PBtur, em busca de apoio da estatal para o evento. A empresa comprometeu-se a fazer gestões junto à presidência do Espaço Cultural para reduzir o preço da pauta do Teatro Paulo Pontes. A PBtur também

garantiu a divulgação do Congresso em mídia nacional, através de uma das maiores revistas semanais.

Até a próxima semana, será definida a empresa que ficará responsável pela confecção das bolsas para os congressistas. A marca do evento, escolhida pela direção da ANDES, também já foi criada pelo designer Pedro Osmar.

Para os delegados de outros Estados, a agência de turismo Arco-Iris Turismo se encarregará de reservar vagas nos hotéis da cidade, bastando um contato das outras AD's para que isto aconteça.

A previsão do número de delegados da Comissão Organizadora é de que entre 400 e 450 pessoas virão à Paraíba no final de fevereiro.



Marca do Congresso

O designer Pedro Osmar produziu a marca tendo como base a imagem de folhas, árvores e tronco, sugerindo firmeza e força de princípios.

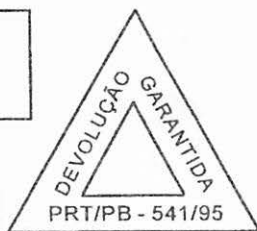
CRONOGRAMA

25/02 - 3ª feira	26/02 - 4ª feira	27/02 - 5ª feira	28/02 - 6ª feira	01/02 - Sábado	02/02-Domingo
08h00 às 20h00 Credenciamento 09h00 às 12h00 SEMINÁRIO	09h00 às 12h00 PLENÁRIA INICIAL	09h00 às 12h00 GRUPO MISTO TEMA II	LIVRE	09h00 às 12h00 PLENÁRIA TEMA II	09h00 às 12h00 PLENÁRIA TEMA III
14h00 às 17h00 PAINEL	14h00 às 17h00 GRUPO MISTO TEMA I	14h00 às 17h00 GRUPO MISTO TEMA II	13h00 às 16h00 GRUPO MISTO TEMA III	14h00 às 16h00 GRUPO MISTO TEMA II	14h00 às 17h00 Encerramento
20h00 PLENÁRIA DE ABERTURA 21h00 PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	18h00 às 21h00 GRUPO MISTO TEMA II	CONFRATERNI- ZAÇÃO	18h00 às 21h00 PLENÁRIA DO TEMA I	LIVRE	

Seminário: Formação Profissional
 PAINEL: Globalização, Privatização e Sociedade
 Tema I: Movimento Docente e Conjuntura
 Tema II: Políticas Públicas
 Tema III: Questões Organizativas e Financeiras

Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



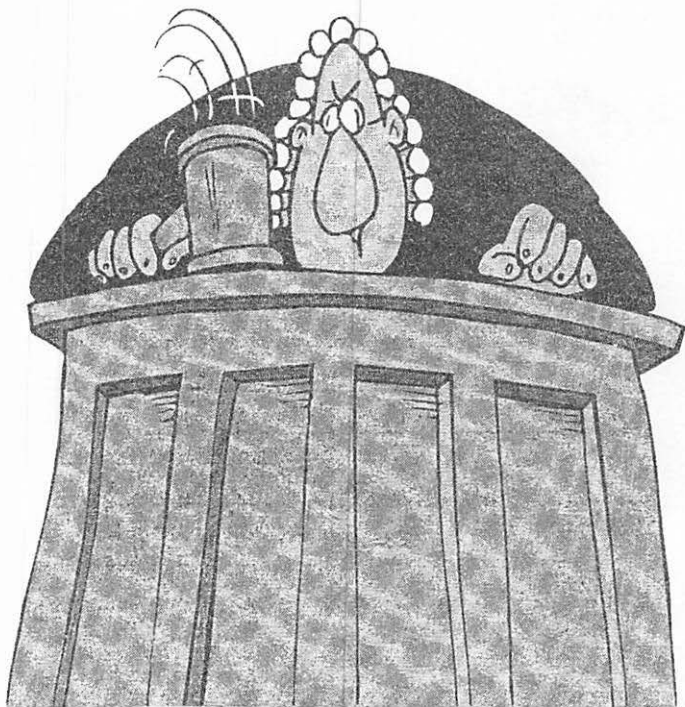
Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Nº 47 - Janeiro de 1997

Sem previsão o julgamento dos 28,87% no Supremo

Não existe previsão de quando o Supremo Tribunal Federal julgará o recurso de 11 servidores federais, pedindo a implantação do reajuste de 28%, concedido aos servidores militares, em 93. Enquanto o STF não julgar, o Governo Federal não divulgará o índice de reajuste que ele quer repassar para seus funcionários. Se a sentença for favorável à categoria, provavelmente não haverá mais aumento.

Uma decisão em favor dos servidores significaria a criação de uma jurisprudência que poderá ser utilizada por todos os servidores ou seus sindicatos na tentativa de incorporação do reajuste. O aumento que o Governo estuda para a categoria está entre 5% e 9%.

Enquanto isto, a Confederação Nacional das Entidades dos Servidores Federais protocolou, no dia 20 de dezembro, a pauta de reivindicações da categoria no Ministério da Administração e Reforma do Estado. O documento pede um reajuste de 65,64%, para resolver as perdas salariais acumuladas entre janeiro de 95 e janeiro deste ano.



Veja os processos ajuizados pela ANDES e ADUFPB-JP nas páginas 3 e 4

Boletim

ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT
 Centro de Vivência - UFPB
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970
 João Pessoa/PB
 Fone: (083) 224-3801
 Fax: (083) 224-8375

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva

Presidente:

José Jonas Duarte da Costa

Vice-presidente:

Evanízio Roque de Arruda Jr.

Secretária Geral:

Mônica Nóbrega Corteletti

Tesoureiro:

Tadeu Antônio de Azevedo Melo

Diretor de Política Sindical:
 Simone Elisabeth Duarte Coutinho

Diretor de Política Social:

Lenilma Bento de Araújo Menezes

Diretor de Política

Educacional e Científica:

Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor Cultural:

Antonio Luiz de Albuquerque Gomes

Diretor de Imprensa e

Divulgação:

Derval Golzio

Suplente de Secretaria:

Vanda Régis de Menezes

Suplente de Tesouraria:

Maria das Graças Nóbrega de

Almeida

EDIÇÃO

Jornalista Responsável:

Fred Oliveira - MTB/PB 956

Diagramação e Edit. Eletrônica:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -
 Mangabeira I - CEP 58055-620

João Pessoa - PB

Fone: (083) 982-3484/ 231-3945

Fone/Fax: (083) 231-1703

Ações jurídicas

Preocupados com o acompanhamento das questões jurídicas, apresentamos, neste Boletim, um balanço com os informes de todas as questões em trâmite, ajuizadas pela ADUFPB-JP ou pela ANDES-SN.

É importante observar que na medida em que o movimento sindical decaiu, em termos de mobilização, a nível nacional e local, em paralelo com a ofensiva governamental em retirar direitos trabalhistas, processou-se um aumento na demanda jurídica. Antes lutávamos judicialmente apenas para recuperar algumas perdas salariais; agora, além dessa frente, o sindicato desenvolve batalhas judiciais trabalhistas, institucional e previdenciária. Além disso, a conhecida morosidade do nosso poder judiciário faz acumular processos e mais processos que, acompanhados de um vocabulário muito específico das ciências jurídicas e do vai-e-vem das diversas instâncias e instrumentos jurídicos, criam uma complexa malha, dificultando, para o associado, sua compreensão.

A expectativa criada no seio da categoria docente, frente às questões jurídicas em andamento, é um sintoma da nossa fragilidade política. Claro está que o arrocho salarial a que estamos submetidos e a tentativa de desmonte da universidade pública e gratuita são frutos de uma vontade política de grupos dominantes nacionais aliados a interesses espúrios à vontade nacional. Há, também, uma clara pressão do poder executivo federal (que vem abusando do arbítrio para governar) sobre o judiciário, para que este último se curve à política econômica e educacional de caráter privatizante em vigor.

Neste momento, qualquer vitória jurídica não deixa de ter conteúdo político. Para isso, estamos buscando, juntamente com nossa assessoria jurídica, melhorar o atendimento aos nossos filiados e informar com maior precisão o andamento das questões jurídicas. No entanto, não alimentamos ilusões sobre a possibilidade de derrotarmos esta política governamental apenas no campo jurídico. Sabemos que só uma forte, ampla e consciente mobilização política pode fazer frente a esta ofensiva.

A Diretoria

Relatório dos Processos ajuizados pela ANDES e ADUFPB-JP

Isonomia militares - 28,87%

PROCESSO N. 94.00555-5 - (Isonomia militares - 28,87%) - Ação ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal da Paraíba, visando a incorporação do percentual de 28,87% concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação e seus reflexos. O processo foi contestado. Em seguida, nos foi concedido prazo para impugnar a contesta-

ção. Feita a impugnação, os autos foram julgados, tendo sido julgado improcedente o processo. Interpusemos apelação para o Tribunal Regional Federal 5ª Região (Recife-PE), a qual foi rejeitada. Interpusemos Recursos Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, entretanto o TRF da 5ª Região negou seguimento ao Recurso. Interpusemos Agravo de Instrumento para o Supremo Tribunal Federal, a fim de que o Recurso Extraordinário seja conhecido. Aguardamos a remessa do Agravo para o STF para posterior julgamento.

Plano Collor - 84,32%

PROCESSO N. 1155/91 - 4ª J.C.J. - (Plano Collor - 84,32%) - Em fase de execução. O processo encontra-se na 4ª J.C.J., com a execução suspensa face o julgamento da Ação

Rescisória (ROAR - 105.570/94.0), que anulou o julgamento principal.

Os cálculos já foram apresentados em 10.06.94. A Assessoria Jurídica em Brasília inter-

pôs recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, o qual foi obstado pelo TST.

O andamento da execução dependerá do julgamento final da Ação Rescisória.

FGTS - Diferenças

PROCESSO N. 95.4372-6 - (FGTS - diferenças) - Ação ordinária ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal, cobrando diferenças de FGTS decorrentes da não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas. O juiz da 1ª Vara Federal determinou a suspensão do processo até o julgamento do processo N.95.1859-4, que é uma ação civil pública com o mesmo objeto do processo em destaque, ajuizada pela Procuradoria da República no Estado da Paraíba, cujos efeitos se estenderão a todos os trabalhadores. A ação civil pública já foi julgada pelo juízo de primeira instância, que reconheceu o direito pretendido nesta ação e determinou que a CEF procedesse o crédito de percentuais nas contas vinculadas do FGTS existentes no Estado da Paraíba. Esta decisão depende de novo julgamento pelo TRF da 5ª Região.

Plano Bresser - 26,06%

PROCESSO N. 974/91 - 1ª J.C.J. - (Plano Bresser - 26,06%) - Em fase de execução, já tendo sido enviado o devido precatório. A UFPB entrou com uma ação rescisória perante o TRT da 13ª Região e paralelamente, com uma medida cautelar inominada, requerendo a suspensão da execução até o julgamento final da rescisória. O juiz Paulo Montenegro Pires, do TRT, concedeu liminar na medida cautelar tentada e determinou a suspensão da execução do feito. Entramos com um agravo regimental contra o ato do juiz, o qual foi rejeitado pelo pleno do Tribunal. A ação rescisória foi julgada pelo pleno do Tribunal, tendo havido sustentação oral da Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP, no entanto, perdemos por 3 votos contra e 2 a favor. Interpusemos o devido recurso ordinário para o TST, do qual aguardamos julgamento.

Relatório dos Processos ajuizados pela ANDES e ADUFPB-JP

Isonomia militares - 28,87%

PROCESSO N. 94.0006193-5 - (Isonomia militares - 28,87%) - Ação ordinária ajuizada perante 2ª Vara da Justiça Federal, visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação. O juiz da 2ª Vara neste Estado julgou improcedente o pedido. Encontra-se pendente o julgamento da apelação interposta junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife.

URP - Abril e maio/88 16,19%

PROCESSO N. 2630/91 - 1ª J.C.J. - (URP - abril e maio/88 - 16,19%) - Em fase de execução, através de carta de sentença. Os autos do agravo de instrumento que se encontrava pendente, já retornaram à 1ª Junta. Estamos aguardando o envio do Precatório.

Desconto previdenciário dos aposentados

PROCESSO N. 96.7755-0 (Desconto previdenciário dos aposentados) - Mandado de segurança coletivo, impetrado com a mesma finalidade que o processo anterior. Foi concedida uma liminar pelo juiz da 2ª Vara Federal deste Estado que, entretanto, foi sustada por determinação do Presidente do Tribunal Regional da 5ª Região. Aguardamos o julgamento do mérito desta demanda, pela concessão da segurança pleiteada.

Caderno de Textos

Já encontra-se a disposição de todos os filiados, na sede da ADUFPB-JP, o Caderno de Textos para o XVI Congresso da ANDES-SN. Ele foi publicado para facilitar os trabalhos de preparação e discussão dos temas a serem abordados no evento. Além de contribuições da Diretoria da ANDES-SN, ele também apresenta textos das seções sindicais e de sindicalizados.

Desconto previdenciário dos aposentados

PROCESSO N. 96.6922-0 - (Desconto previdenciário dos aposentados) - Mandado de segurança coletivo, impetrado com a finalidade de suspender a cobrança do desconto previdenciário sobre os proventos dos aposentados. Processo já foi julgado pelo juiz da 3ª Vara Federal deste Estado, concedendo a segurança pleiteada. A decisão proferida está sujeita ao reexame pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Contribuição para o INSS

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP desistiu de entrar com uma ação para tentar reduzir a contribuição previdenciária de 12% para 6% dos filiados. A justificativa é que o Supremo Tribunal Federal já declarou a legalidade do aumento e esta jurisprudência já está sendo utilizada pelos tribunais regionais, como o TRF da 5ª Região, que já negou o pedido em vários processos.

Glossário

Agravo Regimental - Recurso Judicial contra ato injusto cometido por um membro do Tribunal, visando a revisão judicial do despacho proferido por este. Será recebido pelo juiz prolator do despacho, que poderá reconsiderá-lo ou colocar o agravo à apreciação do colegiado que compõe.

Precatório - Ofício expedido pelo juiz, requisitando o pagamento da dívida ao executivo, na execução das pessoas jurídicas de direito público.

Carta de Sentença - Meio utilizado para se proceder a execução provisória de uma decisão, através do qual são extraídas peças xerocopiadas dos autos principais. A carta de sentença é utilizada, em razão da decisão executada estar sendo impugnada mediante recurso recebido com efeito devolutivo.

Agravo de Instrumento - Remédio jurídico utilizado para dar seguimento a outro recurso, cuja interposição foi negada. É recebido pelo juiz que proferiu o despacho denegatório, o qual enviará o agravo para a instância superior. Prazo de interposição: 8 dias após a ciência do indeferimento do recurso.

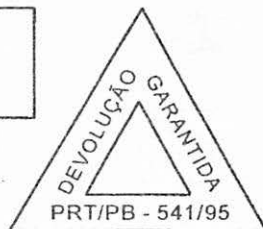
Ação Rescisória - Ação utilizada para desconstituir a sentença definitiva de outra ação, transitada em julgado. Será interposta no prazo de 2 anos após o trânsito em julgado da ação principal.

Recurso Ordinário - É o recurso interposto das decisões definitivas das Juntas de Conciliação e Julgamento, para os Tribunais Regionais do Trabalho, desde que o valor do pedido na reclamação, seja superior a 2 salários mínimos. Prazo de interposição: 8 dias após a ciência da decisão.

Recurso de Revista - É o recurso interposto contra a decisão (acórdão) proferida pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando esta der ao mesmo dispositivo legal interpretação diversa da que lhe houver dado o mesmo ou outro Tribunal Trabalhista; ou ainda, quando der ao mesmo dispositivo de lei Estadual, convenção ou acordo coletivo ou regulamento empresarial, interpretação divergente; ou finalmente, quando prolatada com violação a literal disposição de lei Federal ou da Constituição da República. Prazo de interposição: 8 dias após a publicação do acórdão do Tribunal Regional.

Baletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Nº 48 - Fevereiro de 1997

Tudo pronto para o XVI Congresso da ANDES

O XVI Congresso da ANDES-SN começará com o debate de dois temas importantes para o movimento sindical docente. Eles acontecerão num seminário e num painel previstos para o dia 25. O primeiro terá como tema a "Transformação no Mundo do Trabalho e Formação Profissional" e o se-



gundo, "Globalização, Privatização e Universidade". Os dois eventos acontecerão no Campus da UFPB.

Os expositores do Seminário serão os professores Sebastião Lopes Neto (diretor da Executiva Nacional da CUT), Alexandre Nâder (UFPB-JP) e Euler Xavier (CUT-CE).

Os painelistas escolhidos são Roberto Romano (Unicamp), Graziela de Oliveira (UFPB-JP) e Pablo Gentile (UERJ), ainda a confirmar.

A Comissão Organizadora local do Congresso da ANDES-SN está

concluindo os preparativos para o evento. As camisas para todos os participantes já estão sendo confeccionadas, assim como as bolsas.

As AD's de todo país estão fazendo sua reservas nos hotéis previamente incluídos no pacote fechado com a agência de turismo responsável por este serviço.

A Regional Nordeste II e a Diretoria da ANDES já contrataram uma empresa de assessoria de Comunicação do Recife para realizar todo trabalho de divulgação do Congresso, a nível nacional.

28,86%

Decisão do STF favorece ações da ADUFPB-JP

A decisão do Supremo Tribunal Federal de estender o reajuste de 28,86% para 11 servidores dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social representa um ótimo precedente para as ações da ADUFPB-JP, que estão tramitando no órgão e em outras instâncias da Justiça Federal.

Esta avaliação é da Assessoria Jurídica da entidade, que explica que a decisão do Supremo não beneficia diretamente todos os servidores federais, mas neste momento, apenas os que tiveram a ação julgada pelo STF.

Outra informação importante para os professores é que existem duas

ações da ADUFPB-JP tramitando na Justiça Federal, em busca da incorporação dos 28,86%. Elas foram impetradas em 94. Uma delas já está no STF e outra ainda está no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, aguardando julgamento de uma apelação contra a decisão negativa da 2ª Vara Federal da Paraíba.

A Assessoria Jurídica também esclareceu que os professores que não estão incluídos nas duas ações impetradas em 94 também possuem direito aos 28,32%. Nos próximos meses, a posição dos advogados é de acompanhar o comportamento do Su-

premo Tribunal para verificar se ele manterá sua posição favorável em outros processos.

Caso isto aconteça, a Assessoria convocará todos os professores que não estão nas duas primeiras ações para entrar numa nova ação, buscando a incorporação do reajuste concedido aos militares, em 93.

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP também está mantendo contatos com a Assessoria Jurídica da ANDES para verificar se uma ação da entidade nacional tem condições de também beneficiar todas as seções sindicais.

Boletim

ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT
 Centro de Vivência - UFPB
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970
 João Pessoa/PB
 Fone: (083) 224-3801
 Fax: (083) 224-8375

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva

Presidente:

José Jonas Duarte da Costa

Vice-presidente:

Evanizio Roque de Arruda Jr.

Secretária Geral:

Mônica Nóbrega Corteletti

Tesoureiro:

Tadeu Antônio de Azevedo Melo

Diretor de Política Sindical:

Simone Elisabeth Duarte Coutinho

Diretor de Política Social:

Lenilma Bento de Araújo Menezes

Diretor de Política

Educacional e Científica:

Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor Cultural:

Antonio Luiz de Albuquerque Gomes

Diretor de Imprensa e

Divulgação:

Derval Golzio

Suplente de Secretaria:

Vanda Régis de Menezes

Suplente de Tesouraria:

Maria das Graças Nóbrega de

Almeida

EDIÇÃO

Jornalista Responsável:

Fred Oliveira - MTB/PB 956

Diagramação e Edit. Eletrônica:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620

João Pessoa - PB

Fone: (083) 982-3484/ 231-3945

Fone/Fax: (083) 231-1703

MARE usa critério político para negar reajuste salarial

O Ministério da Administração e Reforma do Estado-MARE revelou que o Governo Federal está utilizando critérios políticos para decidir se concederá ou não reajuste para seus servidores. Esta posição foi colocada por seu representantes na negociação da pauta de reivindicações dos funcionários, José Valter.

A decisão foi tomada depois que o Governo descobriu possuir uma folga orçamentária de R\$ 4,6 bilhões para o pagamento de pessoal.

A estratégia do Governo é de conceder reajustes para algumas categorias consideradas estratégicas, deixando de fora os demais servidores, como os professores. A TV Globo revelou que para algumas destas categorias os reajustes serão de 261% e para as outras o percentual será abaixo da inflação.

Se tiver recursos e decisão política, o Governo Federal po-



derá conceder reajuste geral para todos os servidores

A pauta de reivindicações dos servidores pede um aumento de 65,64%, correspondente a inflação dos últimos 25 meses.

Segundo o chefe de Gabinete do Ministro Bresser Pereira, José Valter, as posições do Governo sobre a pauta de reivindicação são bem claras. Ele não admite repor perdas salariais; não admite a data-base da categoria, pois já existe um

posicionamento do STF contrário;

José Valter disse ser inverídica a informação divulgada na imprensa de que o MARE pensa num reajuste de 5%.

Os negociadores do Governo também lembrou a vinculação da pauta de reivindicação dos servidores à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 175-A/95 (Reforma Administrativa), no Congresso Nacional.

NEGOCIAÇÃO

MEC reconhece perdas

O Ministério da Educação reconheceu que os salários dos professores das IFES estão bastante defasados. Esta avaliação foi dada pelo representante do ministro Paulo Renato, nas negociações da campanha salarial, o secretário da SESU/MEC, Abilo Baeta, na primeira audiência que teve com representantes da ANDES docentes das universidades federais.

O encontro aconteceu no dia 17/02 (segunda-feira) e foi agendado 55 dias depois do envio da pauta.

Apesar de reconhecer as perdas a negociação da pauta só começa numa reunião marcada para o dia 5 março

Baeta também revelou que o MEC luta para que o MARE preserve os 25 mil servidores existentes hoje nas IFES

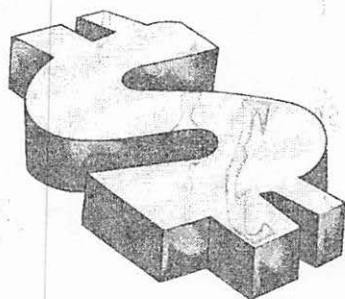
Migalhas para educação e bilhões para os banqueiros

Noventa e sete será um ano de poucos recursos para a educação superior. A garantia desta previsão está no Orçamento Geral da União, aprovado no dia 30 de janeiro passado, pelo Congresso Nacional, que destina para o Ministério da Educação os mesmos valores do orçamento de 96. Enquanto no ano passado o Governo destinou R\$ 10,25 bilhões, este ano o setor terá R\$ 11,5 bilhões.

A contradição na prioridades

do Governo está no fato de que ele aprovou no orçamento de 97 um aumento de 100% nos recursos para amortização da dívida externa, pois em 96 eles foram R\$ 114 bilhões e em 97 serão R\$ 223 bilhões.

A previsão de recursos do orçamento para pessoal ficou em R\$ 45 bilhões, 4 bilhões a mais que o previsto para 96. Apesar da folga financeira o Governo Federal não admite a possibilidade de conceder reajuste salarial.



ADUFPB-JP participa do Pedagogia 97

A ADUFPB-JP foi uma das entidades docentes do país a participar, de 03 de 07 de fevereiro do Congresso Pedagogia 97, "Encuentro Por La Unidad de Los Educadores Latinoamericanos", em Havana, Cuba. A Diretora de políticas educacionais, Judy Mauria Gueiros, foi a representante do sindicato no evento, mas vários professores da UFPB também participaram.

Segundo os organizadores do evento, ele constitui uma reunião de extraordinária importância e possibilita que se exponham os resultados do fazer pedagógico, psicopedagógico e sociológico, além de abrir espaços para a informação de práticas inovadoras e criativas, assim como experiências de vanguarda de mestres, professores e especialistas da educação, tanto de Cuba como da América Latina, do Caribe e de Outros Países.

Declarado como o maior evento desta natureza no mundo, o pedagogia 97 contou com 6.500 participantes de 40 países. Ofereceu 71 cursos nas diversas áreas temáticas da educação. Foram apresentados cerca de 2.500 trabalhos, seja em painéis, seja em sessões de comunicação oral, distribuídos em 19 grupos.

Durante o evento, foram proferidas conferências especiais que versaram sobre educação, saúde pública e política exterior em Cuba, entre outros. As visitas técnicas a Centros Educacionais de Cuba da Pré-Escola à universidade chamaram a atenção dos participantes, que tiveram oportunidade de conhecer in loco a realidade educacional cubana se organizarem em torno da Asociación de Educación da América Latina y El Caribe (AELAC) que, durante o evento, realizou ampla reunião.

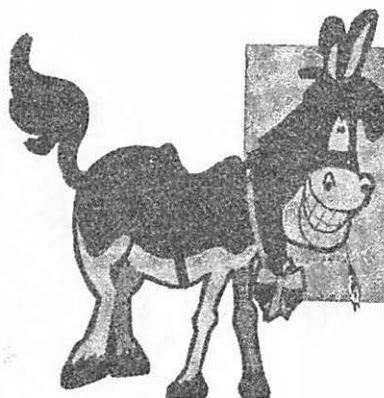
O Pedagogia 97 porém não constitui-se apenas como uma ferramenta de melhoria do processo docente e educativo mas também para denunciar a situação em que vivem os trabalhadores em nosso continente e o acelerado processo de privatização do ensino que, como no Brasil, culmina com o aumento do desemprego e da deserção escolar.

Conselho repudia reeleição

Em sua última reunião, no mês de dezembro, o Conselho de Representantes da ADUFPB-JP, aprovou, por unanimidade, proposta do conselheiro Ademir Alves, de que a entidade repudiasse o processo espúrio de aprovação pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, da emenda da reeleição do Presidente da República, beneficiando Fernando Henrique, que poderá permanecer no cargo, comandando o processo de renovação.

Também deverá ser incluída na manifestação de repúdio, a rejeição dos métodos adotados pelo Governo Federal na aplicação das verbas públicas, particularmente no momento em que recursos específicos da educação são desviados para outras destinações.

A contradição entre as declarações de austeridade e o comportamento pródigo da união para objetivos menores da administração pública foi objeto das mais severas críticas e da mais viva indignação do Conselho.



**SÓ UM BURRO
ACEITA A
PRIVATIZAÇÃO
DA UNIVERSIDADE!**

ADUF lança campanha contra a Privatização

A ADUFPB-JP começou esta semana uma campanha publicitária alertando a população da grande João Pessoa, para o risco da privatização da Universidade Federal da Paraíba, através do projeto de autonomia (PEC 370A/96) do Ministério da Educação, para as instituições federais de ensino superior.

A campanha tem como slogan principal a afirmação de que "Só Um Burro Aceita a Privatização da Universidade". Ela está sendo veiculada através de 15 out-doors e mensagens em 2 das principais emissoras de rádio da cidade e deverá prosseguir até o dia 4 de março.

A campanha também tem a intenção de sensibilizar a população para a importância da UFPB, num estado pobre, como é a Paraíba. Sendo este objetivo conseguido, o peso das reivindicações da comunidade universitária junto ao Governo Federal será maior e professores e funcionários serão mais valorizados.

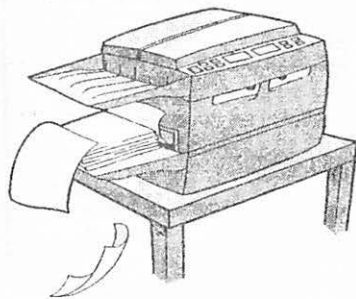
A Diretoria da ADUFPB-JP está lançando a campanha, mas pretende convidar as entidades que representam os servidores e estudantes, além da Reitoria a se integrarem ao movimento. Também serão chamadas as seções sindicais da ANDES dos outros campi da UFPB, além da ADUEPB.

A escolha do slogan principal da campanha tomou como critérios a veiculação de informações que demonstrem as consequências da privatização de uma universidade federal para a Paraíba, sendo que de uma forma crítica e ao mesmo tempo bem humorada. A Real 2000 elaborou o outdoor, que estará em 25 locais da grande João Pessoa.

A mensagem veiculada nas FMs Cabo Branco e CORREIO, FM do Povo, terá um texto semelhante ao dos outdoors. A escolha destas duas emissoras tomou por base a diversidade de públicos que elas atingem, indo das classes A até D. Por dia, as mensagens, de 30 segundos, serão veiculadas 10 vezes, nos melhores horários.

Aviso aos usuários da Xerox

Avisamos a todos os filiados que o setor de reprografia da Entidade deixará de funcionar para os sindicalizados entre o período de 24/02 a 02/03. O serviço de reprografia, neste período, estará a disposição do XVI Congresso Nacional da ANDES.



SRH vai ressarcir inativos

A Superintendência de Recursos Humanos da UFPB já está tomando as providências cabíveis no sentido de ressarcir, na próxima folha de pagamento, os professores inativos que estão no processo 96.6922-0 e que tiveram reimplantado em seus contracheques o desconto para o PSS - Plano de Seguridade Social.

O procurador geral da Universidade Federal da Paraíba, Francisco das Chagas Gil Messias, em ofício enviado ao presidente da ADUFPB-JP, professor José Jonas Duarte da Costa, informou que a reimplantação do desconto para o PSS nos contracheques dos professores aposentados ocorreu por um erro da Secretaria Jurídica da Pro-

curadoria Geral.

Dois Mandados de Segurança (96.6922-0 e 96.7755-0), foram ajuizados contra o desconto para o PSS nos contracheques dos professores inativos. Os inativos que estão no processo 96.6922-0 conseguiram, através de uma liminar, a suspensão do desconto dos 12%, enquanto os inativos que estão no processo 96.7755-0 tiveram a liminar suspensa, a secretária da PJ encaminhou à SRH a listagem dos inativos no Mandado 96.6922-0.

Ao invés de encaminhar para a reimplantação do desconto a listagem dos inativos no Mandado de Segurança 96.7755-0, cuja liminar foi cassada, a secretária da PJ encaminhou à SRH a listagem dos inativos no Mandado 96.6922-0.

28,86%

ADUFPB-JP vai ajuizar nova ação para retardatários

A assessoria jurídica da ADUFPB-JP está convocando todos os professores que não estão incluídos nas duas ações impetradas em 94, em busca da incorporação dos 28,86%, para se dirigirem à sede da entidade levando os documentos necessários ao ajuizamento de uma nova ação.

Atualmente existem duas ações da ADUFPB-JP tramitando na Justiça Federal em busca da incorporação dos 28,86%. Uma delas já está no STF e a outra ainda está no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, aguardando julgamento de uma apelação contra a decisão negativa da 2ª Vara Federal da Paraíba. Esta informação foi fornecida pelo advogado

Paulo Guedes, durante a assembleia realizada no último dia 5 com os professores.

A assessoria jurídica esclareceu que os professores que não estão incluídos nas duas ações também têm direito aos 28,86%. Dentro de um ou dois meses a assessoria jurídica da ADUFPB-JP pretende dar entrada com uma ação na Justiça em prol dos retardatários, pleiteando os 28,86%.

De acordo com o advogado Paulo Guedes, nos próximos meses a posição da assessoria jurídica é de acompanhar o comportamento do Supremo Tribunal Federal para verificar se ele manterá sua posição favorável em outros processos.

SIMULADO

FHC perde para Lula em eleição na ANDES

A coordenação do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP promoveu pesquisa eleitoral visando a próxima eleição para Presidente da República. A pesquisa foi feita durante o Congresso da ANDES, que foi realizado de 25 de fevereiro a 2 de março em João Pessoa.

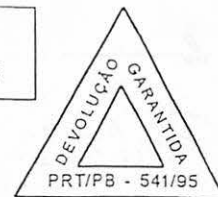
A pesquisa constou de uma eleição simulada da qual participaram 208 professores universitários, aos quais foi oferecido o seguinte elenco de candidaturas: Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Paulo Salim Maluf (PTB, por ordem alfabética).

Se as eleições fossem hoje o candidato do PT venceria o pleito entre os professores universitários. Lula deteve a preferência por larga margem de votos, obtendo 170 votos. Em segundo lugar veio o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, com 11 votos. O presidente Fernando Henrique Cardoso ficou em terceiro lugar na pesquisa, obtendo apenas 8 votos dos professores universitários.

Em termos percentuais a votação pró-Lula evidenciou percentual de 81,7% do eleitorado pesquisado, enquanto o de FHC foi de apenas 3,8%. O de Paulo Maluf foi de 5,2%. Os resultados da pesquisa, creditando a quase totalidade dos votos dos docentes universitários ao candidato do PT, demonstram que existe uma grande oposição ao atual governo federal nas universidades brasileiras.

Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Nº 49 - Março de 1997

UFPB faz mobilização dia 19 em defesa da Universidade

A Diretoria da ADUFPB-JP está elaborando uma extensa programação para o próximo dia 19 - Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Universidade Pública. A mobilização foi aprovada pelo Congresso da ANDES e pela Confederação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos.

Todos os centros e departamentos da Universidade Federal da Paraíba vão paralisar suas atividades nesse dia para participarem da Mobilização em Defesa da Universidade Pública.

Na programação estão previstos atos de protesto público, distribuição de panfletos e realização de debates nos centros e departamentos da UFPB sobre o projeto de autonomia (PEC 370A/96) do Ministério da Educação para as instituições

federais de ensino superior (IFES)

Aula pública - Também está prevista a realização de uma aula pública na Assembleia Legislativa do Estado, onde será discutida a importância da UFPB para o estado e o risco da privatização da universidade, através da PEC 370.



Diretoria da ADUFPB-JP tem audiência com Reitor

A Diretoria da ADUFPB-JP esteve reunida na última segunda-feira (10) com o reitor da UFPB, Jäder Nunes. Durante o encontro foram discutidas questões importantes, como a criação do Fórum Permanente em Defesa da Universidade Pública e a mobilização da próxima quarta-feira, dia 19, em defesa da universidade.

Durante a reunião o reitor Jäder Nunes posicionou-se favorável à criação de um fórum em defesa da universidade pública, prometendo, inclusive, fazer parte dele. O Fórum vai congrega, além das duas universidades públicas do Estado, entidades sindicais e acadêmicas do meio universitário e entidades da sociedade civil.

Ainda na reunião foi discutida a possibilidade de haver uma audiência com o governador José Maranhão. A ADUFPB-JP quer a participação do governador no Fórum. Outra reivindicação é no sentido de que o governador José Maranhão mobilize a bancada federal paraibana no Congresso Nacional para votar contra a PEC 370, projeto do Governo Federal que altera o artigo 207 da Constituição Federal e trata da autonomia da universidade.

Dia 19 - Sobre a mobilização nacional programada para o dia 19, a Diretoria da ADUFPB-JP discutiu com o reitor a organização de um ato público na Assembleia Legislativa do Estado para debater a organização do movimento em defesa da universidade pública.

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação a CUT
 Centro de Vivência - UFPB
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970
 João Pessoa/PB
 Fone: (083) 224-3801
 Fax: (083) 224-8375

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva

Presidente:
José Jonas Duarte da Costa
Vice-presidente:
Evanjio Roque de Arruda Jr.
Secretária Geral:
Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro:
Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:
Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Política Social:
Lenilma Bento de Araújo Menezes
Diretor de Política Educacional e Científica:
Judy Mauria Gueiros Rosas
Diretor Cultural:
Antonio Luiz de Albuquerque Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Derval Golzio
Suplente de Secretária:
Vanda Régis de Menezes
Suplente de Tesouraria:
Maria das Graças Nóbrega de Almeida

EDIÇÃO

Jornalista Responsável:
Gláudene Nunes - MTB/PB 819
Diagramação e Edit. Eletrônica:
Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -
 Mangabeira I - CEP 58033-620
 João Pessoa - PB
 Fone: (083) 982-3484 / 231-3945
 Fone/Fax: (083) 231-1703

XVI CONGRESSO DA ANDES

CARTA DE JOÃO PESSOA

Estamos divulgando a Carta de João Pessoa, documento final do XVI Congresso Nacional da ANDES-SN, que foi realizado em João Pessoa entre os dias 25 de fevereiro a 2 de março. O XVI Congresso da ANDES reuniu na Capital paraibana docentes de diversas instituições de ensino superior de todo o país. Veja a íntegra da Carta:

Carta de João Pessoa

Os acontecimentos mais recentes da conjuntura internacional expressam o avanço da chamada globalização e do apoio à sua vertente político-ideológica; o neoliberalismo.

No caso brasileiro, cabe ressaltar, como instrumentos para angariar adesões - seja escomoteando as contradições entre classes, seja atenuando pontuais conflitos de interesses existentes no interior da classe dominante, a atuação da grande imprensa nacional, a manipulação de instrumentais disponíveis no interior do aparato do Estado e a corrupção. Nesse sentido, o processo de tramitação da emenda constitucional relativa a reeleição é paradigmático. Deve-se destacar, ainda, com relação à reeleição, o seu papel catalisador das reformas que lhe é atribuído pelo governo, o que, sem dúvida, cobra dos movimentos sociais e populares organizados a aceleração e o fortalecimento do combate a essa proposta, pelo seu caráter de instrumento para a manutenção do controle pelos dominantes.

Naquilo que se refere à educação, a recente aprovação pelo Congresso Nacional do projeto Darcy/MEC de LDB é o fato mais marcante a ser registrado. Neste caso, aos elementos mencionados acima, agregam-se a irregularidade regimental, o caráter autoritário de sua etapa final de tramitação e o personalismo, que determinam seu conteúdo antidemocrático e evado de flagrantes inconstitucionalidades.

No entanto, devemos reconhecer e potencializar os indícios de um processo de revitalização do movimento social e popular organizado, que ressurge em vários países. Exemplo disto no Brasil, é o significado e a repercussão que vem assumindo a atuação do movimento dos trabalhadores sem terra. Esse processo, para cujos aprofundamento e intensificação do ritmo temos o dever de contribuir, é avissareiro para uma entidade sindical comprometida com uma visão classista como o nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Cabe-nos, assim, desenvolver uma atuação que, valorizando as questões específicas da categoria, propicie nossa articulação em fóruns nacionais e internacionais de trabalhadores e excluídos, visando acumular as forças necessárias ao enfrentamento dessa nova ordem nefasta, que se manifesta pelo agravamen-

to da situação social e econômica, pela criação de um maciço exército de desempregados e avassaladora ampliação da miséria.

Reunidos no XVI Congresso da Andes-SN, realizado em João Pessoa, extremo leste do continente americano, capital de um dos estados brasileiros no qual a miséria historicamente se apresenta em níveis alarmantes, os professores das Universidades brasileiras entenderam que a unificação das lutas dos trabalhadores é fundamental ao movimento organizado para fazer frente aos projetos do programa neoliberal brasileiro, que se consubstancia nas reformas propostas pelo governo FHC.

Apontaram a construção da Greve Geral como tarefa imediata dos trabalhadores, incluindo a Greve dos Servidores Públicos, como componente deste processo.

Comprometeram-se, também, com o fortalecimento do movimento sindical classista e autônomo, reunido na CUT e, nesta perspectiva, manifestaram, de forma inequívoca, a sua disposição de intervir e participa ativamente das instâncias da Central.

Reafirmaram a luta contra a privatização da Universidade e a sua intransigente defesa, enquanto patrimônio público do povo brasileiro, a quem deve servir e com quem deve trabalhar na perspectiva da democratização do saber e da construção da cidadania.

Este embate, no presente momento, deve centrar-se na defesa da autonomia, em conformidade com o projeto da ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

Assim, a Andes-SN procurará desenvolver, a partir das questões específicas da categoria, uma ação combinada junto à sociedade civil organizada e na institucionalidade, no sentido de ocupar todos os espaços possíveis, para fazer avançar o nosso projeto de Universidade, propondo quando necessário projetos de lei e alterações na legislação existente, com vistas a ampliar os espaços de uma ação democrática comprometida com os interesses da maioria da população brasileira, principalmente nas questões pertinentes à educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Tudo isto, na perspectiva mas ampla da rejeição ao projeto neoliberal e na defesa da democracia, seus princípios e práticas fundamentais na direção da construção de uma sociedade socialista: livre, justa e igualitária.

LDBen

José Francisco de Melo Neto

A educação brasileira encerrou o ano de 1996 com uma nova lei. Sai publicada no diário oficial, sem vetos, no dia 23 de dezembro, no brilho das luzes de Natal. A nova lei sintetiza elementos de leis anteriores como as de 61, 71, 84, e seus mais variados dispositivos. Para a educação, estão delineados os preparativos do tão esperado ano 2000.

Aquele brilho não serviu, contudo, para clarear as esperanças dos profissionais em educação, em todo o país, que também buscaram e contribuíram, exercitando a sua cidadania. Participaram da elaboração de uma nova lei que servisse, efetivamente, de instrumento de promoção e gerador de criticidade para o futuro cidadão brasileiro.

A atual lei desmereceu o empenho desses profissionais, que, reunidos em um Fórum de Educação, durante alguns anos de trabalho, elaboraram uma proposta de regulamentação da educação. Numa atitude inesperada, o então, senador Darcy Ribeiro apresentou um substitutivo ao projeto oriundo da

Câmara dos Deputados que contemplava parte das aspirações político-educativas dos setores organizados da sociedade. O substitutivo do Senado, denominado também de Darcy Ribeiro, é, posteriormente, bastante emendado por representantes do governo e, por fim, se transforma na legislação da educação, estando já em vigor. Assim, tem-se uma lei que foi denominada de MEC/DARCY RIBEIRO, em decorrência do empenho governamental para sua aprovação, em especial, com destaque para o Ministro da Educação.

Oito anos de discussões em todo o país, sintetizadas naquele Fórum que foram, praticamente, jogadas na lata de lixo. Esse desmérito partiu de um respeitado lutador das causas sociais, que também se comprometeu e foi até banido do país, em decorrência da luta pela democratização da sociedade, no tempo da ditadura militar e que agora, contraditoriamente, promove o desrespeito aos processos de exercício de participação e cidadania

dos profissionais e entidades pre-ocupadas com a política educacional.

A universidade no Brasil, mesmo silenciosa, estará bastante diferente em breves anos, em decorrência da aprovação dessa lei. O espectro da privatização ronda essa instituição. O magistério de 1º e 2º graus, através da sua Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), em recente congresso realizado em Cuiabá, aprovou um voto de protesto à nova lei. O brilho usurpado do Natal pelos congressistas não trouxe o clarão necessário para a educação.

Porém, aqueles que raciocinam a partir de elementos concretos, abstraíndo-os, buscando as abstrações mais elevadas e produzindo novos concretos pensados, podem também encontrar elementos que merecem ser bem analisados e que serão motivadores para a continuação da luta. Afinal de contas, essa não se encerrou com a aprovação da lei e, muito menos, a vida acabará no ano 2000.

Ao se analisar a nova legislação, ainda que na superfície, não se pode deixar de ver alguns avanços. Pode ser citada a preocupação permanente com a qualidade de ensino, o que não estava presente em legislações anteriores, com tal ênfase. Mesmo que seja discutível essa dimensão da qualidade, o discurso para educação chegou ao Congresso Nacional. Está na lei, em seu artigo 4º, e mais explicitado no artigo 75. Aos educadores compete, também agora, a construção dessa qualidade, qualificando ainda mais essa luta combinando-a com a quantidade. A luta continua por mais verbas e por melhor qualificação dos insumos materiais e humanos nas escolas.

É indiscutível que qualquer exegese do artigo 23 conduz para uma maior flexibilização dos currículos. A educação básica - constituída de educação infantil (creches e pré-escolar), ensino fundamental (atual 1º grau) e ensino médio (atual 2º grau) - pode organizar-se das mais variadas formas: séries, períodos semestrais, ciclos, alternância regular

de períodos de estudos, grupos não-seriados. Abre-se um campo bastante amplo de possibilidades. Parece tornar-se necessária, também, a quebra das amarras que podem ainda estar prendendo as tantas cabeças.

Por outro lado, observa-se um claro processo de democratização do ensino superior, muito apreciado (quando da aprovação da lei) pelas instituições privadas de ensino superior, o qual está presente no texto constitucional com a autonomia das universidades, quanto à determinação das formas de acesso. Ora, em sendo fixadas e limitadas as verbas das universidades públicas, como está ocorrendo através de medidas encaminhadas pelo MEC, isso só contemplará a política da privatização das instituições públicas.

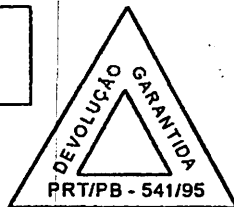
Destaca-se, ainda, um deliberado propósito de oferta massiva da educação para jovens e adultos. E mais: qualquer cidadão, entidade legal da sociedade civil, grupos de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, etc, podem acionar o poder público para exigí-la. Há, portanto, uma explicitação da necessidade de combate ao analfabetismo no país, mas, por outro lado, não se asseguram as verbas para tal política. É bom que esteja na lei. Assim, a sua aplicação se torna luta política da sociedade para se angariar essas verbas.

Finalmente, destaca-se a questão das verbas para a educação pública e, em particular, para a escola fundamental (1º grau). Permanece o preceito constitucional em que a União destinará, nunca menos, de 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios 25% da receita dos impostos, compreendidas as transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Dois aspectos merecem destaque: o primeiro, que é óbvio, mas é preciso se destacar, é que esses valores são o mínimo. Nada impede que municípios, esteja ou não previsto em suas leis orgânicas, apliquem além desses percentuais. O segundo, é que todos precisam conhecer essas receitas e buscar, rigorosamente, a sua fiscalização. É uma necessidade colocada aos parlamentares de qualquer nível do legislativo e às entidades sindicais. Abre-se um novo campo de luta política.

Professor e Doutor em Educação - UFPB

Boletim

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



ADUFPB-JP

Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Nº 50 - Março de 1997

Fórum promove seminário sobre PEC 370 com deputados

O Fórum Permanente em Defesa da Universidade Pública está organizando a realização de um seminário, com a bancada paraibana no Congresso Nacional, para discutir a importância da Universidade Federal da Paraíba. Além dos 12 deputados federais e dos três senadores, participarão ainda os integrantes do Fórum e o reitor da UFPB, Jäder Nunes.

Segundo informou o presidente da ADUFPB-JP, professor José Jonas Duarte da Costa, durante o se-

minário será apresentado aos deputados federais e senadores paraibanos um relatório sobre a realidade da UFPB e sua importância para o Estado, além dos riscos que traz o projeto de autonomia (PEC 370A/96) do Ministério da Educação para as instituições federais de ensino superior.

Durante o seminário, previsto para ser realizado no dia 19 de abril, no Auditório da Reitoria, os integrantes do Fórum vão pedir aos deputados federais e senadores paraibanos

para que votem contra o projeto que trata da autonomia da universidade.

Objetivo - Criado em Campina Grande, o Fórum Permanente em Defesa da Universidade tem como principal objetivo discutir e mostrar a importância da universidade pública para a sociedade. De imediato, o Fórum, que congrega as duas universidades públicas do Estado, entidades sindicais e acadêmicas do meio universitário e entidades da sociedade civil, vai fazer mobilizações contra o PEC 370.

VISITA DO PRESIDENTE À JOÃO PESSOA

CNN mostra protesto contra FHC

Sain até na CNN a recepção que a ADUFPB-JP preparou para o presidente Fernando Henrique Cardoso durante sua visita à João Pessoa, no dia 21 de março. Um total de cinquenta faixas foram distribuídas nas principais ruas e avenidas da cidade, todas contendo frases de protesto contra FHC e suas medidas administrativas que sucateiam cada vez mais a educação, o ensino superior, derrubam os direitos dos trabalhadores, perseguem aposentados, arrocham salários e entregam de bandeja as nossas indústrias às Multinaionais.

Trabalhadores, professores e estudantes foram às ruas de João Pessoa no dia 21 de março dizer não a FHC e seu governo, apesar do forte esquema de segurança montado para impedir o protesto da população.

Até mesmo um trajeto diferente, seguindo a BR-230, passando pelo conjunto João Agripino e cruzando as avenidas Ruy Carneiro e Epitácio Pessoa foi planejado para reforçar a segurança da comitiva de Fernando Henrique Cardoso. Mas de nada adiantou tentar se esconder. FHC viu a recepção de protesto preparada pela ADUFPB-JP.

AS FRASES DO PROTESTO

"FORA FHC: Só Banqueiro Quer Você"

"QUEM VENDE A VALE NADA VALE"

"Fernando Henrique Cardoso: ENTREGUISTA"

"Universidade Pública Sim. Privada Não!"

FHC = Desemprego, Arrocho Salarial, Juros Altos e Violência

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT
 Centro de Vivência - UFPB
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970
 João Pessoa/PB
 Fone: (083) 224-3801
 Fax: (083) 224-8375

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva

Presidente:

José Jonas Duarte da Costa

Vice-presidente:

Evanizio Roque de Arruda Jr.

Secretária Geral:

Mônica Nóbrega Corteletti

Tesoureiro:

Tadeu Antônio de Azevedo Melo

Diretor de Política Sindical:

Simone Elisabeth Duarte Coutinho

Diretor de Política Social:

Lenílma Bento de Araújo Menezes

Diretor de Política

Educacional e Científica:

Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor Cultural:

Antonio Luiz de Albuquerque Gomes

Diretor de Imprensa e

Divulgação:

Derval Golzio

Suplente de Secretária:

Vanda Régis de Menezes

Suplente de Tesouraria:

Maria das Graças Nóbrega de

Almeida

EDIÇÃO

Jornalista Responsável:

Gláudence Nunes - MTB/PB 819

Diagramação e Edit. Eletrônica:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -

Mangabeira 1 - CEP 58055-620

João Pessoa - PB

Fone: (083) 982-3484/ 231-3945

Fone/Fax: (083) 231-1703

A Classe Média pede esmola em lugar de lutar pelo SUS

Graziela de Oliveira

Com a redução da dotação orçamentária e financeira para os serviços de saúde pública nos três níveis de poder executivo, a tendência foi a proliferação de planos de saúde entre as camadas de renda média. Com o pretexto de que não têm tempo para perder nas filas do SUS e que merecem um tratamento de saúde "privilegiado", integrantes da classe média, inclusive os professores da UFPB, optaram por um dos planos de saúde ofertados no mercado.

A "solução" comodista, contudo, não é de todo cômoda. De acordo com a mídia (escrita e televisada), no ano de 1996 o maior número de queixas registradas nos escritórios do Procon de vários estados foi contra a prestação de serviços de saúde privada. Segundo o jornal O NORTE, do dia 31.01.97, por exemplo, na Paraíba os planos de saúde constam entre os primeiros serviços a serem reclamados. Assim, de acordo com a fonte citada, nos postos do ProCon a população foi reclamar os seus direitos por conta de... "má prestação de serviços de empresas comerciais, sendo recordista os planos de saúde".

O desserviço prestado pelos hospitais públicos à população é bastante conhecido e criticado. Contudo, a iniciativa privada não parece ser a solução para o atendimento das necessidades básicas da população, mesmo daquela fração que dispõe de algum recurso para ad-



quirir no mercado os serviços de saúde de que necessita. Ultimamente, pessoas da classe média aparecem na mídia ou espalham cartazes pela cidade, solicitando ajuda para este ou aquele tratamento de saúde que está fora da cobertura dos planos de saúde. Na hora da dor e do desespero, a população não encontra no mercado o alívio que busca. Isto não é surpreendente, porque o mercado de planos de saúde não existe para aliviar a dor de ninguém; ele existe para vender serviços e lucrar com a venda. Quem sabe se, em lugar de pedir esmolas, a classe média, nós da ADUFPB-JP, por exemplo, não deveríamos iniciar uma campanha de moralização do serviço público e, assim, de resgate dos direitos do cidadão, em especial dos direitos ao tratamento e à preservação da saúde?

Professora do CCSA

A Reitoria e o planejamento estratégico

José Rodrigues Filho

Argumenta-se que o discurso sobre estratégia e a sua prática tanto reflete como reproduz o que pode ser denominado de concepção de poder masculino.

(Brittan, A., 1989).

Logo nos primeiros dias de gestão, o atual Reitorado convocou a cúpula dirigente da UFPB para participar de um treinamento sobre Planejamento Estratégico.

A administração estratégica é uma disciplina tanto antiga como nova na área de administração. Antiga no sentido de que dirigentes sempre tomaram decisões. Nova por estar sendo, recentemente, mais estudada pelos pesquisadores da área e adotada pelas grandes corporações (corporate strategy). Portanto, de acordo com o conceito de estratégia das grandes corporações, proposto pelas escolas de administração e abraçado por consultores, analistas de mercado, instituições financeiras e a mídia em geral, cada organização deve ter uma estratégia. Do contrário, estará sem direção num ambiente turbulento. Assim, a estratégia é vista como um conjunto de técnicas "racionalis" para dirigir negócios complexos num ambiente de mudanças.

Algumas pesquisas demonstram que, epistemologicamente, há muita diferença nos conceitos definidos pelos principais gurus da administração estratégica (Mintzberg, Pettigrew, Ansoff, etc). Por incrível que pareça estes senhores não concordam nem mesmo sobre o que é estratégia. Enquanto uns dizem que boas estratégias resultam de um planejamento estratégico, outros dizem que boas estratégias são mais prováveis quando resultantes de tentativas e erros ou da própria sorte.

Dá não ser estranho ouvir de dirigentes tanto de organizações públicas quanto privadas, palavras do linguajar do modismo administrativo (planejamento estratégico, administração estratégica, qualidade total etc), quando na realidade a maioria deles não entende o significado de tais ex-

pressões.

Segundo alguns autores, no momento a estratégia surge como um conjunto de discursos e práticas, que facilitam e legitimam o exercício do poder nas organizações contemporâneas, com as prevalentes relações de desigualdade e privilégio. Como forma de dominação, o discurso sobre estratégia produz auto-disciplina subjetiva, ao tentar transformar dirigentes e empregados, através de manipulação participativa, em sujeitos que asseguram sentidos de propósitos e realidade, ao pensarem que estão formulando, avaliando e conduzindo estratégias. Neste processo de pensar que está fazendo, dirigentes e empregados estão reforçando e legitimando poder nas mãos de dirigentes da cúpula empresarial.

Não é possível num texto desta dimensão comentar muito sobre administração e planejamento estratégico. Contudo, vale mencionar que no caso da UFPB, as decisões estratégicas são geralmente tomadas a nível de MEC e Governo Central, já que dizem respeito, em geral, a problemas de longo prazo e da cúpula organizacional.

Portanto, seria mais sensato falar de planejamento a curto prazo a nível de UFPB. Neste caso, a questão crucial que parece merecer uma discussão de planejamento diz respeito a concentração de recursos a nível de Reitoria (cerca de 70% do orçamento global da instituição). Uma melhor distribuição dos recursos para os centros parece ser, estrategicamente, o assunto que deveria ser discutido pela Reitoria. Contudo, tal assunto parece ter sido pouco discutido durante os vários seminários sobre planejamento estratégico. O aperfeiçoamento da matriz de distribuição de recursos da instituição precisa de mais informa-

ções e mais exercícios sobre planejamento a curto prazo.

Espera-se que os dirigentes e servidores em geral da UFPB não sejam vítimas passivas do poder do discurso sobre estratégia, sobretudo quando muitos dirigentes estão ansiosos para implementar políticas do discurso neo-liberal, que tem como suporte o discurso da administração estratégica das grandes corporações.

Não há muita clareza sobre o discurso de planejamento estratégico da Reitoria. Já que existe na própria UFPB um programa de doutorado em administração estratégica, é importante que sempre que uma prática organizacional seja introduzida, seja também pesquisada, sobretudo para examinar os vários ângulos das relações de poder dentro da instituição. Muito do que ocorre na vida organizacional, já reconhecida o velho Max Weber, é a consequência de ações que tiveram outras intenções.

Como forma de dominação e manipulação, o discurso sobre estratégia merece preocupações. Como é que a estratégia das grandes corporações empresariais está sendo vista como relevante para uma instituição pública na área de educação? Não esquecer que foi em nome da administração estratégica que a Inglaterra conseguiu privatizar o seu sistema de saúde e iniciar um processo de privatização de muitas de suas empresas estatais.

Podemos até ser que o planejamento estratégico do atual Reitorado seja mais um slogan de gestão, como foram vários outros (avaliação institucional, por exemplo), sem o menor impacto na vida organizacional. Se isto acontecer, é apenas mais um projeto.

Professor do Departamento de Administração (CCSA-UFPB).

ADUFPB-JP decide dia 15/04 sobre greve nacional

Todos os centros e departamentos da Universidade Federal da Paraíba poderão paralisar suas atividades no dia 17 de abril, em defesa da autonomia universitária e contra o PEC 370 - projeto de autonomia do Ministério da Educação para as instituições federais de ensino superior. A decisão deverá ser tomada durante assembleia prevista para o próximo dia 15/04, com a Diretoria da ADUFPB-JP.

A entidade deverá participar também da mobilização que acontecerá no dia 10 de abril contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Os eixos da greve são: Terra, emprego e educação; Em defesa da pauta de reivindicações do

setor das IFES e SPF; Pela abertura de negociações com o MEC e MARE e em defesa da autonomia universitária, contra a PEC 370.

O indicativo de greve nacional para 17 de abril foi aprovado no último dia 20, durante reunião do Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ocorrida em Brasília.

Como estratégia para este dia, ficou aprovado a busca da unidade com a União Nacional dos Estudantes (UNE), Fasubra, servidores públicos das três esferas (federal, estadual e municipal), aposentados e desempregados.

Com o objetivo de que o



dia 17 de abril, no contexto já definido pelo Movimento dos Sem Terra (MST), seja incorporado ao Plano de Luta dos Movimentos Sindical e Popular, também ficou definido que as Seções Sindicais devem atuar junto à CUT, para que esta intensifique as ações no sentido de ampliar a participação da classe trabalhadora, enquanto momento importante de enfrentamento ao projeto neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Entidade inicia nova campanha contra privatização

A ADUFPB-JP vai iniciar, a partir do dia 7 de abril, uma nova campanha publicitária alertando a população da grande João Pessoa para o risco da privatização da Universidade Federal da Paraíba, através do projeto de autonomia (PEC 370A/96) do Ministério da Educação, para as instituições federais de ensino superior.

A campanha será veiculada através de outdoors e mensagens divulgadas em emissoras de rádio da cidade. Nos municípios de Cajazeiras e Patos, interior do Estado, a campanha publicitária já foi iniciada. A campanha objetiva ainda sensibilizar a população para a importância da UFPB num estado pobre, como é a Paraíba.

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Aduf divulga nota

Em nota publicada e divulgada pela imprensa local, a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP, entidade que tem como princípio a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, expôs o seu posicionamento sobre a polêmica que envolve a utilização do Restaurante Universitário.

A Diretoria da ADUFPB-JP é favorável ao cadastramento e a forma de controle dos comensais do Restaurante Universitário proposto pela direção do Diretório Central dos Estudantes, ou seja, através da matrícula realizada antes do início do semestre.

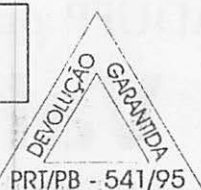
A ADUFPB-JP entende que os estudantes da UFPB devem continuar com o direito de fazer suas refeições de forma gratuita. Segundo ela, a instituição deverá estabelecer preços para os funcionários e professores que tenham a necessidade de utilização dos serviços do Restaurante Universitário.

Para a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP, a fórmula de cadastramento adotada pela Reitoria da UFPB não levou em consideração a boa convivência entre os segmentos que compõem a instituição.

"Ao implementar de forma vertical e autoritária um questionário sem estabelecer previamente os critérios que possam vir a caracterizar o que seja "estudante carente" e sem que tenha levado em consideração a proposta de cadastramento do segmento estudantil, a administração se mostrou fechada ao debate e ao diálogo", diz a Diretoria Executiva na nota publicada.

Ainda segundo a ADUFPB-JP, a proposta de questionário elaborado pela administração da UFPB abre um flanco inenorme para corroborar com alguns projetos (em trâmite no Congresso Nacional) propondo pagamento de mensalidades nas IFES.

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



BOLETIM

ADUFPB-JP Informativo da **ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional do Ensino Superior**

NESTA EDIÇÃO

Vale: ADUF
promove
palestra

Página 2

*Agenda reúne
poetas e
fotógrafos*

Página 3



28,86%: TRF
beneficia
professores

Página 4

PEC 370-A

Fórum promove seminário na UFPB

O Fórum Paraibano em Defesa da Universidade Pública promove sexta-feira, dia 18/04, o seminário "PEC 370-A e a autonomia: para onde vão as universidades públicas?". O seminário será realizado, a partir das 9 horas, no auditório da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba.

O seminário, cujos trabalhos vão ser presididos pelo reitor da UFPB, Jader Nunes, terá a participação dos três senadores paraibanos, deputados federais, estaduais e vereadores.

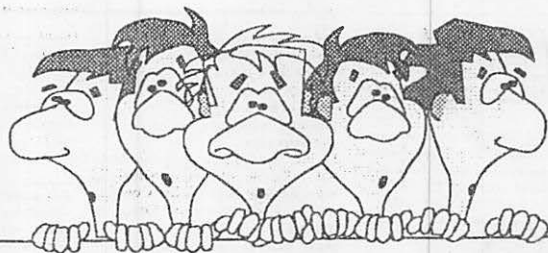
Já confirmaram presença no evento os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB), Ney Suassuna (PMDB), Humberto Lucena (PMDB), os deputados federais Álvaro Gaudêncio Neto (PFL), Adauto Pereira, José Luiz Clerot

(PMDB), Enivaldo Ribeiro (PPB), Ivandro Cunha Lima (PMDB), José Aldemir (PMDB), Armando Abilio (PMDB), Gilvan Freire (PMDB), Ricardo Rique (PMDB) e Roberto Paulino (PMDB).

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Inaldo Leitão, participará do seminário representando o Poder Legislativo Estadual.

O seminário terá ainda a participação do reitor da UFPB, representantes do Fórum e representantes de entidades engajadas na luta pela defesa da universidade pública.

Durante o seminário o reitor Jader Nunes vai lançar, publicamente, o Fórum Paraibano em Defesa da Universidade Pública.



ADUFP promove palestra sobre privatização da Vale do Rio Doce

A ADUFPB-JP é o Fórum Estadual Contra o Neo-liberalismo promovida na última quinta-feira, dia 10, palestra sobre a privatização da Cia. Vale do Rio Doce e suas consequências. A palestra foi realizada no auditório da API - Associação Parai-bana de Imprensa e teve como conferencistas o almirante Gama e Silva e o professor Bautista Vidal.

Em sua palestra o professor Bautista Vidal enfocou o seguinte tema: "Os Recursos Naturais, a Cia Vale do Rio Doce e o Futuro da Nação". Dentro desse contexto Vidal falou sobre o liberalismo, a globalização e a empresa de capital Nacional; O "real" e seus resultados na economia nacional; Dependência das grandes potências em recursos não renováveis estratégicos; Significado da venda da Vale para a vida nacional e as futuras gerações; O Brasil como potência energética mundial no próximo século; Participação do gás natural na matriz energética; Perspectivas para o Brasil no contexto mundial no ano 2.000 e Pró-álcool: problemas e perspectivas.

O almirante Gama e Silva abordou o tema "A Cia. Vale do Rio Doce e a Soberania Nacional. Em sua palestra ele enfocou os seguintes tópicos: Venda da Vale - primeiro alvo da operação neo-liberal; Objetivo maior: domínio da economia do Brasil; Classifi-



cação de países; Extratores e transformadores; Razões para a desapropriação da Vale e de outras empresas estatais e privadas nacionais; perpetuar o Brasil na condição de país extrator e Vale; balão de ensaio para transferência de empresas nacionais para o domínio estrangeiro.

O almirante Gama e Silva e o professor Bautista Vidal têm se destacado nacionalmente por suas posições contrárias a venda da Cia. Vale do Rio Doce. Em suas palestras promovidas em todo o país eles têm alertado a população para o risco que significa para o país a venda da Companhia. "Tratase de duas pessoas entendidas sobre a questão que envolve a soberania nacional e a Vale do Rio Doce. Eles mostram, em suas palestras, que por traz da privatização da Vale há uma grande perda da soberania nacional e do subsolo brasileiro", disse o presidente da ADUFPB-JP, professor José Jonas Duarte da Costa.

Entidade sedia reunião da Regional NE da ANDES

A ADUFPB-JP sediou, no último dia 5, a Reunião da Regional Nordeste II da ANDES-SN, com a presença das Ads de João Pessoa, Campina Grande, Mossoró, Natal, Recife, Caruaru e Cajazeiras. Durante a reunião foram discutidos encaminhamentos de deliberações tomadas durante o XVI Congresso da ANDES-SN, ocorrido em João Pessoa.

Fazem parte dos encaminhamentos o fortalecimento da marcha dos sem-terra; a continuação da luta contra a aprovação do PEC 370 A/96, através de debates com parlamentares, reitores e elaboração de documento dirigido aos deputados, mostrando as consequências da PEC 370 para as universidades nordestinas, além do aprofundamento da discussão sobre a avaliação da LDB.

Entre os encaminhamentos constam ainda a realização de seminário regional sobre política educacional e discussão sobre: participação dos aposentados nas Universidades, ciência e tecnologia, abertura de cursos noturnos, entre outros. A Diretoria da ADUFPB-JP já está implantando as decisões tomadas durante o Congresso.

BOLETIM

ADUFPB-JP - Boletim de Notícias do Sindicato Nacional de Filiação CUT

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filiação CUT Centro de Vivência - UFPI Caixa Postal 8001 CEP 58051-970 João Pessoa/PB Fone: (083) 224-3801 Fax: (083) 224-8375

Presidente: José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente: Evandro Roque de Arruda Jr.
Secretaria-Geral: Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro: Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical: Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Política Educ. e Cient.: Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor Cultural: Antonio Luiz de Albuquerque Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio
Suplente de Tesouraria: Mª das Graças Nóbrega de Almeida
Jornalista Responsável: Gláudene Nunes - DRT/PB Diagram. e Edít. Eletrônica: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

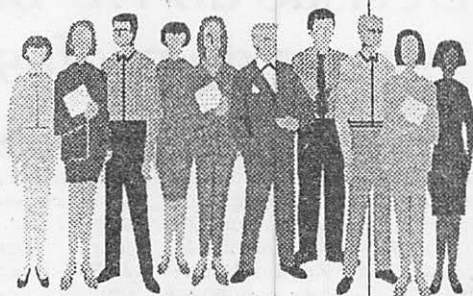
MÍDIA
Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620 João Pessoa - PB Fone: (083) 982-3484 231-3945 Fone/Fax: (083) 231-1703

PROTESTO

Assembléia decide paralisar atividades na UFPB

Em assembléia realizada no último dia 15, os professores da Universidade Federal da Paraíba decidiram paralisar suas atividades a partir das 10 horas do dia 17 de abril, para participar, junto ao movimento dos Sem-Terra, estudantes e funcionários públicos, da marcha nacional por reforma agrária, emprego, educação e saúde.

Os professores deliberaram ainda pela entrada na Justiça para a redução da contribuição do Plano de Seguridade Social, de 12% para 6%, e por uma ação que garanta o abono pecuniário. As decisões tiveram aprovação unânime dos 146 professores presentes à assembléia.



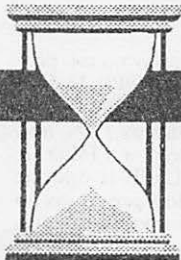
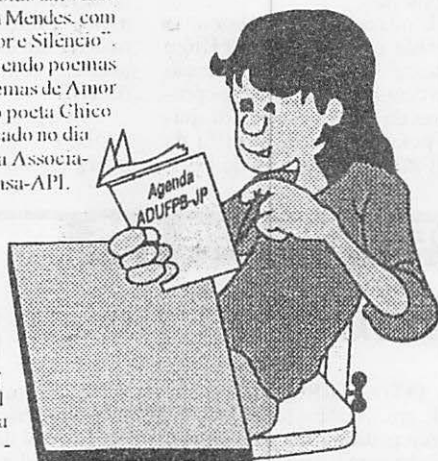
“Agenda” reunirá poetas e fotógrafos

A ADUFPB-JP estará promovendo nos próximos dias o encontro de todos os poetas e fotógrafos paraibanos que participam da Agenda da entidade deste ano.

O evento vai reunir os poetas Chico Lino, Aguiã Mendes, Sérgio Castro Pinto, Ronaldo Monte de Almeida, Vanildo Brito, José Antônio Assunção, Idelberto Barbosa Filho, Gildemar Pontes, Edônio Alves do Nascimento, Geraldo Nogueira Amorim e Milton Marques, além dos fotógrafos Marcos Veloso, Ricardo Peixoto, Mano de Carvalho, Giselma Franco, Ricardo Araújo, Derval Golzio, José Alexandrino Filho e Roberto Contra.

Também vai ser exibido um vídeo de autoria do poeta Aguiã Mendes, com o título “Poemas de Amor e Silêncio”. O vídeo mostra poetas lendo poemas publicados no livro “Poemas de Amor e Silêncio”, escrito pelo poeta Chico Lino Filho e que foi lançado no dia 4 de abril, no Terraço da Associação Paraibana de Imprensa-API.

Também está sendo agendada a realização de um show com o grupo “Assaltar-te”, integrado por Milton Dornelas, Marcos Fonseca e Xisto Medeiros. O encontro vai ser realizado na Sede Social da ADUFPB-JP, na rua Gilvan Murbeca, 88 - Cabo Branco - JP.



NOVO HORÁRIO

O advogado Paulo Guedes agora atende aos sindicalizados da ADUFPB-JP às quartas e sextas-feira, sempre a partir das 10 horas às 12:00 na sede da entidade.

28,86%

Decisão do TRF beneficia grupo de professores



Os juizes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife e jurisdição em todo o Nordeste, concederam a um grupo de professores da Universidade Federal da Paraíba as diferenças de 28,86%, relativo à isonomia salarial que tem como base o aumento dado pelo governo federal, em fevereiro de 1993, aos militares e, desde então, exigido pelos servidores civis federais. A decisão foi tomada no dia 20 do mês passado.

Os juizes acataram, por unanimidade, o voto do relator Hugo Machado, favorável à concessão do percentual de 28,86% aos professores da UFPB. A ação foi ajuizada pela assessoria jurídica da ADUFPB-JP desde maio de 1994.

De acordo com o advogado Paulo Guedes, a decisão dos juizes do TRF, concedendo definitivamente o percentual de 28,86%, beneficia um grupo de 20 professores e reforma decisão anteriormente proferida pelo juiz da 2ª Vara Federal do Estado da Paraíba.

A relação dos professores que terão direito ao benefício se encontra na ADUFPB-JP. O advogado Paulo Guedes informou que a implantação dos 28,86% vai ocorrer tão logo seja publicado o acordão, com a decisão dos juizes do TRF.

Processo - Ao todo, a ADUFPB-JP entrou com duas ações em busca da incorporação

dos 28,86%. O outro processo, que ainda não teve a mesma sorte do de nº94.6193-5 encontra-se no TRF aguardando remessa para o Supremo Tribunal Federal, para apreciação de agravo de instrumento interposto no referido feito.

Todos os professores da UFPB incluídos no grupo receberão os valores devidos desde fevereiro de 1993, sempre calculados no percentual de 28,86% sobre os vencimentos percebidos à época, sob o regime de precatórios.

DESCONTO DO PSS

Tribunal nega pedido da UFPB

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife e jurisdição em todo o Nordeste, negou pedido feito pela Universidade Federal da Paraíba para cassar a liminar que suspendeu o desconto para o Plano de Seguridade Social - PSS - nos contracheques dos professores aposentados.

Com a decisão do TRF os professores aposentados, que compõem o grupo relacionado no processo 96.6922-0, permanecerão com o desconto previdenciário, no percentual de apenas 6%, sobre os seus vencimentos.

Duplicidade - Sobre a falha ocorrida o mês passado, quando houve o desconto para o PSS nos contracheques dos professores inativos do

processo 96.6922-0, a Superintendência de Recursos Humanos da UFPB informa que a falha ocorreu porque os aposentados que tiveram descontados os 12% estavam com duplicidade de processos sobre o mesmo assunto.

Vários professores inativos estavam em processos ajuizados pela ASIP e pela ADUFPB-JP. Eles ganharam, pela ADUFPB-JP, o direito de não ter descontado em seus contracheques os 12%, mas perderam pela ASIP, o que provocou a falha. A recomendação da Diretoria da ADUFPB-JP é de que os professores não fiquem em dois processos ao mesmo tempo, evitando dessa forma, problemas como o que ocorreu.

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



BOLETIM

ADUFPB-JP

Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do
Sindicato Nacional do Ensino Superior

NESTA EDIÇÃO

PEC 370-A



Universidade
pública é
a melhor

Página 4



Manifesto em
defesa da C&T

Página 3

Seminário reúne parlamentares

O seminário promovido pelo Fórum Paraibano em Defesa da Universidade Pública reuniu no dia 18 de abril, no auditório da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores, além de representantes de entidades engajadas na luta em prol da universidade pública. Durante o seminário o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB) e os deputados federais Álvaro Gaudêncio Neto (PFL) e José Luiz Clerot (PMDB), se comprometeram em defender a universidade pública, principalmente a UFPB, no Congresso Nacional.

Participaram ainda do seminário o deputado Luiz Couto (PT), vereador Ricardo Coutinho (PT), Sebastião Vieira, reitor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB -, Alexandre Nader, assessor do reitor, Neroaldo Pontes, secretário de educação do município e Daniel Dantas, do Movimento dos Sem-terra, além de professores, estudantes e funcionários da UFPB.

Os trabalhos foram presididos pelo reitor da UFPB, Jäder Nunes. Durante o seminário Jäder Nunes lançou, publicamente, o Fórum Paraibano em Defesa da Universidade Pública. Em seu pronunciamento o reitor destacou o papel importante que a UFPB exerce no Estado e exortou os parla-

mentares que integram a bancada paraibana no Congresso a se posicionarem contra a PEC 370 (proposta de Emenda Constitucional de autoria do governo federal que trata sobre a autonomia universitária, alterando o artigo 270 da Constituição Federal).

O professor José Jonas Duarte da Costa, presidente da ADUFPB-JP, que integra o Fórum, disse, em seu pronunciamento, que o projeto transforma as atuais autarquias federais em organizações sociais, sem a definição do seu caráter público, e deixa claro que esta medida pode estender-se às estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, disse ainda Jonas Duarte, a emenda propõe o Regime Jurídico por universidade, "fato extremamente comprometedor para as universidades das regiões mais pobres, como o Nordeste".

"A transformação das atuais universidades federais em entidades autônomas, tal qual as organizações sociais do senhor Bresser Pereira, provocará graves distorções no papel a ser cumprido por essas instituições, além de inviabilizá-las, na prática, em regiões de baixo nível de desenvolvimento econômico, como o Nordeste", frisou o presidente da ADUFPB-JP.

OPINIÃO

Nós merecemos

Graziela de Oliveira

A estabilização monetária conseguida com o Plano Real tem trazido efeitos positivos para a economia. Assim como em épocas passadas, a economia vai bem, mas o povo vai mal.

Há mais de dois anos os servidores públicos não conseguem qualquer reajuste ou ganho social. Os serviços públicos estão sendo literalmente desmantelados, o que pode ser observado na insatisfação da população com o crescimento das filas para conseguir uma vaga em escolas públicas e no mal atendimento em hospitais e postos de saúde. Não há verba para o setor social, porque há urgência em se salvar o sistema financeiro.

A política do governo FHC ajuda a crescer a população dos SEM: Sem-teto, Sem-terra, Sem-emprego, Sem-escola, Sem-assistência médica, Sem-reajuste salarial e Sem-cidadania. No Congresso também cresce o número dos Sem-respeito ao patrimônio público conquistado por duras lutas e trabalho árduo dos trabalhadores. O próprio presidente da República compra com dinheiro público o voto dos Sem-ética parlamentar para fazer passarem as reformas que lhe interessam na Constituição. Se aprovadas as medidas previstas na PEC 370, a Universidade Pública, em lugar de melhorar de qualidade, deixará de existir. Diante da conjuntura econômica, social e política adversa, até o momento estamos Sem-ação.

Desde que optamos pela via judiciária, não mais convocamos assembleias para discutir e organizar a ação política. Os ganhos ou o sonho de ganhos de diversos percentuais lideram (ou deliram?) a preocupação de nosso sindicato. Sequer nos damos conta do fato de que muitos colegas já estão sofrendo uma deterioração de suas condições de vida. As dívidas se acumulam e o dinheiro do aluguel e da mensalidade escolar hoje é incerteza. Esta incerteza é, contudo, fruto da nossa própria imobilização. Porque não lutamos por serviços públicos de qualidade não podemos contar com colégios e assistência médica para nossos filhos e família. A agonia e a insatisfação no lar são em parte produto das condições de trabalho mas, ao mesmo tempo, prejudicam o próprio trabalho. A qualidade do serviço, inclusive do que prestamos, fica a desejar. Mas fazemos parte da causação da sua deterioração, na condição de avestruzes. Nós merecemos.

Seminário reúne especialistas em educação na UFPB

"Especialistas em Educação: As Dimensões de uma Crise". É o seminário que a Coordenadoria do Curso de Especialização em Supervisão e Orientação Educacional estará promovendo nos dias 12, 15, 19 e 22 de maio, no auditório do Centro de Educação da UFPB, para alunas do 1º CESCOE, estágio supervisionado, orientadores, supervisores, professores e educadores em geral.

O seminário tem como objetivos analisar a política neoliberal e seus reflexos nos programas educacionais; Refletir sobre a prática dos profissionais da educação diante da chegada de novas tecnologias na escola; Conhecer a construção da identidade dos especialistas em educação e refletir sobre os desafios postos à prática da supervisão e orientação educacional.

PROGRAMAÇÃO

■ Dia 12/05 - Tema: O projeto neoliberal e seus reflexos na educação. Expositores: professores Alder Júlio e Alexandre Nader. A coordenação será da professora Salete Barboza. Auditório do CCSA/211, às 14 horas.

■ Dia 15/05 - Tema: A prática do supervisor e do orientador frente às novas tecnologias na escola. Expositores: professores Paulo Gileno e Ronaldo Barbosa. A Coordenação será da professora Carmem Lúcia. Auditório do CE/212, às 14 horas.

■ Dia 19/05 - Tema: Especialistas em Educação: as dimensões de uma crise. Expositores: Professores Fábio Nascimento e Glória Escarião. Coordenação: Prof. Lúcia Muribeca. Auditório do CE/212, às 14 horas.

■ Dia 22/05 - Tema: A crise do Curso de Pedagogia e a construção de sua identidade. Expositores: Professoras Ivone Barro Vita e Edna Aguiar. A coordenação será da prof. Edna Cunha. Auditório do CE/212, às 14 horas.

BOLETIM

ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filiação CUT Centro de Vivência - UFPB Caixa Postal 5001 CEP 58051-970

João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375

Presidente:
José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente:
Evanizo Roque de Arruda Jr.
Secretária-Geral:
Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro:
Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:
Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Política Educ. e Client.:
Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor Cultural:
Antonio Luiz de Albuquerque Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Derval Golzio
Suplente de Tesouraria:
Mª das Graças Nóbrega de Almeida

Jornalista Responsável:
Glaudene Nunes - DRU/PB
Diagram. e Edit. Eletrônica:
Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620 João Pessoa - PB
Fone: (083) 982-3484/231-3945
Fone/Fax: (083) 231-1703

Manifesto em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia

Desenvolvimento, no sentido amplo, justo e desejável, só pode ser um processo de que resulte o bem-estar social e não apenas o enriquecimento do Estado, de corporações ou de indivíduos. Devem alinhar-se, portanto, entre suas metas prioritárias, o aumento da produção de bens materiais e a melhor distribuição da riqueza; o aprimoramento da administração pública e da legislação social; o aperfeiçoamento e a generalização do ensino; a melhoria de todo o sistema de defesa e assistência à saúde pública; a mais ampla participação da coletividade nas atividades culturais, de recreação e de lazer. Assim sendo, ganha nitidos contornos a importância do binômio "Ciência e Tecnologia" (C&T) para o desenvolvimento.

Em outros tempos, certamente que a técnica, empiricamente adquirida, pôde se desenvolver independentemente da ciência, ainda que por meio de um procedimento penoso e demorado. Mas a inovação tecnológica de hoje, com a rapidez que mal nos permite incorporar aos nossos hábitos coisas e processos que já se vão tornando obsoletos, somente se torna possível neste século, com o fantástico desenvolvimento de todas as áreas em que se costuma dividir a Ciência.

É fundamental a percepção de que a C&T são partes indissociáveis do complexo cultural. Como tal, não são simplesmente produtos, mas processos com uma dinâmica própria, que encerram toda uma corrente de pensamentos, toda uma conduta de ação e dessa forma compõem como fatores críticos para o desenvolvimento.

O domínio do conhecimento científico, portanto, e a consequente geração de tecnologia própria constituem a essência do desenvolvimento autêntico, ao contrário daquele outro - ilusório - baseado em coisas apenas fabricadas aqui. Não por nós, no sentido mais próprio da expressão, ainda que por alguns de nós. No caso, pouco mais do que executores de um receituário importado, sem vinculações enraizadas em nosso patrimônio cul-

tural, científico e tecnológico.

Os cientistas estão perplexos ante o notório agravamento da crise que solapa a eficiência do "Sistema Nacional de C&T". Universidades e institutos de pesquisa oficiais, que deveriam ser o baluarte da construção de uma sociedade democrática, justa e desenvolvida, vivem em constante sobresalto com os radicais cortes orçamentários, restrições burocráticas de toda ordem, crescente perda de seus recursos humanos mais capacitados e em todos os níveis.

Face as reconhecidas qualificações do Chefe da Nação, como intelectual e sobretudo, como cientista social, torna-se profundamente paradoxal o agravamento dessa crise que mantém o Sistema Nacional de C&T sob a ameaça do governo de eximir-se da responsabilidade da sua manutenção. Pois não pode desconhecer, o presidente da Nação, que, nas nossas condições e considerado o interesse social coletivo, não existe sucedâneo para a atuação do Estado com vistas ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

A Nação precisa ficar atenta aos riscos que advirão da eventual concretização da declarada intenção de deixar de assumir as instituições científicas. A redução do Estado e a inserção na economia global não justificam a renúncia à defesa do interesse coletivo voltado para a soberania nacional.

A posição do Estado, com relação às instituições científicas, deve ser norteada pelas características de seu trabalho, aliadas à sua importância social e econômica. Dar-lhes condições administrativas e financeiras ajustadas a tais características e importância central na economia, não deve ser considerado um privilégio. Ao contrário, deverá ser parte de um planejamento objetivo em que se atenda às condições necessárias para que essas instituições produzam os resultados que delas se esperam. É necessário, enfim, que se firme o conceito de que as instituições de pesquisa requerem um tratamento especial e prioritário, mesmo

nos períodos de crise; que o corte de recursos e o rebaixamento salarial levam a uma decadência que só grandes investimentos e anos de espera podem corrigir.

Os resultados da investigação científica não são programáveis a curto prazo. Como regra geral, emergem em seu próprio tempo, como produto de um trabalho contínuo, pertinaz e, quase sempre, demorado. Consequentemente, os investimentos em ciência e tecnologia não produzem dividendos políticos de rápido retorno. A decisão de investir na revitalização de todo um sistema de C&T exige convicção, postura e visão de estadista, porque os resultados mais visíveis surgirão num tempo que ultrapassa o período de uma administração. Mas, certamente, não há outro caminho e, de uma tal convicção, surgiram e estão surgindo todas as grandes nações.

Conclamamos a comunidade científica brasileira a defender o papel do Estado, a soberania nacional e os interesses sociais coletivos, trabalhando incessantemente para conscientizar o governo em relação ao dever irremovível que lhe compete, de promover por todos os meios o desenvolvimento científico e tecnológico, abandonando o equívoco de eximir-se dessa responsabilidade e adotando uma política que atenda aos reais interesses da Nação.

Só assim conseguiremos recompor os nossos sistemas científico-tecnológicos, de modo a encontrarmos - nós mesmos - soluções para os nossos problemas, trajetória e sustentação para o nosso desenvolvimento, e com isto a afirmação da nossa soberania, ou estaremos irremediavelmente condenados a ser meros carregadores de lenha e de água para os países desenvolvidos.

**Frente Nacional em
Defesa da Ciência e
Tecnologia**

Universidade pública é a melhor, constata Provão

A melhor universidade é pública, tem mais de cinquenta anos, reúne em seu corpo docente uma grande concentração de mestres e doutores e privilegia a pesquisa. Esse é o perfil padrão da boa faculdade brasileira, conforme constatou o provão aplicado pelo Ministério da Educação junto aos alunos dos cursos de administração, direito e engenharia. Ao todo são 71 as universidades de ponta, agraciadas com o conceito A - melhor nota.

Para a diretoria da ADUFPB-

JP o governo gastou muito com a realização do provão para saber o óbvio: que as universidades públicas, em termos de qualidade, são superiores às privadas. A proporção apontada no resultado do teste demonstra a superioridade das universidades públicas em relação as universidades privadas.

Um percentual de 25% das universidades públicas foram consideradas ótimas. Uma em quatro tirou nota A, enquanto em que nas privadas essa nota foi dada a uma em 17.

“O que o provão constatou é o que todo mundo já sabia”, disse o diretor de imprensa da Aduf, Derval Golzio. Sobre o conceito dado a alguns cursos da UFPB, a exemplo do curso de Administração, que ficou com a nota E, Derval lembrou que esta nota foi dada a todas as universidades onde os alunos fizeram boicote ao provão, ou seja, não fizeram as provas.



ACONTECE

Geógrafos

A Associação dos Geógrafos Brasileiros-seção João Pessoa, realizará no período de 13 a 16 de julho deste ano, juntamente com o Departamento de Geociência da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, o VI Encontro Regional de Estudos Geográficos.

O encontro vai abordar o seguinte tema: “Nordeste: Turismo, Meio Ambiente e Globalização. O evento tem como objetivo discutir temas de interesse regional e contribuir para a elaboração de propostas voltadas para a problemática do turismo, entre outras questões emergentes do Nordeste.

Omelete

No próximo dia 23/05 tem show "As gemas Preciosas", da Banda Omelete, na sede sócio-cultural da ADUFPB-JP, a partir das 21h00. A direção do espetáculo é de Elizér Filho.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 07 de Maio
(4ª feira), às 09h00,
no Auditório da Reitoria

PAUTA:

- 1) - Informes:
Autonomia: PEC 370 A/96
Negociação com o MARE
- 2) Autorização da AG para ajuizamento da ação dos 47% (reajuste não concedido pelo Governo aos servidores em 93/94)

COMUNICADO URGENTE

O governo FHC mostra mais uma vez a sua face autoritária. Procura aprovar suas reformas neoliberais a todo custo. Os fatos ocorridos nos dias 06 e 07 de maio durante a votação da Reforma Administrativa demonstram tais tentativas. A partir da avaliação de que não conseguiria os votos necessários à derrubada dos Destaques de Votação em Separado apresentados pela oposição, o bloco governista procurou dar um golpe desrespeitando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O golpe foi desmascarado pela oposição que imediatamente reuniu-se, organizou e desenvolveu uma tática de obstrução das votações seguintes na Câmara, promovendo um apitação ensurdecedor para conseguir seu intento.

A seguir, transcrevemos nota do bloco de oposição denunciando a tentativa de golpe impetrada no Congresso Nacional no último dia 07 de maio.

João Pessoa, 08 de maio de 1997

NOTA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO

As oposições brasileiras denunciam à Nação a escalada autoritária em que se engajou o Governo Fernando Henrique Cardoso, depois que começou a perder apoio na sociedade e a não controlar sua base de sustentação no Congresso. Depois de submeter o Parlamento e a Justiça a achincalhes, inclusive em entrevistas concedidas em suas sucessivas viagens ao exterior, o aparato presidencial volta-se agora para inibir o voto oposicionista dentro da própria Câmara dos Deputados.

No afã de aprovar suas reformas neoliberais, o Presidente submeteu o parlamento brasileiro, no dia de ontem, a uma brutal agressão. Acatando questão-de-ordem formulada pelo líder do PFL, o presidente da Câmara dos Deputados suspendeu a votação de quatro Destaques para Votação em Separado (DVSs) da oposição. Diante da dificuldade de obter 308 votos para manter sua proposta de reforma administrativa, a manobra governista pretende remeter a decisão de aceitar ou não os DVSs à deliberação do plenário, por maioria simples de 257 votos.

A trama, de restringir o direito das minorias de apresentar destaques, teve início num café da manhã na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, onde estiveram presentes os líderes dos partidos que apóiam o governo e o ministro Sérgio Motta. Lamentavelmente, o Sr. Tesner cedeu às pressões, perdendo uma oportunidade histórica de reafirmar a soberania da instituição.

Agredir a Câmara dos Deputados, pelo receio de ser derrotado, demonstra que o governo se enfraquece. Pretende o Palácio do Planalto tangenciar os problemas que tem com sua base de apoio parlamentar através de uma manobra torpe, antiregimental e antidemocrática.

A oposição, reunida no Bloco Parlamentar e deputados de outros partidos que não coonestam o arbítrio, denunciam o golpe ontem perpetrado e anunciam que tomarão todas as medidas que considerarem legítimas para preservar a democracia no país.

Brasília, 07 de maio de 1997.

Deputado Neiva Moreira (PDT/Líder do Bloco)

Deputado José Machado (PT)

Deputado Aldo Arantes (PCdoB)

Deputado Sérgio Guerra (PSB)

VALE CONTINUA *SUB JUDICE*

AGÊNCIA ANDES (Brasília) - Continua à espera de decisão da Justiça o leilão da Companhia Vale do Rio Doce, ocorrido ontem no Rio de Janeiro. O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para amanhã o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade contra a privatização da mineradora. Por sua vez, a juíza da 9ª Vara Federal (RJ), Valéria Medeiros de Albuquerque, que concedeu liminar suspendendo os efeitos do leilão, espera do BNDES os balanços da Vale referentes ao período entre 1991 e 1993.

A ação em julgamento pelo STF foi impetrada por advogados do Maranhão que questionam o uso de medida provisória (MP) no caso da venda da Vale. Isso porque a emenda constitucional número 6, aprovada em 1995, estabeleceu que o recurso da MP não poderia ser utilizado nos casos referentes à exploração mineral. A emenda nº 6 alterou o artigo 176 da Constituição, abrindo às empresas estrangeiras a possibilidade de exploração do subsolo brasileiro, mas barrou o uso de MPs sobre o assunto.

A juíza da 9ª Vara Federal concedeu liminar à ação dos advogados Luis Carlos Sigmaringa Seixas e Luiz Eduardo Greenhalgh (este, também deputado do PT/SP) após a realização do leilão, pois a MP que definiu as regras de privatização da Vale condicionava o leilão à apresentação do balanço da empresa dos últimos cinco anos (até 1996). O BNDES, no entanto, apresentou apenas balanços dos últimos dois anos o que, no entender dos advogados, torna questionável a avaliação do valor da Vale do Rio Doce.

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

A reunião do Setor das IFES que estava marcada para os dias 11 e 12 de maio, em Belo Horizonte, foi adiada para os dias 16 e 17 de maio em Brasília. No dia 18/05/97 será realizada a Plenária Nacional dos SPFs, também em Brasília.

A reunião do setor das IFES terá início às 14:00 horas do dia 16/05, na sede da ANDES-SN, com a seguinte proposta de pauta:

- 1) *Informes;*
- 2) *Definição da Campanha Nacional em Defesa da Autonomia e do Salário;*
- 3) *Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, com paralisação (21/05 ou 27/05/97)*
- 4) *Autonomia - Encaminhamentos;*
- 5) *Preparação da intervenção da ANDES-SN na Plenária Nacional dos SPFs;*
- 6) *Outros.*

A SEDE SÓCIO CULTURAL DA ADUFPB-JP CONVIDA:

09/05/97 - Lançamento do livro de contos do escritor e professor Rinaldo de Fernandes, O CAÇADOR, às 21:00h

23/05/97 - Show da Banda OMELETE, às 21:00h

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



BOLETIM

ADUFPB-JP

Informativo da ADUFPB-JP/SSind da
ANDES Sindicato Nacional

NESTA EDIÇÃO

Leia artigo
"Sobressaltos"

Página 2



PRIVATIZAÇÃO

AL apóia luta
dos docentes

Página 4

AUTONOMIA E SALÁRIOS

ANDES realizará campanha nacional

A ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior vai realizar, juntamente com as Ads, uma campanha nacional de mídia em defesa da autonomia das universidades públicas e por melhores salários.

A Diretoria da ANDES considerou que, além de pertinente, a campanha deve realizar-se com urgência. "A iminência da votação da PEC 370-A/96, a implementação da LDB Darcy/MEC, o avanço do processo de privatização do ensino público e as consequências que já se observam em função da nova legislação sobre o ensino tecnológico colocam-se como elementos de agravamento das ameaças e ataques que o governo vem desferindo sobre a educação pública. Afó-

ra isso, torna-se insustentável a situação salarial dos docentes que, assim como as demais categorias de servidores públicos federais, amargam um período de quase três anos sem reajuste de seus vencimentos", ressalta a Diretoria.

A campanha vai se basear em projeto publicitário apresentado pela agência interativa M&B, de Recife, selecionada entre três outras agências sediadas em Brasília. A idéia é que a campanha se realize em duas etapas: a primeira, de lançamento com a disponibilização para as Seções Sindicais, de um mínimo de peças publicitárias, que permitam o trabalho de divulgação inicial; a segunda, de continuidade ou sustentação, com incremento de algumas peças na mídia local.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 27 de Maio
(3ª feira), às 09h00,
no Auditório da Reitoria

PAUTA:

- 1) - Informes;
- 2) - Escolha de delegados para o CECUT e CONCUT

Sobressaltos

Aurélio José de Freitas

A agência do Banco do Brasil da UFPP, com certeza, não é depositária dos clientes mais afortunados da Paraíba. Sabe-se, há muito tempo, que os professores universitários não percebem salários que lhes dêem condições de suprir suas necessidades básicas - embora percebam esta realidade muito bem.

Vivem - vivemos - um constante sobressalto: o da feira, o da prestação, o da mensalidade escolar dos filhos e, até, o do ônibus que nos leva às aulas. Quanto a este último ponto, resta-nos a vantagem da proximidade matinal com os próprios alunos...

De forma nenhuma não irônica poderíamos atribuir exclusivamente ao Príncipe (FHC) a culpa face aos nossos sobressaltos. É o primeiro presidente - salvo melhor juízo - a pertencer à classe universitária e, talvez, único a ter sofrido as agruras do exílio... por pensar... quem sabe por ter produzido uma certa "teoria da dependência", tão elogiada pelos áulicos de hoje quanto ignorada pelos poderosos de ontem.

Mas voltemos ao Banco do Brasil, mais precisamente à sua agência da UFPP: na sexta-feira passada (09.05.97), estávamos lá para retirar a "fêria" do supermercado quando, de repente, quatro assaltantes nos puseram ao chão, sob à mira de cada "três-oitão" de deixar qualquer professor mudo. Calma, calma, murmurei para a aluna que dividia comigo o lugar e a posição humilhantes, ambos com



medo de uma bala que obstruísse a nossa promissora carreira universitária... ela chorava e eu tremia.

A violência de um assalto, embora e felizmente inculento, me fez pensar. Aliás, pensar é o que não nos reprime nem a maior das violências, por mais que nos deixe momentaneamente atordoados. Estamos sobressaltados, assaltados literalmente, desconsiderados, pessimamente avaiados e os Bancos - sobretudo os particulares - protegidos. Ângelo Calmon de Sá, os Magalhães Pinto (e outros) não "levam pau", nem são jubilados, nem presos; nem pensar!

Mas quem viveu uma situação de assalto: revólveres prontos a disparar, gritos, ameaças de morte, etc., pode compreender porque Freud ressaltou a condição básica de desamparo (ou dependência) do ser humano, sobretudo na época infantil, aquela que é sobre modo determinante do nosso vir-a-ser.

Entre os animais, embora desti-

nados a ser o seu rei (que me desculpe o leão), somos os mais desamparados no princípio da vida. Ninguém precisa ensinar um patinho a nadar como precisamos ansiosamente afastar os nossos bebês dos precipícios e das tomadas elétricas da casa. Voltemos, para terminar, ao assalto: a agência estava apinhada de professores, funcionários e alunos, estendidos (parecia uma fila de dominó) e mal pagos. Evidente que estavam no mesmo barco os funcionários do BB. Aliás, portaram-se durante todo o assalto com a calma e o profissionalismo que a circunstância exigia; certamente, por sofrerem os sobressaltos cotidianos já apontados, se identificam conosco. É o assalto do dia 09 de maio terminou, entre vivos e traumatizados: as cenas não me saem da cabeça. A situação básica de desamparo humano foi revivida ali por todos nós, idiossincraticamente, ou seja, ao modo de cada um.

Compreensivelmente, o Banco teve de paralisar as suas atividades para contabilizar o prejuízo. Não havia mais dinheiro para o saque desejado. Mas não perdemos o direito de pensar, inclusive sobre a violência metafórica que nos atordoa.

O assalto de hoje é semelhante ao sobressalto que sofremos há dois anos e meio, sem valorização profissional e sem salários condignos.

Aurélio José de Freitas é psicanalista e professor da UFPP

BOLETIM

ADUFPB-JP - Informações da ADUFPB-JP/2000, do Sindicato Nacional de Professores do Ensino Superior

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filiação à CUT Centro de Vivência - UFPP Caixa Postal 5001 CEP 58051-970 João Pessoa/PB Fone: (083) 224-3801 Fax: (083) 224-8375

Presidente:
José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente:
Evanizio Roque de Arruda Jr.
Secretária-Geral:
Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro:
Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:
Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:
Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor de Política Social:
Lenilma Bento de A. Menezes
Diretor Cultural:
Antonio Luiz de A. Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Derval Golzio
Suplente de Tesouraria:
Mª das Graças Nóbrega de Almeida

Jornalista Responsável:
Glaudeneice Nunes - DRT/PB
Diagram. e Edit. Eletrônica:
Ricardo Araújo - MTB/PB 631

MEDIA
Associação de Comunicação
Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620 João Pessoa - PB Fone: (083) 982-3484/231-3945 Fone/Fax: (083) 231-1703

Banda Omelete apresenta show na sede sócio-cultural da ADUFPB-JP

“As Gemas Preciosas” é o show que a Banda Omelete apresenta nesta sexta-feira, 23, na Sede Sócio-cultural da ADUFPB-JP, sindicato dos professores da Universidade Federal da Paraíba, a partir das 21 horas. Com direção de Eliezer Filho, o espetáculo promete muita irreverência, humor e descontração para o público.

Com 9 integrantes, a Banda Omelete mistura música com piadas, preenchendo, dessa forma, uma lacuna existente na área musical da Paraíba. “Temos muitos músicos bons e também temos ótimos humoristas. Faltava um grupo que cantasse e fizesse piada ao mesmo tempo. E isto é o que nós estamos fazendo agora”, ressalta Sinfrônio Petrônio, vocalista da Banda.

Ao mesmo tempo em que cantam, os componentes, que se vestem de forma exótica, “porém chique”, fazem cena em cima das letras das músicas tocadas.



No show, classificado pelos integrantes da Banda como “brega humorístico”, vão ser tocadas músicas de “grandes compositores da MPB”, como Valdick Soriano, Reginaldo Rossi, Bartô Galeno, Carlos Alexandre, Evaldo Braga, Balazar, entre outros.

Ainda sem disco gravado, a Banda Omelete faz planos para gravar o primeiro CD possivelmente este ano. Por causa das carreiras paralelas dos seus integrantes - todos são músicos ligados a Orquestra Sinfônica da Paraíba - a Banda tem suas apresentações centradas mais na Paraíba. São poucas as viagens que fazem para outros Estados.

Entidade homenageia professor José Clementino

Sindicalizados, amigos, colegas de trabalho e toda a Diretoria da ADUFPB-JP consternados com a morte do professor José Clementino da Silva, presidente da ADUC - Associação dos Docentes Universitário de Cajazeiras, ocorrida na segunda-feira, dia 11/05.

Clementino era professor universitário do Campus V, UFPB, de Cajazeiras, tendo-se graduado Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, em 1994. Militante ativo em prol do

ensino público, tendo participado de todos os últimos embates da Andes, sua morte representa uma grande perda para o Campus de Cajazeiras e para a Universidade Federal da Paraíba.

Durante sua juventude foi presidente do Centro Cívico do Colégio Diocesano Padre Rolim, onde cursou os primeiro e segundo graus. Neste período já trabalhava na secretaria do educandário, transferindo-se logo em seguida, por ocasião da transformação da Faculdade de Filosofia em Campus da UFPB. Candidatou-se a uma vaga e

conseguiu ser aprovado como professor do Centro de Formação de Professores, onde atuava até sua morte.

A morte do professor José Clementino da Silva deixou atônitos amigos, colegas de trabalho, intelectuais e a comunidade em geral. Todos ficaram indignados com as circunstâncias do seu falecimento, que revelam o retrato da crise no setor de saúde pública, completamente abandonado pelas autoridades governamentais.

Clementino morreu no Hospital Regional de Cajazeiras, após um infarto fulminante. O professor não teve nenhuma chance de sobrevivência, em virtude da ausência de condições mínimas de assistência imediata no caso de infarto.

AL aprova Moção de Apoio aos professores da UFPB

A Assembléia Legislativa do Estado aprovou uma Moção de Apoio-aos professores e funcionários da Universidade Federal da Paraíba - UFPB -, pela luta contra a privatização das universidades públicas, pela manutenção da autonomia universitária e contra a política salarial implantada pelo Governo Federal.

A Moção de Apoio aos professores e funcionários da UFPB, nas pessoas dos presidentes da ADUFPB-JP, José Jonas Duarte da Costa, e do Sintesp, Edvaldo Rosas, foi apresentado pelo deputado Luiz Couto(PT) e subscrito pelos deputados Chico Lopes e Pe. Adelino, também do PT.

“A população brasileira tem sido, ao longo dos anos, vítima de políticas econômicas que tem servido para aprofundar a desigualdade social. Agora, para piorar mais a situação, surgiu o neoliberalismo e o fenômeno da globalização. O Governo Federal tem defendido fervorosamente esse novo modelo econômico. A consequência disso é o aumento do desemprego e da miséria dos trabalhadores. Por isso, não poderíamos deixar de expressar nosso apoio aos servidores públicos da UFPB que já começam a reagir, organizando protestos, contra essa política. Política nefasta, desenvolvida pelo presidente da República, que vem tentando demitir servidores e acabar com o ensino superior gratuito”, disse o deputado Luiz Couto ao propor a Moção de Apoio aos professores e servidores da Universidade.



ACONTECE

A Associação dos Geógrafos Brasileiros-seção João Pessoa, realizará no período de 13 a 16 de julho deste ano, juntamente com o Departamento de Geociência da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, o VI Encontro Regional de Estudos Geográficos.

O encontro vai abordar o seguinte tema: “Nordeste: Turismo, Meio Ambiente e Globalização. O evento tem como objetivo discutir temas de interesse regional e contribuir para a elaboração de propostas voltadas para a problemática do turismo, entre outras questões emergentes do Nordeste.

Reunião do GTPE

A Diretoria da ADUFPB-JP convida todos os professores para a reunião do GTPE - Grupo de Trabalho Política Educacional -, que será realizada no dia 4 de junho, às 14 horas, na ADUFPB-JP.



PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



BOLETIM

ADUFPB-JP Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional do Ensino Superior

ANDES inicia campanha por universidade pública e salários

NESTA EDIÇÃO



Concurso de poesia

Página 4

OPINIÃO

Nós não merecemos

Página 2

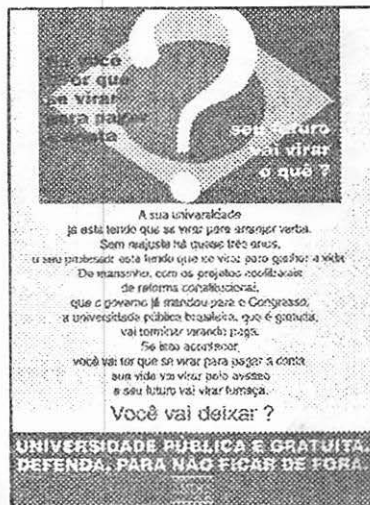
Se você tiver que se virar para pagar a conta, seu futuro vai virar o que?

Se você se vira para ganhar a vida, sua vida vai virar o que?

É com estas indagações que a ADUFPB-JP vem alertando e chamando a atenção de professores, estudantes e a comunidade em geral para os baixos salários dos professores - que comprometem a qualidade do ensino - e o perigo que representa o projeto de autonomia universitária, do governo federal, que agride a universidade pública e estimula o ensino superior privado no Brasil.

A estratégia faz parte de uma campanha nacional em defesa da universidade pública e por melhores salários, deflagrada pela ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -, juntamente com as ADs. sessões sindicais.

Para chamar a atenção



Panfletos são distribuídos na UFPB

dos alunos os professores estão entregando panfletos e, sempre que possível, estão provocando discussões a respeito da privatização.

A ADUFPB-JP também está aproveitando as reuniões realizadas nos diversos departamentos para levar aos professores a luta por melhores salários e pela universidade pública, gratuita e de boa qualidade.

Nós não merecemos (Ou uma resposta à apatia)

Mônica Nóbrega Corteletti

Não é necessário ser analista econômico para saber que nós professores passamos por um momento singular. É verdade que as dívidas se acumulam, que as condições de vida são hoje infinitamente inferiores ao que se vivia tempos atrás. É verdade, também, que temos sido atingidos por uma avalanche de PECs, Medidas Provisórias, de um governo que, dizendo querer melhorar o serviço público, tem, desavergonhada e autoritariamente, penalizado as IFEs, praticamente inviabilizando seu funcionamento. Verdadeiramente massacrados por essa avalanche, nós professores temos resistido bravamente quando continuamos zelando pela qualidade do nosso trabalho. É por isso que me incomoda tremendamente o texto da professora Graziela de Oliveira - NOS MERECEMOS - publicado no BOLETIM ADUFPB-JP, de maio de 1997, n° 52.

Não posso silenciar quando se diz que "a qualidade do nosso serviço, inclusive do que prestamos, fica a desejar". Como disse anteriormente, realmente que a exceção não pode ser transformada em regra pois, apesar das vozes governistas quererem negar a todo custo, ainda há, e não são poucos, professores que se empenham no seu trabalho, que se esmeram na produção de aulas, que, enfim, se respeitam enquanto profissionais, atuando com competência e seriedade na pesquisa, no ensino e na extensão. Tudo isso apesar das dívidas acumuladas. Não pode, portanto, um professor com esse perfil, merecer o contexto político e econômico em que vive, muito menos

merecer ser desqualificado diariamente pela imprensa, que, na sua maioria, fala a voz do governo.

Devemos cuidar para que não adotemos o discurso do governo que nos descaracteriza e enfraquece, tentando desconstruir todo o serviço público e desqualificar nosso trabalho e nossa capacidade de resistência.

A lamentação deve transformar-se em força, em ações que fortaleçam a nossa categoria. É preciso que reconheçamos que ações jurídicas não impedem ações políticas. Delírio não é acreditar em ganhos judiciais mas, sim, acreditar que o sindicato pode, neste momento, abdicar da via judiciária. **Nós não merecemos.**

Scrá que as assembleias são os únicos espaços para "discutir e organizar a ação política"? Como membro da Diretoria da ADUFPB-JP, tenho participado de reuniões nos Departamentos e Conselhos de Centros deste Campus, encontrando, nesses espaços, abertura não apenas para informes acerca de questões jurídicas mas, em alguns momentos, boas discussões políticas, disposição por parte dos professores para participarem com críticas e sugestões que fortalecem a construção de uma mobilização que já dá sinais de existência, mesmo para os que insistem em não ver.

Os professores aposentados, em reunião convocada pela Diretoria da ADUFPB-JP também disseram: **nós não merecemos**, ao mostrarem toda a sua disposição para participarem de ações que não estão restritas ao âmbito jurídico.

Tentar recuperar a discussão e a produção de artigos e seminários nos Gts é, também, uma forma de dizermos que estamos vivos e que não desistiremos com facilidade.

Reafirmando o espaço da Assembleia Geral como deliberativo, conforme previsto no nosso Regimento, não podemos esquecer que há outros lugares onde a discussão política pode acontecer. É bem verdade que uma mobilização, no momento difícil em que vivemos, não se dá de um dia para o outro. O trabalho é lento. É, principalmente, de recuperação da credibilidade do professor no seu próprio trabalho e na sua capacidade de reação. Para isso, é preciso, antes de mais nada, resistir ao discurso da apatia, unir forças, deixar de lado diferenças pequenas, muitas vezes, mesquinhas. Há um objetivo comum bem maior pelo qual precisamos estar todos unidos e atentos: a defesa de um serviço público de qualidade, o direito de poder ser servidor público sem ser visto pela população (como quer o governo) como responsável por todas as mazelas da sociedade. Para isso, é preciso buscar forças onde não temos, é preciso ter a "estranha mania de ter fé na vida".

Portanto, não se trata de *apagar* as dificuldades mas de *conhecê-las* efetivamente, *discuti-las* e *enfrentá-las*, sem que para isso precisemos abdicar do sonho e, por que não, do *delírio*. Enfim:

"se as coisas são inatingíveis...

ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não

fora

a presença distante das estrelas!"

Mário Quintana

Mônica Nóbrega Corteletti é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, do CCHLA e secretária geral da ADUFPB-JP

BOLETIM

Boletim da ADUFPB-JP - Setor de Comunicação - Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filiação CUT - Centro de Vivência - UFPB

Caixa Postal 5001 CEP 58051-970

João Pessoa/PB

Fone: (083) 224-3801

Fax: (083) 224-8575

Presidente:

José Jonas Duarte da Costa

Vice-Presidente:

Evanizo Roque de Arruda Jr.

Secretária-Geral:

Mônica Nóbrega Corteletti

Tesoureiro:

Tadeu Antônio de Azevedo Melo

Diretor de Política Sindical:

Simone Elisabeth Duarte Coutinho

Diretor de Polít. Educ. e Cient.:

Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor de Política Social

Lenilma Bento de A. Menezes

Diretor Cultural:

Antonio Luiz de A. Gomes

Diretor de Imprensa e Divulgação:

Derval Golzio

Suplente de Tesouraria:

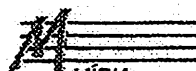
Mª das Graças Nóbrega de Almeida

Jornalista Responsável

Glaudenice Nunes - DRT/PB

Diagram. e Edit. Eletrônica:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -

Mangabeira I - CEP

58055-620

João Pessoa - PB

Fone: (083) 982-3484/

231-3945

Fone/Fax: (083) 231-

1703

Ministro comete erro de português na Internet

Defensor ardoroso do "provão", o ministro da Educação Paulo Renato Souza mostrou, durante debate na Internet, que não é um exemplo de aluno nota 10 em ortografia.

Na conversa que manteve com alunos por computador, no último dia 18 de junho, além de dar informações sobre o provão, o ministro falou sobre o ensino brasileiro e as orientações da reforma que ele está implantando. Falou ainda sobre santos e até cometeu erros de português, conforme matéria divulgada pela Folha de S. Paulo no dia 19.

O erro de ortografia surgiu quando Paulo Re-

nato falava sobre o ensino técnico. "Certamente o Brasil precisa **expandir** (o certo é **expandir**) e diversificar sua área de ensino técnico, mas ainda o número de estudantes universitários é inferior ao que deveria ser para um país que pretende ser desenvolvido", escreveu o ministro da Educação.



FGTS

Os professores que não estão na ação ordinária ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal, de 1995, cobrando diferenças de FGTS decorrentes de não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas devem procurar a ADUFPB-JP, levando a Carteira de Trabalho.

Encontro de geógrafos

A Associação dos Geógrafos Brasileiros-seção João Pessoa, realizará no período de 13 a 16 de julho deste ano, juntamente com o Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, o VI Encontro Regional de Estudos Geográficos.

O encontro vai abordar o seguinte tema: "Nordeste: Turismo, Meio Ambiente e Globalização". O evento tem como objetivo discutir temas de interesse regional e contribuir para a elaboração de propostas voltadas para a problemática do turismo, entre outras questões emergentes do Nordeste.

CUT realiza congressos a partir de julho

A cidade de São Paulo vai sediar o 6º CONCURT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. O Congresso vai ser realizado a partir do dia 14 a 17 de agosto deste ano.

O professor Rubens Freire foi eleito delegado a ADUFPB-JP no CONCURT e no Congresso Estadual da CUT - CECUT. Os professores Marco Montenegro, Wilson Aragão e Maria Bernardete da Nóbrega também foram eleitos para o CECUT, que se realizará de 10 a 13 de julho no Campus I da UFPB.

Leia, abaixo, a Estrutura do Texto da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores ao 6º CONCURT:

- Conjuntura internacional
- Conjuntura nacional
- Balanço político
- Balanço organizativo da CUT e suas instâncias.

Estratégia:

- Proposta da CUT para a política industrial, geração de emprego e renda.
- Proposta da CUT para o desenvolvimento rural.
- Proposta da CUT para uma política de cidadania
- Ação sindical frente a reestruturação produtiva e a reforma do Estado.
- Estrutura sindical e relações do Trabalho

Políticas permanentes:

- Relações internacionais
- Política nacional de formação
- Políticas sociais:
 - Saúde, previdência e assistência social
 - Saúde do trabalhador e meio ambiente
 - Meio ambiente
 - Aids
 - Questão racial
 - Mulher
 - Juventude
 - Criança e adolescente
 - Educação
 - Política de habitação
 - Formação profissional
 - Política de comunicação
 - Emendas

ANDES promove concurso de poesia

Professores podem ganhar até R\$ 7,5 mil em prêmios

Atenção amantes da poesia. A ANDES/SN está promovendo o seu primeiro concurso de poesia (o PROFESSOR também É UM POETA), com direito a prêmios para o primeiro ao quinto colocados, que vão desde R\$ 2,5 mil a R\$ 500 reais.

As inscrições já começaram e estão abertas a todo sócio da ANDES, que apresente cinco trabalhos originais sob a forma de poema. Cada conjunto de cinco trabalhos receberá um pseudônimo, podendo o mesmo autor concorrer com mais de um. Os trabalhos deverão ser entregues, em cinco vias, na APUFSC/SSIND.

Normas - As normas gerais são as seguintes: todo candidato deverá concorrer com cinco poemas, originais, podendo eles ter ou não título. Caso não tenham título, como tal será usado o primeiro verso.

As especificações seguidas pelos candidatos na apresentação dos trabalhos deverão ser as seguintes: os trabalhos virão todos em envelope lacrado, sobre o qual se apresentará apenas o pseudônimo utilizado. Virá ainda um envelope ofício, também lacrado, sobre o qual constará o mesmo pseudônimo. Este segundo envelope, sem ser mexido, será guardado em um cofre de segurança até o resultado do concurso. Os trabalhos constantes do outro envelope serão distribuídos entre os membros do júri, devendo cada jurado receber um conjunto completo, já que o prêmio será dado pelo conjunto, e não por um poema isolado.

No envelope-ofício lacrado, que será guardado até o final do concurso, deverão vir os dados de identificação do autor, que será obrigatoriamente professor universitário e membro de AD filiada à ANDES, ativo ou inativo.

Comissão julgadora - A comissão julgadora será composta por cinco professores universitários também filiados à ANDES, e que sejam poetas conhecidos, ou da área de literatura. Cada um dos membros do júri deverá selecionar os cinco melhores trabalhos entre todos os apresentados, outorgando-lhes uma classificação de um a cinco. Poderá ainda selecionar três menções honrosas, que receberão um diploma correspondente.

Não haverá nenhuma forma de revisão dos resultados, a menos que se comprove plágio ou falta de



ineditismo de algum dos trabalhos premiados, o que resultará em desclassificação do autor em pauta. Em vista do excesso de trabalho daqui advindo, o júri deverá receber pró-labore, ou outra forma de pagamento que se considere possível. A comissão julgadora não deverá ter parentes próximos nem orientandos concorrendo.

Será desclassificado o trabalho que não se enquadrar nas especificações. Os trabalhos não classificados não serão devolvidos.

Resultado - O resultado será divulgado, com solenidade de entrega dos prêmios, na abertura do XVII Congresso da ANDES, em Porto Alegre, no próximo ano.

PREMIAÇÃO

1º lugar	R\$ 2.500,00
2º lugar	R\$ 2.000,00
3º lugar	R\$ 1.500,00
4º lugar	R\$ 1.000,00
5º lugar	R\$ 500,00

BOLETIM

ADUFPB-JP

Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do
Sindicato Nacional do Ensino Superior

Abono: pagamento em julho é imprevisível

NESTA EDIÇÃO



Professores
criticam
Editora da
UFPB

Páginas 2 e 3

OPINIÃO

Os despojos
da Vale

Página 4

Embora os sócios da ADUFPB-JP já tenham sentença favorável da Justiça e de já haver rubrica aberta garantindo o pagamento do abono pecuniário, não se pode afirmar com certeza que os professores vão receber o benefício.

É que a portaria 119, lançada pelo Ministério da Fazenda, bloqueou todo e qualquer pagamento efetuado por meio de folhas complementares, que excedam o orçamento em exercício, no que diz respeito a vantagens pecuniárias.

O pagamento do abono pecuniário

foi incluído na folha de pagamento do mês de julho, que sai agora no início de agosto. O benefício ficou de ser pago através de folha complementar.

Honorários - A Diretoria da ADUFPB-JP informa que, caso os professores venham a receber o abono pecuniário na próxima folha, os honorários advocatícios e a contribuição sindical só serão descontados no mês subsequente, evitando assim, incidente como o que aconteceu com o Sintesep, ou seja, implementaram os descontos e o governo não pagou o percentual relativo aos 28,86%.

Professores cobram posição sobre GEAP

O reitor da UFPB, Jäder Nunes está devendo uma explicação oficial da não implantação da contrapartida da instituição ao Plano de Saúde estabelecido entre os docentes e o GEAP. Apesar da diretoria da AD ter cobrado algumas vezes o posicionamento e o cumprimento da sua proposição, constante em sua carta programa, Jäder ainda não se posicionou oficialmente.

Os docentes filiados a ADUFPB/JP estão cobrando um posicionamento, através do sindicato, de uma definição da questão da contrapartida institucional prometida em campanha pelo

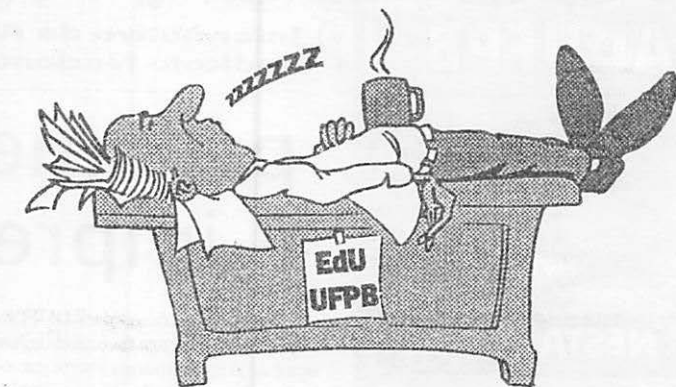
então candidato Jäder Nunes. Os professores que aderiram ao Plano de Saúde GEAP estão descontando cerca de 6,7 por cento do salário, quando deveriam descontar um pouco mais de 3 por cento. O restante seria a contrapartida da instituição.

Espera-se que até a próxima assembleia da categoria o reitor tenha argumentado oficialmente as razões de até a presente data ainda não ter implementado a contrapartida da UFPB. Os professores deverão decidir qual o posicionamento da categoria sobre a questão ainda na próxima assembleia.

Professores criticam desorganização

A direção da ADUFPB/JP tem recebido uma série de queixas relativas à política de publicação da Editora Universitária (EdU). As mais freqüentes estão relacionadas com a entrega do material contratado em menor número e a morosidade com que os trabalhos, já aprovados para publicação, são rodados na gráfica. A *Revista Séculum*, segundo Élio Chaves, chefe do Departamento de História, encontra-se fotolitada e pronta para impressão na gráfica da EdU desde dezembro do ano passado. Até o momento, 23 de agosto de 97, o periódico ainda não havia sido aprontado.

Além da Revista do Departamento de História, outras publicações estão comprometidas pela falta de organização da Editora Universitária. O Núcleo de Informação História Regional da UFPB (NDIHR) está tendo seu trabalho de publicação e reciclagem de professores de alguns municípios comprometidos. Segundo a vice-coordenadora do Núcleo, professora do curso de biblioteconomia, Dulce Amélia, a editora deve vários números de exemplares já pagos: "Do catálogo de jornais antigos do IHGP, que tínhamos acertado previamente, ainda faltam ser entregues 130 exemplares desde dezembro do ano passado. A vice-coordenadora do



NDIHR aponta a falta de organização da Editora para gerir as encomendas acertadas e pagas.

A mesma opinião é compartilhada pela professora do Centro de Educação e pesquisadora do NDIHR, Vilma de Lurdes Barbosa de Souza. Ela garante que o trabalho de reciclagem dos professores de alguns municípios está sendo comprometido pela falta de presteza e organização da Editora Universitária da UFPB. "A editora tem comprometido de forma seríssima nosso trabalho. Nós temos convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que nos financia a pesquisa, custeia a publicação de livros e

a reciclagem dos professores. O problema é que após a conclusão da pesquisa, nosso trabalho fica comprometido pela morosidade na impressão dos livros e nos erros cometidos, a exemplo da troca de capítulos do conteúdo", argumenta.

Vilma Lurdes teme pelo cancelamento do convênio com o FNDE por conta dos desacertos da Editora. "A prestação de contas que nós temos que fazer fica comprometida. Por exemplo: nós contratamos a impressão e encadernação de duas mil cópias do livro *Uma História do Ingá*. O professor David Fernandes, até o momento, só nos entregou 800 unidades. A desculpa fornecida por ele é que o

BOLETIM

ADUFPB/JP - Núcleo de Informação História Regional da UFPB (NDIHR)

Boletim ADUFPB/JP é um veículo de divulgação da ADUFPB/JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filial à CUT Centro de Vivência - UFPB Caixa Postal 5001 CEP 58051-970 João Pessoa/PB Fone: (083) 224-3801 Fax: (083) 224-8375

Presidente:
José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente:
Evanizo Roque de Arruda Jr.
Secretária-Geral:
Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro:
Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:
Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:
Judy Mauria Gueiros Rosas

Diretor de Política Social:
Lenilma Bento de A. Meneses
Diretor Cultural:
Antonio Luiz de A. Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Derval Golzio
Suplente de Tesouraria:
M^{te} das Graças Nóbrega de Almeida
Jornalista Responsável:
Glauceide Nunes - DRT/PB
Diagram. e Edil. Eletrônica:
Ricardo Araújo - MTE/PB 631

MÍDIA
Instituto de Comunicação

Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620 João Pessoa - PB Fone: (083) 982-3484/231-3945 Fone/Fax: (083) 231-1703

restante só vai ser editado quando sobrar dinheiro, o que não se pode conceber, já que pagamos através do reapasse feito através da reitoria, que por sua vez recebe do convênio realizado entre NDIHR e FNDE”, questiona a pesquisadora Vilma Lurdes.

Ela enfatizou sua decepção com a editora Universitária quando da reciclagem dos professores de Pedras de Fogo: “no dia em que estava acertada a nossa ida para o município para a reciclagem dos professores tivemos que nos dirigir à Editora para apanhar os livros encomendados, que estavam encaixotados. Nossa decepção se deu ao folhearmos o livro, no momento em que iam iniciar o trabalho de reciclagem. A encadernação estava completamente errada, com a ordem dos capítulos trocados”.

Outro importante trabalho que se encontra com dificuldade de impressão por conta da morosidade empreendida pela EdU é um atlas fundiário encomendado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), encomendado e pago há três anos atrás. O atlas foi elaborado pela professora Emília de Rodat, do Departamento de Geografia e devido a sua importância para a questão fundiária da Paraíba teve os custos de impressão bancados pelo INCRA.

A falta de presteza e organização da Editora Universitária da UFPB está fazendo com que algumas publicações sejam editadas em empresas fora da Universidade.

A revista *Estudos Regionais*, do NDIHR, que congrega artigos e ensaios já não está sendo impressa na Editora Universitária. A explicação dos integrantes do Núcleo que edita o periódico é de que já não possuem paciência para tratar com o editor e professor David Fernandes. Caso os problemas não sejam contornados, este pensamento tende a generalizar-se na UFPB.

NOTA

A diretoria da ADUFPB-JP esclarece que a distribuição do Boletim ADUFPB-JP, Julho/97, nº 55, no dia 25/07/97 foi de responsabilidade do professor Derval Golzio.

Diretor da Editora rebate críticas

O diretor da Editora Universitária, professor David Fernandes, rebateu as críticas que tem recebido sobre a falta de uma política de publicação na EdU. David foi enfático ao declarar que existe uma política de publicação na Editora Universitária que tem norteado os trabalhos realizados pelo órgão. “Nós criamos um selo e criamos um Conselho Editorial. É esse Conselho que define essa política, definindo o que a Editora vai custear ou não e quais os trabalhos que merecem ser publicados”, informou David Fernandes. Ele declarou desconhecer cursos que estejam se negando a trabalhar com a Editora Universitária por conta da demora na entrega do material.

Questionado sobre a demora na entrega da Revista *Séculum*, do Departamento de História da UFPB, entregue, já fotolitada, desde dezembro do ano passado, David Fernandes garantiu que a revista já está pronta. “A previsão de entrega dessa revista seria para o próximo dia 10. Em virtude da greve dos funcionários foi interrompido o seu acabamento. Mas a revista já foi rodada, faltando apenas a parte de finalização. Outro fator que contribuiu para a demora da entrega da revista foi o atraso na entrega do material, que só nos foi repassado há dois meses”, completou.

O diretor da EdU ressaltou que, geralmente, qualquer editora universitária do país tem um prazo de seis a 18 meses para entregar o trabalho

realizado. David Fernandes lembrou ainda da idade dos equipamentos utilizados na Editora Universitária que segundo ele, atinge uma média de 30 anos. “O nosso material gráfico é precário. Trabalhamos com a quebra de equipamentos constantemente e as vezes faltam recursos para pagar o conserto. São problemas que enfrentamos constantemente e estamos fazendo todo o esforço para continuar com o nosso trabalho, da melhor forma possível”, frisou.

Novos- Mesmo com todas essas deficiências, ressaltou,

a Editora conseguiu, no ano passado, publicar 115 títulos. “Foi a editora que mais publicou no país”, enfatizou. Na tentativa de solucionar os problemas gerados com atrasos na conclusão dos trabalhos, a Editora Universitária está adquirindo alguns equipamentos novos.

Atlas- Sobre o Atlas fundiário encomendado pelo Incra, entregue e pago a Editora Universitária há três anos, e que até agora não foi rodado, David Fernandes garantiu que sua publicação sairá no mês que vem. “É um trabalho ortográfico, ele teve que ser reformulado, foi duplicado e é um trabalho imenso, lento, artesanal. Mas já tem uma parte impressa e no final de agosto esse trabalho será lançado”, garantiu.

“O nosso material gráfico é precário, trabalhamos com a quebra de equipamentos constantemente”

Reflexões a partir dos despojos da Vale

Jaldes Reis de Menezes

Passado o contencioso de privatização da maior empresa estatal brasileira, começam a surgir indicações mais precisas de uma *novo modelo de desenvolvimento* e de um *novo modelo político* no Brasil, ambos consorciados e resultantes de uma mesma dinâmica e, embora *novos*, por desencadear transformações sociais, políticas e econômicas de vulto, são *velhos* na reposição dos padrões históricos da formação social brasileira.

Embora o caso da Vale do Rio Doce não seja (nem poderia sê-lo) isolado, indubitavelmente é exemplar para lições analíticas; outros casos importantes são o auxílio aos Bancos privados encetado pelo PROER e papel ativo de fomento ao grande capital nacional e estrangeiro desempenhado pelo BNDES (hoje fortemente capitalizado, na ordem de 11 bilhões), o que configura um processo acelerado de transferência patrimonial de fantástica ressonância sociológica na conformação das elites brasileiras. Enfim, parece-se configurar no país a formação de uma nova burguesia oligopólica, que hierarquicamente, em função do lugar que começa a ocupar na economia em setores estratégicos como bens de capital, telefonia e energia, tende a deslocar ou submeter a centralidade da burguesia industrial consolidada na fase do desenvolvimentismo da era de substituição de importações.

Esta nova burguesia oligopólica emergente vem desenvolvendo um processo de aliança consorciada com a nova oligarquia burocrática-gerencial do Estado, tendo como parceiros maiores o capital financeiro - principalmente internacional - e menores os Fundos de Pensão das estatais. As evidências empíricas atestam a afirmação. Em pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo* (27/04/97) sobre o perfil dos compradores da Estatais, temos a configuração seguinte: 43% de empresas nacionais;

19% do setor financeiro nacional; 14% de pessoas físicas; 13% de investidores estrangeiros e 11% de Fundos de Pensão (importante: os dados são das vésperas da privatização da Vale do Rio Doce, não computando, ainda, esta empresa).

Porém, interessante notar que os dados acima, analisados de relance e superficialmente, omitem a essencialidade do decisivo financiamento de grandes grupos financeiros internacionais aos grupos empresariais brasileiros. No caso da Vale, o consórcio vencedor, intitulado *Brasil* (liderado por Benjamin Steinbruch, o principal comprador do lote ações), além de financiado pelo *Bradesco* brasileiro (que, formalmente, na condição de ter participado do processo de avaliação e modelagem da privatização da empresa, não participava do consórcio) e o *Nations Bank* norte-americano, este com presença direta no consórcio - através da emblemática *Swett River* - e, indiretamente, pelo endividamento na ordem de 1,3 bilhões de dólares contraída pelo grupo de Steinbruch, dinheiro de resto decisivo na vitória do consórcio considerado "azarão" antes do leilão pela imprensa e que desbancou o empresário paulista modelar.

Salta aos olhos, na nova configuração da propriedade antes estatal, o papel assessorio e até a ausência de qualquer método de *pulverização das ações* entre os pequenos aplicadores no modelo inglês, que popularizou o programa de privatizações na era Thatcher. No caso da Vale, o que vem sendo realçado é o chamado "novo modelo de gestão colegiada" entre os membros do consórcio - aplicado por Steinbruch na CSN -, ao inverso dos modelos clássicos de gestão patrimonial e familiar. Retirando a espezteira propagandística, interessa notar, objetivamente, que este decantado "

novo modelo colegiado" só foi possível devido ao modesto capital que o grupo de Steinbruch (Vicunha) desembolsou para obter o controle da CSN e agora da Vale do Rio Doce. O mérito, mais que ao capital, deveu-se a uma notável engenharia empresarial e financeira.

Porém, enganam-se aqueles que vislumbram nestes fatos o nascimento de uma burguesia oligopólica emprededora, internacionalizada e densamente capitalizada no Brasil. Esta nova burguesia já surge fortemente endividada e mantém, de roupagem renovada, o padrão de financiamento externo da economia brasileira. Quanto ao paradoxo da continuidade axial do financiamento estatal (o outro pilar clássico do financiamento da economia brasileira), quando se fala tanto em privatização e liberalismo econômico, afora as malandragens como o auxílio de recompra de ações da Vale pelo BNDES (na ordem de 300 milhões de reais), à título de "dinheiro novo para investimentos", vale (sem trocadilho) observar com Chico de Oliveira (*Antiintrodução ao Antivalor*, Cortez, 1996: 80) que o processo de privatização brasileiro anota como característica a subavaliação do valor em capital fixo das estatais, o que permite nos negócios efetuados uma taxa de lucro fantástica para os empresários e prejuízo para a poupança pública.

Do ponto de vista estritamente político, a nova burguesia oligopólica em formação será um lastro econômico básico de qualquer modelo político brasileiro doravante, e tratará seus interesses com o Estado pelo alto, diretamente e sem nenhum controle democrático, no que repõe em novos moldes a tradição política brasileira.

Jaldes Reis de Menezes é professor do Departamento de História (CCHLA) e ex-presidente da ADUFPB-JP

BOLETIM

ADUFPB-JP Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do
Sindicato Nacional do Ensino Superior

Andifes vai entrar com ação coletiva contra o Governo



A Andifes - Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior -, decidiu entrar com uma ação mandamental coletiva - representando todas as universidades públicas do país -, exigindo que o governo federal viabilize o pagamento relativo a todos os processos já ganhos pelos servidores e professores das universidades públicas.

A proposta de uma ação conjunta foi levada à Andifes pelo reitor da UFPB, Jäder Nunes na última semana de julho, segundo informou o chefe de gabinete do reitor, professor José Romero.

A viabilidade dessa ação foi discutida durante a reunião do Conselho Universitário - Consuni -, realizada no dia 28 de julho passado. O Consuni decidiu que a UFPB articularia, com

as universidades que enfrentam situações semelhantes de desrespeito ao prescrito na Constituição Federal, uma ação jurídica conjunta exigindo o respeito à autonomia universitária, conforme o artigo 207.

Dessa forma espera-se que a UFPB possa efetivar o pagamento dos 28,86% dos servidores técnico-administrativos e do abono pecuniário dos professores de João Pessoa e Campina Grande que obtiveram recursos favoráveis junto ao Judiciário. A UFPB já deu provas, inclusive, de que tem recursos orçamentários para pagar os 28,86%.

De acordo com o professor José Romero, à Andifes já emitiu ofício para todas as universidades solicitando informações sobre todos os processos existentes.

Procuradoria recebe relatório sobre situação da UFPB

Na reunião do Conselho Universitário ficou deliberado que o reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Jäder Nunes, encaminhasse à Procuradoria Geral da República documento relatando a situação dos processos relativos a UFPB.

De acordo com o chefe de gabinete da Reitoria, professor José Romero, o reitor Jäder Nunes esteve na última semana de julho passado em Brasília, onde entregou ao procurador geral da

República esse documento.

No documento o reitor da UFPB faz um relato sobre como se encontram todos os processos - 28,86%, abono pecuniário e outros. Ainda no documento, o reitor Jäder Nunes pede também à Procuradoria Geral da República que, diante dos dados apresentados, tome as providências que achar cabíveis. A UFPB aguarda agora a decisão do Ministério Público Federal.

CONSUNI

ADUFPB-JP leva propostas

Durante a reunião do Consuni a ADUFPB-JP, Sindicato dos professores da UFPB, através do seu presidente, José Jonas Duarte da Costa, levou duas propostas ao Conselho. A primeira é de que a UFPB deveria utilizar todos os instrumentos jurídicos disponíveis, no sentido de cobrar do governo federal, em todas as suas instâncias, que ele respeite o artigo 207 da Constituição Federal.

Prejuízos aos servidores

A ADUFPB-JP está lutando junto a Andes - Sindicato Nacional -, para que a entidade proponha uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Portaria 119, do Ministério da Fazenda. A Portaria 119 veda o pagamento de vantagens aos servidores públicos, desde que os valores relativos a estas vantagens não estejam previstos na lei orçamentária anual.

Essa portaria, entretanto, admite que sejam efetuados pagamentos desde que haja dotação orçamentária para o respectivo pagamento. A Portaria 119 especifica que a dotação orçamentária existente não pode estar comprometida com os pagamentos da folha de pessoal do órgão no restante do exercício financeiro.

De acordo com o advogado Paulo Guedes, da assessoria jurídica da ADUFPB-JP, pela disposição contida nessa portaria o poder público vem se negando a pagar todas as vantagens decorrentes de decisões judiciais contra o governo federal. "Ocorre que o modo como vem procedendo o governo federal afronta princípios contidos na nossa Constituição Federal", afirmou o advogado.

Primeiramente, ressaltou, tal disposição esbarra no artigo 5º da Lex Magna, no tocante ao princípio da igualdade, uma vez que dá um tratamento diferenciado ao poder público e em detrimento do servidor.

Em segundo plano, disse ainda Paulo Guedes, a Portaria 119 fere o princípio da legalidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, uma vez que normatiza um procedimento a ser adotado pela administração pública sem que haja previsão legal de tal procedimento. O entendimento do governo é de que esta portaria reproduz o artigo 167, inciso 2º, da Carta Política, que

veda a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

Ocorre, todavia, que o governo tenta passar por cima deste mesmo dispositivo constitucional que prevê a abertura de crédito suplementar para despesas excedentes.

Por outro lado tenta-se ainda dar uma interpretação deturpada no sentido de que é impossível se efetuar o pagamento decorrente de decisões judiciais.

Com esta interpretação o governo

"A Portaria 119 do Ministério da Fazenda é flagrantemente inconstitucional"

fere frontalmente o princípio da autonomia dos poderes, haja visto que deixa de cumprir decisões judiciais que asseguram o cumprimento de vantagens decorrentes da própria lei.

Por fim, no caso específico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em que esta universidade está deixando de cumprir as decisões judiciais que asseguram o direito de implantação do percentual de 28,86%, bem como o pagamento do abono pecuniário, vislumbra-se uma afronta ao disposto no artigo 207 da Constituição Federal, que trata da autonomia administrativa e de gestão financeira das universidades, desde que o pagamento não

foi efetuado até a presente data em razão da vigência da portaria acima mencionada, inobstante a UFPB já tenha declarado a existência de dotação orçamentária para efetuar os respectivos pagamentos.

"Por intromissão indevida do ministro da Fazenda, estão se descumprindo decisões judiciais. Por todos esses aspectos, entendo que a Portaria 119 do Ministério da Fazenda é flagrantemente inconstitucional e como se trata de uma portaria que prevê um procedimento a ser adotado por todos os órgãos do poder Executivo, entendo que a mesma é perfeitamente atacável pela via da ação direta de inconstitucionalidade", declarou o advogado Paulo Guedes.

Segundo o artigo 103 da Constituição Federal, podem propor ação direta de inconstitucionalidade: o presidente da República, a mesa do Senado Federal, mesa da Câmara dos Deputados, mesa de Assembleias Legislativas, governador de Estado, Procurador geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Apesar de a ADUFPB-JP estar lutando junto a Andes para que proponha a mencionada ação de inconstitucionalidade, a diretoria do Sindicato Nacional, entretanto, por razões políticas, ainda não providenciou o encaminhamento de tal propositura. "Nos resta acompanhar o desfecho da batalha que vem sendo travada na UFPB, aguardando, inclusive, resultado da denúncia formulada pelo reitor da UFPB ao procurador da República em Brasília, responsável em resguardar os direitos do cidadão", concluiu Paulo Guedes.

BOLETIM

ADUFPB-JP Associação dos Advogados da Universidade Federal da Paraíba

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filiação CUI Centro de Vivência - UFPB Caixa Postal 5001 CEP 58051-970 João Pessoa/PB Fone: (083) 224-3601 Fax: (083) 224-8375

Presidente:
José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente:
Evanizio Riquie de Arruda Jr.
Secretária-Geral:
Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro:
Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:
Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:
Judy Mauria Gueiros Rossas

Diretor de Política Social
Lenilma Bento de A. Menezes
Diretor Cultural:
Antonio Luiz de A. Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Derval Golzio
Suplente de Tesouraria:
Mª das Graças Nóbrega de Almeida

Jornalista Responsável
Gláudeneice Nunes - DRT/7PB
Diagram. e Edt. Eletrônica:
Ricardo Araújo - MTB/PB 631

MÍDIA
Associação dos Jornalistas
Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620 João Pessoa - PB Fone: (083) 982-3484/231-3945 Fax: (083) 231-1703

Justiça manda pagar 28,86% aos professores

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF -, acatou o agravo de instrumento com pedido de liminar impetrado pela ADUFPB-JP contra a decisão da juíza substituta da 2ª Vara Federal da Paraíba, que negou a Tutela Jurisdicional Antecipada relativa à incorporação do percentual de 28,86% aos vencimentos, proventos ou pensões dos substituídos na Ação Ordinária número 97.2391-5.

Em sua decisão o juiz afirma que, "diante de tais precedentes e considerando que esta Corte vem adotando entendimento favorável ao pleito, resolvo deferir o pedido de liminar para, reformando o decisum monocrático, conceder a Tutela Antecipada com a implantação imediata dos 28,86% em folha de pagamento dos substituídos, face ao caráter alimentar que lhe é intrínseca, restando observar quanto aos valores retroativos a fase de execução do julgado".



Veja na íntegra fac-símiles da decisão do TRF

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PRESIDÊNCIA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 10784/PB(97.05.16058-9)

Agravante: Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Advogados: Paulo Guedes Pereira e outro
Agravado: UFPB - Universidade Federal da Paraíba

DECISÃO

Tra-se de agravo de instrumento com pedido de liminar contra a decisão proferida pelo MM. Juiz Substituto da 2ª Vara Federal da Paraíba que denegou a Tutela Jurisdicional Antecipada relativa à incorporação do percentual de 28,86% aos vencimentos, proventos e/ou pensões dos substituídos na Ação Ordinária nº 97.2391-5.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PRESIDÊNCIA

AGTR nº 10784/PB

Diante de tais precedentes e considerando que esta Corte vem adotando entendimento favorável ao pleito, resolvo DEFERIR o pedido de liminar para, reformando o decisum monocrático, conceder a Tutela Antecipada com a implantação imediata dos 28,86% em folha de pagamento dos substituídos, face ao caráter alimentar que lhe é intrínseca, restando observar quanto aos valores retroativos a fase de execução do julgado.

De-se conhecimento desta decisão à MM. Juíza da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba.

Intime-se a agravada para responder ao recurso, no prazo legal.

Publique-se.

Recife, 07 de julho de 1997.

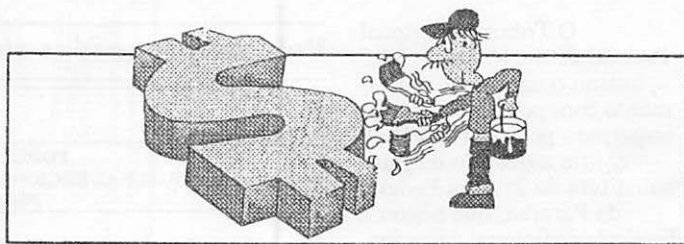
JUIZ FRANCISCO FALCÃO
Presidente do TRF-5ª Região

Mudanças na tabela salarial

Na reunião do Setor das Universidades Federais, dia 9, em Brasília, os representantes das ADs aprovaram que, além da luta conjunta com os demais servidores federais por reajustes salariais, a Andes também priorize mudanças na tabela salarial dos professores.

A proposta foi apresentada pela AD do Rio Grande do Sul e venceu por 13 a 6 votos. A diretoria da Andes deixou claro que não concordava com essa proposta por entender que a luta conjunta com os demais servidores deveria ser perseguida pelos professores.

Com a vitória da proposta de mudança na tabela salarial os professores ganham outra frente de luta pela



melhoria salarial.

Tática - Para que a proposta de mexer na tabela salarial tenha efeito prático, as ADs vão encaminhar reuniões com parlamentares para que o canal de negociação com o MEC seja

aberto.

Este esforço, que deverá ser implementado localmente pelas ADs, terá como meta principal o convencimento de parlamentares de influência no Congresso Nacional.

OPINIÃO

Esperança e desesperança do homem

João Luiz Fonseca dos Santos

Homem, animal da classe dos mamíferos, ordem dos primatas, família dos hominídeos, espécie sapiens, sujeito num mundo de objetos e soberano num mundo de sujeitos.

O homem é antes de tudo, natureza.

O homem é antes de tudo, vida

O homem é antes de tudo, bioquímica.

Milhões de passos foram dados. E toda essa integração, passa pelo jogo de combinações, informações, códigos, mensagens, programas, inibições, repressões, expressões e controles.

Embora com menos clareza, o viver torna-se uma difícil arte, uma árdua tarefa, uma batalha insaciável onde o homem apodera-se de sua força, do seu poder, ou mesmo do seu destino e utiliza a sua ação para transformar todos os seus lugares em lugares incomuns. E percebe que o desenvolvimento e a manutenção do seu grupo estão ligados a um número significativo de fatores: educativos, culturais e técnicos.

Pairando na natureza, faço pensamento que o homem não é uma ilha, mas um sistema aberto de autonomia e dependência da natureza viva, a inventar permanentemente em sua caminhada terrena, num entrelaçamento de pensamentos, movimentos e lutas, sob os seus múltiplos nascimentos, desde as suas origens até ao devir moderno.

E olhando de longe, lá vai o homem, para quem nenhuma barreira foi feita. Essa figura de ritos, símbolos, formado por mecanismos de competição e solidariedade, movido por pulsões e desejos.

Verdade, mentira, certeza, incerteza, vencendo alguns jogos da vida e, depois sentindo-se fascinado pela lei do mínimo gasto para o máximo de efeito... E num difícil apelo pela sua liberdade, o homem fornece ao mundo, sistemas, regras, magias, mitos, desordens e abdica dos seus despropósitos.

A significativa realidade das coisas é saudar a vida. Crer. Viver o homem como ser vivo. Ser... enfim! Porque a natureza e a sociedade devem estar a serviço do homem; mas é preciso considerar que todo o trabalho teria sido falso e inútil, se eles não pudessem ser cooperativamente fim e meio uns dos outros. O homem é produtor deste jogo incerto, o qual deve, finalmente, fazer entrada de novas qualidades, permitindo integrar de forma coerente os aspectos dos fenômenos humanos.

Que mais há a dizer sobre o homem?

Viver, antes de tudo, SENDO ator de sua história.

Viver, antes de tudo, NÃO CRENDOS nos sistemas caóticos.

E viver antes de tudo, INVENTANDO NOVAS PRÁTICAS que refaçam a construção do mundo do amanhã.

João Luiz Fonseca dos Santos é professor do Departamento de Economia

BOLETIM

ADUFPB-JP

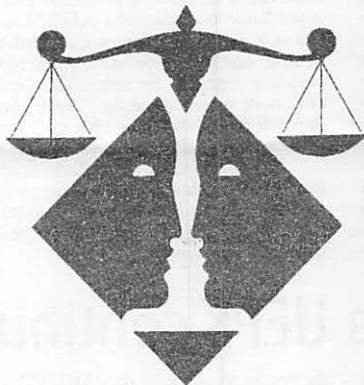
Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do
Sindicato Nacional do Ensino Superior

ABONO PECUNIÁRIO

ADUFPB-JP aguarda decisão judicial

O processo relativo ao abono pecuniário está aguardando julgamento pelo Juízo da 1ª Vara Federal deste Estado. Em maio deste ano, foi concedida uma liminar para assegurar, aos professores que requereram, a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário e esta liminar ainda se encontra em vigor. A UFPB está entendendo que a liminar deferida restringe-se às férias do ano de 1997 e diante disso, requeremos ao juiz que vem conduzindo o processo mencionado, que se manifeste sobre a questão. Aguardamos o pronunciamento judicial, o qual esperamos ser no sentido de determinar a UFPB que autorize aos docentes requererem a conversão de 1/3 das férias do ano de 1998, em abono pecuniário.

Esclarecemos que a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário é um grande benefício aos servidores públicos, e em especial aos docentes sindicalizados, pois além de receberem trinta dias de férias acrescidos de 15 dias indenizados (abono pecuniário), receberão o pagamento do salário relativo ao período de férias convertido em indenização. O pagamento dos salários se deve ao fato de que, no período em que o docente teve suas férias convertidas em abono pecuniário, o mesmo permanece trabalhando normalmente. Consequentemente, faz jus à contraprestação remuneratória. Em resumo, o docente recebe o valor correspondente aos seus 45



dias de férias mais um terço, além de quinze dias de remuneração, pelo mesmo período de 45 dias.

A UFPB prorrogou até o dia 30 deste mês de setembro, a entrega dos mapas com o cronograma das férias por departamento. Solicitamos aos senhores chefes de Departamentos, que enviem o mapa com um pedido de 45 dias de férias, e em anexo, deveria seguir a relação assinada pelos professores que requerem a conversão de 1/3 daquelas férias em abono pecuniário. Tomamos conhecimento de que alguns departamentos já solicitaram os quarenta e cinco dias de férias para os docentes. Aqueles que realmente quiserem converter um terço destas férias em

abono pecuniário deverão encaminhar a relação acima mencionada, esclarecendo que o requerimento anterior de 45 dias se deu por imposição da UFPB.

Alguns chefes de Departamento insistem em só querer os 45 dias. Se porventura houver algum professor que discordar do posicionamento do seu Departamento e quiser converter 1/3 das férias em abono pecuniário, deverá encaminhar ofício ao SRH, requerendo a conversão e esclarecendo que o pedido anterior de 45 dias se deu por imposição da UFPB. Os documentos dirigidos ao SRH com pedido de conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário, deverão ser protocolados e a 2ª via do mesmo deve ser encaminhada à ADUFPB-JP.

Tivemos conhecimento ainda que outros departamentos enviaram o mapa de férias com apenas 30 dias, requerendo a conversão de 1/3 em abono pecuniário. A UFPB devolveu os referidos mapas sob o fundamento de que não é possível a conversão de 1/3. Estes documentos devem ser enviados para a ADUFPB-JP a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis. Em seguida, deverá ser procedido da mesma forma acima declinada, preenchendo novos mapas com 45 dias e enviando relação em anexo com os nomes e assinatura dos professores que requerem a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário.

DESCONTO PREVIDENCIÁRIO

Processos dos aposentados estão em andamento

No que tange ao desconto previdenciário dos aposentados, temos três processos em andamento.

O primeiro deles foi julgado pela 3ª Vara Federal da Paraíba e pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Em ambos os julgamentos obtivemos uma decisão favorável aos docentes aposentados. A UFPB ingressou com um recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça e paralelamente com um recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. O TRF da 5ª Região apreciará a admissibilidade dos recursos interpostos.

O segundo processo está na 2ª Vara Federal. Em virtude da tentativa de inclusão de professores retardatários, o feito ficou sobrestado até a decisão de um agravo interposto por nós junto ao TRF da 5ª Região. Este agravo interposto, visava que o TRF admitisse a inclusão de novos substituídos, em decorrência de pleito formulado oportunamente pela entidade sindical. O agravo mencionado foi julgado na semana próxima finda e em face de seu resultado negativo, requeremos o desentranhamento dos docu-

mentos relativos aos professores retardatários, a fim de ingressarmos com novo mandado de segurança. Lamentavelmente o presente processo tomou este destino. Alertamos que o grande causador foi a morosidade dos professores em virem à entidade sindical, respondendo ao nosso chamamento para trazer os documentos necessários ao ajuizamento destas ações. Aguardamos o despacho do juiz determinando o desentranhamento dos documentos para em seguida, ser dado prosseguimento ao feito com o julgamento.

O terceiro processo está na 3ª Vara Federal deste Estado. Após toda a tramitação normal, o processo está aguardando o julgamento pela 1ª Instância, o qual aguardamos que venha ocorrer nos próximos trinta dias. No presente processo foi requerida a inclusão de novos docentes, desta vez deferida pelo Juízo. Por esta razão, o mesmo ainda não foi julgado.

Aguardamos o resultado final destas demandas para ingressarmos com uma ação apenas, cobrando os valores relativos aos períodos descontados indevidamente.



A Caixa Econômica reabriu os empréstimos para os professores da Universidade Federal da Paraíba. Os interessados devem procurar a agência da Caixa, na UFPB, levando cópias dos contracheques, Carteira de Identidade e CPF.

Docentes da UEPB continuam em greve

Com suas atividades paralisadas desde o dia 19 de agosto, os professores da Universidade Estadual da Paraíba garantem que só vão retornar ao trabalho depois que o governador José Maranhão aceitar conversar com a categoria.

Apesar das inúmeras tentativas por parte dos professores, segundo informa a professora Marlene Alves

de Souza, presidente da ADUEPB - Sindicato dos professores da Universidade Estadual da Paraíba -, até agora o governador José Maranhão não quis se sentar à mesa com eles para debater a pauta de reivindicação dos magistrados.

Reivindicações - Os professores estão reivindicando um piso salarial para o professor T-20 de R\$ 180,00

mais uma Gae (gratificação de atividade especial) de 80%. Atualmente o piso é de R\$ 82,77. Eles reivindicam ainda a realização de concurso público para o preenchimento de 234 vagas que existem atualmente. Os professores também querem a manutenção, por parte do governo do Estado, do caráter público e gratuito da Universidade Estadual da Paraíba.

BOLETIM ADUFPB-IP

Boletim ADUFPB-IP é um veículo de divulgação da ADUFPB-IP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filiação à CUT
Centro de Vivência - UFPB
Caixa Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375

Presidente:
José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente:
Evanizo Roque de Arruda Jr.
Secretária-Geral:
Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro:
Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:
Simone Elisabeth Duarte Continho
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:
Judy Mauria Gueiros Rossas

Diretor de Política Social:
Lenilma Bento de A. Menezes
Diretor Cultural:
Antonio Luiz de A. Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Derval Góizio
Suplente de Tesouraria:
Mª das Graças Nóbrega de Almeida

Jornalista Responsável:
Glaudimice Nunes - DRT/PB
Diagram. e Edít. Eletrônica:
Ricardo Araújo - MTP/B 631

MÍDIA
Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58055-620
João Pessoa - PB
Fone: (083) 982-3484 / 231-3945
Fone/Fax: (083) 231-1703

ADUFPB-JP presta contas

A ADUFPB-JP divulga nesta edição a prestação de contas relativa ao primeiro semestre deste ano. O relatório de despesas encontra-se à disposição de todos os sócios, nos respectivos Departamentos e na ADUFPB-JP. A partir de agora será divulgado mensalmente o resumo dos balancetes, que irão acompanhados do detalhamento das receitas e despesas com as respectivas justificativas.

A Diretoria da ADUFPB-JP lembra que, em mo-

mento de dificuldades que se encontram os sindicatos, tanto do ponto de vista político como financeiro, esta seção sindical encontra-se com as finanças equilibradas e em pleno desenvolvimento de suas atividades. Isto é resultado de um firme trabalho implantado pela Diretoria, visando a redução de despesas e ampliação da receita para garantir o pleno funcionamento das atividades desta seção sindical. Veja ao lado o balancete das contas:

ADUFPB - JP / SSIND
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ACUMULADO 01 JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 1997

1 - PATRIMONIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRES ACUMULADAS	459.576,31
RESERVAS DE REAV. DO ATIVO PERMANENTE	72.418,89
TOTAL	531.995,11
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO DO SOCIOS	266.601,80
RENDIMENTOS DE APLIC. FINANCEIRA	9.520,29
RECEITA MAQ. COPIADORA	4.469,13
RECEITA SEDE SOCIO CULTURAL	9.273,77
RECEITAS DIVERSAS	11.360,79
TOTAL	301.245,78
3 - OBRIGAÇÃO	
SOCIAIS	433,63
TRIBUTARIAS	18,81
CHEQUES A COMPENSAR	863,87
TOTAL	1.316,31
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS	72.651,11
COM PESSOAL	98.024,20
FINANCEIRAS	1.362,41
REPASSES ESTATUTARIOS	50.664,70
SEDE SOCIO CULTURAL	17.555,20
XVI CONGRESSO ANDES	36.321,34
CI GREVES	1.625,00
TOTAL	278.203,98
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS(ACOES TELEBRAS)	3.995,39
IMOBILIZADO	433.667,81
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(44.854,54)
TOTAL	393.008,66
SALDO (1+2+3) - (4+5)	165.344,58
DETALHAMENTO DO SALDO	
A - DISPONIBILIDADES	
EM CAIXA	222,45
EM BANCOS	18.458,91
APLICACOES FINANCEIRAS	134.925,56
SUB-TOTAL	154.606,92
B - CONTAS A RECEBER	
EMPRESTIMOS INTER-SINDICAIS	600,00
ADIANTAMENTO SALARIAL/13. SALARIO	1.779,11
VALORES A RECUPERAR	8.358,11
DEPOSITO VINCULADO(RALP)	0,44
SUB-TOTAL	10.737,66
TOTAL	165.344,58

JOÃO PESSOA, 30 DE JUNHO DE 1997

CURTAS

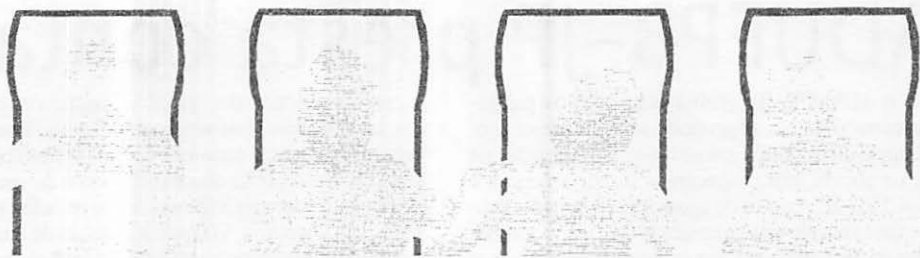
Caderno da ADUFPB-JP

A Diretoria da ADUFPB-JP está organizando para breve a publicação do Caderno Nº 11 da ADUFPB-JP, que terá o título "A LDB e a escola pública". O Caderno constará da Lei nº 9.394/96 - A LDB, o Decreto nº 2.208/97 sobre ensino profissionalizante e a portaria do MEC nº 646/97.

A Diretoria convida aos professores que desejam apresentar trabalhos relacionados a estes temas para publicação no Caderno Nº 11, entregar o trabalho em disquete, no programa Word 3.1 ou 6.0, com o máximo de 12 páginas em espaço simples. O material deve ser entregue até o dia 05 de outubro na sede do sindicato.

Sede social

Todas as sextas-feira tem shows na Sede Social. Os eventos começam sempre às 20 horas, mas o bar está aberto a partir das 17 horas. Tem opção para atender a todos os gostos: Seresta, forró, música dos anos 60, reggae, etc. É só conferir. Aceitam-se ainda sugestões dos associados. A Sede Social fica na rua Gilvan Munibeca, 88, em Cabo Branco, próximo ao Jangada Club. Fone 247.2528.



Mudanças na tabela salarial

Seções sindicais cobram mais empenho da direção do ANDES sobre proposta do piso salarial

CONVITE AOS DIRIGENTES DE
ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR

Companheiros,

Na reunião convocada pelo ANDES para o Setor das Instituições Federais de Ensino Superior, em 8 e 9 de agosto passado, foi aprovada pela ampla maioria das Associações de Docentes presentes (16 votos a 4, com 6 abstenções), uma estratégia de recuperação salarial para os docentes das IFES, através de reformulação da tabela salarial. Várias assembleias gerais estão deliberando sobre propostas neste sentido. No entanto, no ofício nº 337/97 ANDES-SN, convocatória da próxima reunião do Setor, esse assunto não está em pauta.

A retomada da campanha salarial nas federais é por nós, associações de docentes abaixo assinalados, compreendida como um momento de mobilização e de resgate da luta em defesa da Universidade. Com níveis salariais baixos, mil dias sem reajuste, um crescente número de docen-

tes estão buscando formas externas, e internas às IFES, de sobrevivência. E, como consequência, também cresce o descompromisso com a universidade pública de qualidade. Por isso, por ser parte da estratégia de desmantelamento do sistema público de ensino superior, a questão salarial ganha enorme importância na nossa luta.

O engessamento do Movimento Docente em nome de uma unidade abstrata dos servidores públicos federais, faz com que a atual direção do ANDES-SN relute em aceitar as propostas de recomposição da tabela salarial, reajuste emergencial, que embora exclusivos dos docentes (fundamental nas circunstâncias que nos encontramos), não nos levam a abrir mão de nossos compromissos com a construção da unidade dos Servidores Públicos Federais e as lutas mais gerais do conjunto dos trabalhadores.

Neste sentido, é fundamental discutir a campanha salarial nas assembleias gerais e comparecer a essa importante reunião do Setor das IFES.

ADUFRGS - APUFSC - APUFPR - ADUFG -
APUB - ADUFEPE - ADUFPB/JP - ADUFMS -
ADUFES - ADUFOP - ADUFU - ADUNIRIO -
ADCEFET/RJ

ASSEMBLÉIA GERAL

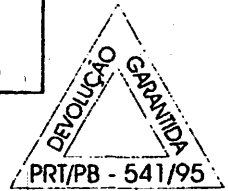
Dia 25 de Setembro

(5ª feira),

às 09h00, no Auditório
do Centro de Tecnologia

PAUTA:

- 1) - Informes;
- 2) - Discussão proposta correção de tabela - Questão salarial
- 3) - Discussão sobre INDICATIVO DE GREVE para Plenária SPT's do dia 28/09/97
- 4) - 1.000 dias sem reajuste: Campanha de R\$ 1,00 para o Sindicato Nacional
- 5) - Eleição delegado à plenária dos SPT's
- 6) - Eleição delegado para o XXXV CONAD



ROLETIM

ADUFPB-JP

Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do
Sindicato Nacional do Ensino Superior

ADUFPB-JP convida docentes para a apagar "quadro negro"

A Diretoria da ADUFPB-JP comemorou de forma diferente a passagem do último dia 15, Dia dos Professores. Distribuiu com os professores um manifesto onde convida todos a apagar o quadro negro e escrever um novo quadro. "É hora de indignação. É hora de ser professor. É hora, quem sabe, de reunirmos nossas idéias, nossas forças para que possamos conjuntamente enfrentar e suplantar as nossas dificuldades", diz um dos trechos da nota da ADUFPB-JP.

O manifesto na íntegra

É hora de apagar o quadro negro, soprar as velinhas, cortar o bolo e tomar um pouco de guaraná. É dia do professor!

Quem sabe é dia de tomar cerveja, whisky, cachaça, conhaque, comer carne de sol, lagosta, peixe, camarão, embriagar-se lucidamente ou não, ou lucidamente não se embriagar.

É dia de parar a pesquisa, mesmo que por um só dia. É dia de visitar os amigos, ir à praia, passear de barco, andar de jet sky,

É dia de parar os trabalhos de extensão. É dia de jogar futebol, vôleibol, pingue-pongue. É dia de tomar banho de cachoeira, pescar na beira do açude, participar de uma boa música, namorar... Quem sabe parar apenas dois minutos para sonhar.

Quem sabe rememorar 1995 e relembra parte desse sonho. Quem sabe amargurar os 70% que nos foi, no dia a dia sorrivelmente subtraído. Onde foram parar?

Será que foram garantir a saúde, a educação e trabalho digno para os sem terra, sem lar e sem esperanças? (É hora de se conformar?...), ou será que foram engordar os cofres de ávidos banqueiros, alimentar a cobiça das grandes corporações internacionais, e (ou) consolidar o deplorável comércio de votos de políticos sequeiosos por reeleição. E os 30% que nos restam? o que fazer? Como dividir os pães? como evitar que eles diminuam? (e por que não?) como fazer para que eles sejam recuperados?

É hora de desprogramar o que estava programado. O que estava programado não por nós, mas por aqueles que se outorgam donos de uma realidade global para inescrupulosamente reduzir a nossa valia e sutilmente aumentar o nosso labor.

É hora de indignação. É hora de ser professor. É hora de prepararmos a nossa aula. Não a aula

programada por outros, não a aula formal retirada dos livros, mas a aula coletiva fruto da contribuição de todos, a aula realmente globalizada, daqueles que pensam e acreditam que a melhor forma de sintetizar o saber é através do somatório da contribuição de cada um.

É dia do professor. É dia sem cerveja, whisky, cachaça, conhaque, carne de sol, lagosta, peixe ou camarão, é dia sem praia, passeios de barco, sem jet sky e sem amigos. É dia sem esportes, sem banhos de cachoeira, pescaria música, ou namoro. É dia sem compras. É dia de comércio apenas para os outros.

É hora de apagarmos o quadro negro.

É dia do professor. É dia de escrevermos um novo quadro. É momento, quem sabe, de pensarmos coletivamente. É hora, quem sabe, de reunirmos nossas idéias, nossas forças para que possamos conjuntamente enfrentar e suplantar as nossas dificuldades.

É dia de retomarmos as nossas reuniões conjuntas em assembleias para que de lá, através da contribuição de todos, possamos dar continuidade a nossa luta.

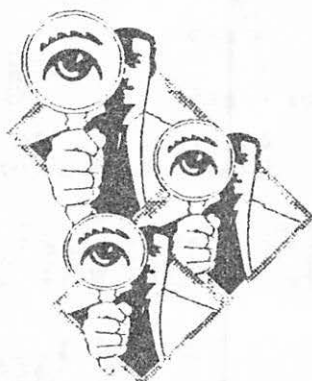
Auditoria urgente na Editora

Derval Golzio

O boletim da ADUFPB-JP nº 55 trouxe em suas segunda e terceira página uma matéria sobre a má administração da Editora Universitária. Dentro dos princípios recomendados pelo Código de Ética dos Jornalistas, a matéria ouviu os lados da questão, retratou com fidelidade e sem interpretações as respostas dadas e deu espaços relativamente iguais às partes: de um lado, professores insatisfeitos pela morosidade e desleixo registrado pelo editor David Fernandes, homem da confiança do magnífico reitor Jäder Nunes. Do outro, o próprio editor.

As queixas mais frequentes apontam para problemas seríssimos. A mais corriqueira está centrada em pagar por determinado serviço e não recebê-lo na sua totalidade. As respostas dadas pelo editor são basicamente as mesmas, segundo os professores entrevistados: "Faltou dinheiro. Assim que aparecer entregamos o restante do serviço contratado".

Tais respostas, dadas por David Fernandes aos contratantes, carece de investigação. Uma universidade séria, com administração idem, não pode nem deve deixar passar tal problema sem uma investigação profunda. Ora, se a encomenda já está paga, como faltam recursos para concluir as edições? As respostas imagináveis são, no mínimo, embaraçosas.



Esboço, dentro da lógica do meu raciocínio, apenas uma delas (mas, outras tantas deverão estar sendo, neste momento, feitas por outros tantos docentes, técnicos administrativos e discentes desta UFPB): Se o orçamento passado pelo editor é insuficiente para cobrir os gastos com a edição, alguém não está sabendo realizar corretamente a planilha de custos. No mínimo, poderemos vislumbrar falta de competência e, o resultado pode ser o prejuízo. Se isto acontece, não é motivo suficiente para uma auditoria, para o afastamento de seu atual diretor?

No entender de muitos professores, sim. Tanto que já fizeram queixas ao reitor sobre situação tão vexosa. Causa estranheza o fato de já não ter havido auditoria para apurar tais fatos. É fundamental o pronunciamento do reitor sobre tal questão. Se silêncio tumular sobre

a questão não reflete os anseios de quem o viu eleito e empossado para defender uma universidade pública e séria.

Recursos do FNDE, segundo informações prestadas por pesquisadores integrantes do NDIHR (confirmadas pelo pró-reitor de administração, Múcio Souto), a UFPB recebe os recursos oriundos de projetos de pesquisa e, estes deveriam ser repassados para o pagamento dos serviços prestados pela editora.

O reitor tem, em discursos realizados formal e informalmente, mostrado preocupações com os destinos da Universidade, buscando sempre o lugar de instituição séria, preocupada com o ensino de qualidade, a pesquisa e a extensão. Ao não esclarecer este tipo de episódio, abre um imenso flanco às divagações, ao pré-julgamento, às maledicências.

Com a preocupação, que desejo partilhar com os professores preocupados em manter a boa e merecida imagem da instituição, gostaria que o pleito da auditoria fosse levado em consideração pelo magnífico reitor Jäder Nunes, e que ela não estivesse presa apenas ao seu período de gestão a frente da UFPB. Num espaço de tempo muito curto, todos nós, com certeza, teremos explicações plausíveis e elucidadoras dos problemas hoje verificados na Editora Universitária.

Professor da UFPB e Diretor de Imprensa e Divulgação da ADUFPB-JP

BOLETIM ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filial à CUT Centro de Vivência - UFPB
Caixa Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375

Presidente:
José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente:
Evanizão Roque de Arruda Jr.
Secretária-Geral:
Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro:
Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:
Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Polit. Educ. e Cient.:
Judy Mauria Guérios Rosas

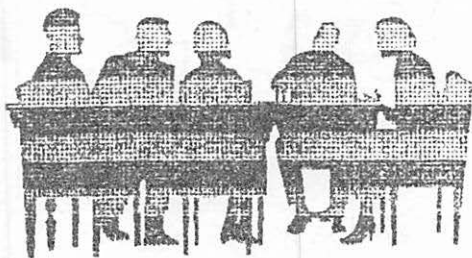
Diretor de Política Social
Lenilma Bento de A. Meneses
Diretor Cultural:
Antonio Luiz de A. Gomes
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Derval Golzio
Suplente de Tesouraria:
Mª das Graças Nóbrega de Almeida

Jornalista Responsável
Glauceide Nunes - DRT/PB
Diagram. e Edit. Eletrônica:
Ricardo Araújo - MTB/PB 631

MÍDIA
Rua Prof. Arnaldo de
Borras, 74 -
Mangabeira I - CEP
58055-620
João Pessoa - PB
Fone: (083) 982-5484/
231-3945
Fone/Fax: (083) 231-
1703

Fórum promove seminário

O Fórum Paraibano em Defesa da Escola Pública promove entre os dias 21 a 23 de outubro o seminário "LDB: Construção Democrática do Plano Nacional de Educação (PNE)". O seminário, que vai ser realizado pela ADUFPB- JP, será sediado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A abertura acontecerá no dia 21, a partir das 20 horas. Veja abaixo a programação do evento:



21/10/97

Palestra: 20:00h
PNE E EMBATE DE PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Palestrante:
MARIA DAS GRAÇAS BOLMANN

22/10/97

**GRUPOS DE TRABALHO:
A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**
1) Licenciatura Plena
2) Formação do profissional da educação popular ou alternativa
3) A escola normal

4) Capacitação em serviço

Mesa Redonda:
A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO.

23/10/97

Grupos de Trabalho:
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA PARAÍBA
1. Perfis da educação pública na Paraíba.
2. A gestão da educação pública na Paraíba.
3. O financiamento da educação pública na Paraíba.

Mesa Redonda:
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA PARAÍBA

Seminário discute enfermagem

João Pessoa vai sediar a partir do dia 29 a 31 de outubro o II Seminário de Pesquisa da Rede de Enfermagem do Nordeste: "Construção do Conhecimento em Enfermagem". O evento tem como objetivos a divulgação do conhecimento e a troca de experiências entre pesquisadores, representando também um espaço para discussão da política de pós-graduação e de fomento à pesquisa em enfermagem na região Nordeste.

O seminário está sendo promovido pela Rede de Enfermagem do Nordeste, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências da Saúde e Curso de Mestrado em Enfermagem, com apoio da UFPB.

Programação - No primeiro dia do seminário, dia 29, serão realizadas duas conferências. A primeira conferência será sobre "A construção do conhecimento em enfermagem - aspectos históricos e perspectivas presentes e futuras", que terá como conferencista a Dra. Peggy L. Chinn

(UCONN/USA).

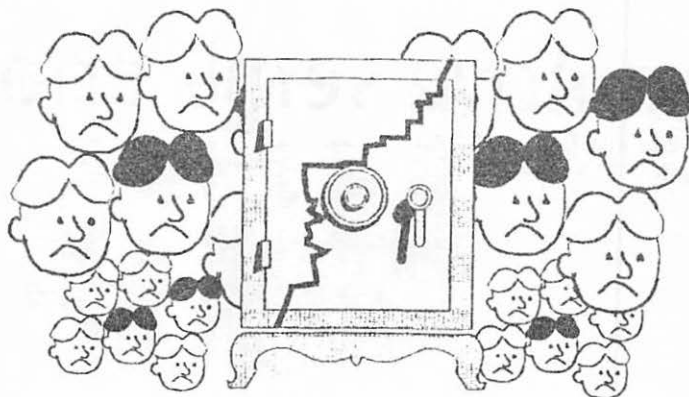
A segunda conferência terá como tema "A produção e a reprodução do conhecimento no trabalho de enfermagem", cuja conferencista será Dra. Delvaír de Brito Alves - UFBA.

No segundo dia do evento estão previstas duas mesas redonda: "A construção do conhecimento em Enfermagem nos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do Nordeste" e a "Viabilização da construção do conhecimento em enfermagem no Brasil e no Nordeste: po-

lítica dos órgãos de fomento". O período da tarde está reservado à apresentação de temas livres.

No último dia, 31, serão promovidos dois encontros: Encontro da RENE/PROPENE e Encontro de Pós-Graduandos do Nordeste. Haverá ainda a conferência "Aspectos transculturais na construção do conhecimento em enfermagem", cuja conferencista será a Dra. Ann K. Cobb, da Universidade do Kansas/USA.





COOPERATIVA

Professores cobram intervenção da Reitoria

Professores e funcionários da Universidade Federal da Paraíba estão cobrando do reitor Jádér Nunes a intervenção da Reitoria no processo de fechamento da Coopersuf - Cooperativa de Consumo de Servidores da UFPB. Fechada há quase um ano, os professores e funcionários, que eram sócios na Coopersuf, reclamam que a Reitoria nada fez até agora para tentar resolver o problema, que tem trazido prejuízos para todos.

A Coopersuf, que funcionava dentro da própria Universidade, com funcionários e sede cedidos pela UFPB, realizou sua última assembléia exatamente no dia 29 de abril deste ano, onde foi decidido pelo fechamento da cooperativa, que estava atuando no vermelho.

Na assembléia, Miriam Barbosa, da Procuradoria Jurídica da UFPB e também sócia da cooperativa, foi escolhida como liquidante, para administrar as dívidas da Coopersuf. De acordo com Miriam Barbosa, foram muitos os motivos que provocaram a quebra da cooperativa: Mudanças na moeda brasileira, dilatação do prazo de pagamento dos salários dos profes-

res e funcionários, implantação do sistema Siapc e a inadimplência de muitos associados.

Segundo ela, a prioridade é uma liquidação do débito junto ao governo federal e Estadual. Todas as dívidas trabalhistas já foram pagas. Entretanto, a dívida maior da cooperativa é junto ao INSS e aos fornecedores. "Temos feito um trabalho junto a todos esses órgãos, tentando reduzir os juros e, conseqüentemente, pagar o mais rápido possível o que devemos. Estamos tentando captar recursos junto aos sócios inadimplentes, que deixaram de pagar as contas", revelou.

Segundo Miriam Barbosa, somente de posse da certidão negativa desses órgãos é que se pode dar baixa na Junta Comercial, para encerrar de vez as atividades da Coopersuf. O prazo estimado para isto é de 2 anos e meio. Até lá, O desconto de R\$ 10,00 na folha de pagamento dos professores e funcionários vai continuar.

Ela lembra que o Estatuto da cooperativa diz que "quando há sobras e lucros, deve ser distribuído entre os sócios. Mas, se houver perda os sócios arcam também".

Lançamento

O livro "Elos", de autoria de Geraldo Nogueira de Amorim, professor de Literatura Portuguesa do DL CV - CCHLA, vai ser lançado no próximo dia 7 de novembro na Sede Social da ADUFPB-JP, às 20h30. A apresentação da obra, um livro de poesia, será feita pelo professor Chico Viana.

Sortudo



O sobrinho da professora Maria de Lourdes Pereira, Gregório Pereira de Vasconcelos, 10 anos, foi o sortudo que levou para casa, no dia 12 de outubro, Dia da Criança, a bicicleta sorteada durante a festa organizada na Sede Social. A bicicleta foi um brinde da ADUFPB-JP aos participantes da festa. Os participantes das competições que foram realizadas durante a festa levaram medalhas para casa.

Caderno

A Diretoria da ADUFPB-JP está organizando para breve a publicação do Caderno Nº 11 da ADUFPB-JP, que terá o título "A LDB e a escola pública". O Caderno constará da Lei nº 9.394/96 - A LDB, o Decreto nº 2.208/97 sobre ensino profissionalizante e a portaria do MEC nº 646/97.

Boletim

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT/PB - 541/95

ADUFPB-JP Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do ANDES - Sindicato Nacional do Ensino Superior

João Pessoa/PB - UFPB/Campus I - Dezembro de 1997 - Nº 59

ELEIÇÕES ADUFPB-JP

Chapa Unidade e Luta disputa gestão 97/98

Com as eleições marcadas para o dia 10/12, os membros da chapa "Unidade e Luta" afirmam, em Carta Programa endereçada aos professores, que apesar do discurso "modernizante" do governo FHC, o alcance de suas medidas esbarra num modelo de sociedade que dá as costas aos problemas da população. O "trem expresso" da modernidade brasileira parte direto de Brasília para muito além do passado; um tempo anterior à revolução de trinta, talvez para o Brasil com imperador, vida senhorial, poder moderador e sem legislação trabalhista; um país onde a educação era privilégio de notáveis e homens de ciência.



Tadeu, concorre a presidência da ADUF

Segundo os integrantes da "Chapa Unidade", a UFPB de hoje movimentou-se, quando muito, no sentido de implementar o que propõe o MEC. "Ela está ameaçada, de um lado, por uma recrudescência de velhas práticas oligárquicas e, de outro, pelo novo receituário de privatização. A UFPB, aí incluso o movimento docente, não foi capaz de retomar o elo de ligação com a democracia e encontra-se em pleno estado de inércia. Nesta conjuntura, a Reitoria nada faz senão ter uma postura que, na falta de um projeto próprio, aceita a onda neoliberal ora em curso".

"Objetivamente falando: o uso do "bedel" para controlar a presença do professor em sala de aula, a criação de cursos novos com apelo de mercado e sem levar em conta a sua qualidade, a realização de um perfil de consumo do estudante universitário, a posição legalista frente às questões jurídicas de interesse dos professores, uma política editorial ativa, porém desvinculada dos interesses da sociedade paraibana e de uma ordem e uma prática democrática etc. São posturas ineficazes que só aprofundam a crise", afirmam ainda os membros da chapa "Unidade e Luta".

A questão das vagas docentes na UFPB

Opinião, página 2

Cortes nas bolsas inibem pós-graduação

A pós-graduação está ameaçada. As medidas de contenção de despesas do governo Fernando Henrique Cardoso deverá penalizar ainda mais os professores universitários, além do arrocho salarial de três anos.

Em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, dia 14/11, a jornalista



Betina Bernardes afirma que a revisão dos critérios de concessão de bolsas de ensino e pesquisa provocará a redução de 12,5 das dotações para o ano de 98. O número total de bolsas de ensino e pesquisa foi reduzido drasticamente - 5 mil da Capes e 6 mil 250 do CNPq.

Página 3

Docentes assumirão GEAP na íntegra

Apesar de a diretoria da ADUFPB-JP ter lutado nos últimos três anos pela implementação da parcela da UFPB no convênio com o GEAP Saúde, os docentes continuarão a arcar com o percentual de 6,9% dos vencimentos para cobrir gastos com a saúde. Os docentes que já possuem convênio assinado com o GEAP repassarão 3,9% do salário para cobrir a parte que, contratualmente, deveria ser assumida pela instituição. Os interessados em manter o plano deverão procurar a SRH para assinar um termo de doação para a UFPB, que por sua vez repassará o percentual ao GEAP.

A direção da AD ainda busca uma forma legal para que a UFPB assumira sua parte no convênio e entende que, emergencialmente, os docentes que desejarem manter o Plano devem assinar a doação.

Página 5

Edição Especial

Na página 8: Estudantes entram na Universidade de forma fraudulenta

A questão das VAGAS DOCENTES na UFPB¹

José Ernesto Pimentel

Professor do Departamento de História da UFPB - Campus I

Os departamentos da UFPB surpreenderam-se com o panorama demonstrado estes dias pelo documento "Alocação de Vagas Docentes nas IFES". Em verdade, o documento não traz muitas novidades e não cremos que ninguém que tivesse acompanhado a discussão desde os debates sobre autonomia não esperasse coisas semelhantes ao que nele está tratado. Sua importância reside em fornecer um diagnóstico quantitativo (e passível de diferentes posicionamentos políticos frente a ele) de como o governo federal entende a realidade das IFES e apontar as ações que serão tomadas pelo MEC/ANDIFES para enfrentar a conjuntura que ora vivemos.

O documento traz quatro cenários (C I; C II; C III e C IV) montados pelo MEC, baseando-se nas *vagas atuais* das Instituições Federais de Ensino Superior (QDA - Quantitativo Docente Atual) e no *número ideal* para as mesmas (NQD - Novo Quantitativo Docente). Na fórmula de cálculo do MEC, leva-se em conta as seguintes variáveis:

os coeficientes diferenciados para cada área de conhecimento, no que diz respeito ao ajuste no número de alunos e a relação aluno/docente nas IFES;

o número de alunos de graduação, mestrado e doutorado.

O MEC considera ainda uma outra alternativa de cálculo, a qual foi feita pela ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das IFES), porém, retira dela o percentual de "acréscimo de quinze por cento relativo à necessidade de qualificação do corpo docente". A partir deste cálculo, vislumbra-se dois cenários (C 0I; C 0II).

De forma indireta, está presente um corte futuro em gastos no financiamento da qualificação docente, já que a base do cálculo do número de vagas docentes não levará em conta este percentual da ANDIFES. Em outras palavras, cada dia será mais difícil o financiamento de qualificação docente, caso seja implantada esta base de cálculo. O documento, pelo seu caráter técnico, não justifica a desconsideração deste percentual de 15%. Naturalmente, que a decisão está em acor-

do com a política de corte de orçamento ora em curso.

A diferença entre o cálculo do número ideal (NQD) do MEC e o da ANDIFES, reside também no fato de que a ANDIFES realizou uma base de cálculo bastante complexa, que leva em conta diversos aspectos como: os cursos de especialização (que estão ignorados pelo MEC), o percentual de acréscimo por titulação, o conceito de avaliação institucional da CAPES, etc

Os Quadros MEC/ANDIFES e a UFPB

A UFPB e a UFRN são as duas universidades mais propícias a perderem vagas. A UFPB possui hoje 2 494 *vagas ocupadas*. Ela tem direito a preencher 514 vagas, das quais temos a ocupação temporária, através de substitutos, de 249 delas. Assim há, pelos padrões atuais, a necessidade de reposição de 265 vagas. Isso conforma um Quantitativo Docente Atual (QDA) de 3 008,

IFES	UFPB (B2S1)	UFRN (B2S1)	UFF (B2S1)	UFMG (B2S1)	UFAL (B2S1)	UFMS (B2S1)	FUFMS (B2S2)	UFRN (B2S2)
Vagas n-ocup.	514	434	419	567	185	156	37	154
Substitutos	249	145	208	246	122	152	225	206
Vgs. ocupadas	2 494	1 525	2309	2394	903	1137	784	1034
% sub/vgs. ocup.	9,98%	9,5%	9%	10,27%	13,5%	13,36%	28,33%	19,92%

A situação B2S1 identifica sobretudo o problema com quadro efetivo de professores, o que fica claro a partir da ação proposta para a IFES em B2S2, que traz uma distorção tanto nas vagas ocupadas com efetivos como nas vagas preenchidas por substitutos. Como as demais universidades não aparecem com excessos de professor efetivo em escala tão alta quanto a da UFPB, para a situação B2S2, o corte drástico advém sobre os substitutos.

Em situação B2S2 mostramos na tabela anterior os exemplos da FUFMS e da FUFMT. Em relação a estas IFES, o documento afirma que "deverão imediatamente rescindir os contratos de substitutos que excedam aos QDA's" (Grifo meu).

Mediante o exposto, tendemos a crer que a ação a ser tomada pela IFES em acordo com o MEC, dependerá da relação proporcional entre quadro efetivo e quadro de substitutos. Não haveria intenção em extinguir os contratos temporários dos substitutos, e sim estabelecer uma percentagem equilibrada de pre-

Todavia, na avaliação do MEC, importa o Novo Quantitativo Docente (NQD) a partir do qual se propõe um *número de vagas ideal* que varia de 1 908 (pelo cálculo mais pessimista consignado no cenário I) a 2 298 (cenário 0II, extraído do cálculo da ANDIFES sem o percentual de 15% de acréscimo para qualificação docente).

Com isto, a UFPB enquadra-se na situação B2S1, onde o MEC imporá a perda imediata das 265 vagas a que teria direito. Estas vagas, então, não seriam mais repostas. Em seguida o documento afirma que tais universidades em B2S1 "deverão submeter-se ao Programa de Metas para a médio prazo adequarem não só os seus substitutos como os cargos ocupados".

A situação da UFPB em relação ao número de substitutos demonstra equilíbrio, mesmo se compararmos com outras IFES em B2S1, como podemos ver pela tabela abaixo:

sença deste tipo de contrato, mesmo em casos em que o "excesso" de quadro seja de grandes dimensões como avalia o MEC para a UFPB².

Essa lógica parece partir do pressuposto de que o corpo docente temporário não necessita de investimento em qualificação, já que não há nenhum compromisso da instituição para com ele. Ora, é óbvio que o docente de contrato efetivo é mais dispendioso na ótica estreita de corte de orçamento. Além disso, o substituto é uma categoria que possibilita uma mobilidade de pessoal docente a qualquer IFES, em qualquer tempo. Portanto, cremos que seja interesse do MEC manter os substitutos mesmo em instituições "enxutas", já que constitui uma reserva ajustável conforme a avaliação da instituição junto ao Ministério.

Tomemos o caso da UNB, considerada uma instituição carente de vagas. Ela possui 1314 vagas ocupadas e 219 substitutos. O MEC não precisa ser consultado para que a UNB contrate substituto. Assim, a UNB deverá ficar com algo

em torno de 300 substitutos, o que resultará num percentual de 13,14% do seu total de vagas.

A partir de uma "reserva" de vagas preenchidas por substitutos, o MEC pode recomendar a redução de quadro para uma dada instituição, numa dada época, sem grandes "traumas" jurídicos e orçamentários.

Naturalmente, diante da proposição do "Programa de Metas", vem a pergunta: qual a proporção de corte que nos atingirá? Isto não está dito no documento. Mas há uma proposta da UFG expressa em documento de seu Vice-Reitor que diz que a universidade em desajuste, seja no sentido positivo, seja no negativo

deveria receber uma análise especial por uma Comissão MEC/ANDIFES que faria uma verificação do volume de atividades desenvolvida pela instituição e traria um conjunto de ações que, se aprovadas pela IFES, deveriam ser implementadas. Nesses anos iniciais o número de docentes poderia reduzir ou aumentar, de um ano para o outro, em uma instituição, de no máximo 5%³, em função da aplicação do Modelo.⁴

O Modelo mencionado parte de estudos da própria Universidade Federal de Goiás e propõe variáveis de quantificação mais abrangentes que as do MEC.

Cremos que o "Programa de Metas" atingirá os substitutos, mas deverá visar sobretudo o quadro efetivo da UFPB. Estamos, portanto, no mesmo barco turbulento. sujeitos aos cortes de orçamento da política liberal e anti-global de FHC. Digo anti-global, dado o nível de qualificação e investimento em educação que se exige nos tempos de hoje, o que demonstra a "sinuca de bico" da política econômica vigente.

João Pessoa, 09 de novembro de 1997.

¹ Comentário sobre o documento "Alocação de vagas docentes nas IFES" o qual foi produzido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto em outubro de 1997.

² Tomando por base um percentual de 10%, o número "ideal" de substitutos na UFPB, dentro da lógica governamental aqui exposta, deve estar entre 190 (para C I) e 230 (para C 0II). Isto é um pouco menos do que o número atual que é de 249. A redução imediata de 5% implicaria na rescisão (ou não-renovação) de 12 ou 13 contratos. É evidente que isso depende também de uma decisão interna da Administração da Universidade.

³ Na UFPB, isso representaria no primeiro ano, ter que se desfazer de 125 vagas ocupadas por efetivos. Os cortes continuariam ano a ano até atingir o NQD indicado.

⁴ Nelson Cardoso Amaral, Modelo para alocação de docentes entre as IFES - princípios. Em virtude do pacote de FHC, este percentual parece deveras otimista.

Cortes do governo atingem 11 mil bolsas de ensino no país

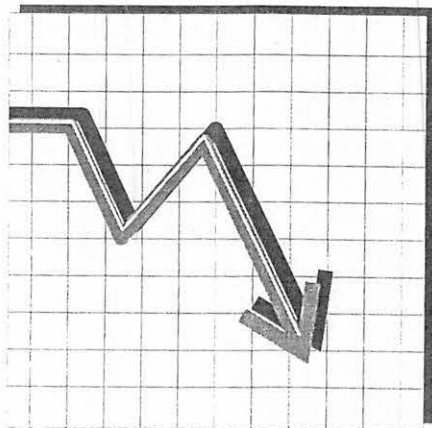
Meta é "economizar" R\$ 100 milhões no orçamento de 1998

Um total de 11.250 bolsas - 5.000 da Capes e 6.250 do CNPq -, poderão ser cortadas em 98 por causa da revisão, anunciada pelo governo, dos critérios de concessão de bolsas de ensino e pesquisa, com redução de 12,5% das dotações do próximo ano. Com o corte previsto no pacote anunciado no início de novembro, o governo federal, segundo previsão, pretende economizar R\$ 100 milhões.

Essa redução, segundo informações do Ministério do Planejamento, deverá ser feita em cima do Orçamento que já está no Congresso Nacional.

O orçamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) encaminhado ao Congresso para 98 já tem um corte de R\$ 40 milhões (cerca de 12%) nas bolsas em comparação ao que terá sido executado até o final deste ano. "Prefiro entender que quando eles (a área econômica) estão falando em redução de 12% seja essa redução que já está no Orçamento, porque mais 12,5% em cima disso significaria mais R\$ 36 milhões", declara Abílio Baeta Neves, presidente da Capes e também secretário de Educação Superior do MEC.

A previsão do orçamento de bolsas da Capes que está no Congresso para 98 é de R\$ 350 milhões. Este ano, o orçamento de bolsas executado até dezembro terá sido de R\$ 390 milhões.



A Capes tentou reverter no Congresso Nacional, por meio de emendas, essa diferença que atinge R\$ 40 milhões. "Nós estávamos tentando reverter esse corte no Congresso, inclusive conseguimos aprovar uma emenda para recompor os R\$ 40 milhões. Agora vamos ver, perder mais 12,5% é complicado", afirmou Neves.

As bolsas da Capes são basicamente para inscritos em cursos de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

Atualmente cerca de 21 mil bolsistas estão

sob a responsabilidade da coordenação. O valor pago na bolsa de mestrado é de R\$ 752 e na de doutorado, R\$ 1.070. "Esse foi o número de bolsistas que a Capes pode manter com o orçamento deste ano. Seja começo 98 com 12% cortado e depois mais 12,5%, significaria redução de cerca de 5.000 bolsas", revelou o presidente da Capes.

CNPq - Com um orçamento de R\$ 463 milhões em bolsas de pesquisa e formação de cientistas para o ano que vem, juntamente com a Capes, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é o principal órgão para quem pretende obter uma bolsa de ensino ou pesquisa no país.

Em relação ao orçamento executado este ano, o corte determinado pelo governo federal já havia sido de R\$ 26 milhões.

O CNPq, segundo informações prestadas pela assessoria do órgão, havia solicitado uma expansão do número atual de bolsas concedidas (50 mil). Se forem cortadas 12,5% das bolsas, seriam 6.250 a menos em relação a este ano.

Ainda segundo a assessoria, o presidente do CNPq, José Galizia Tundisi, não vai comentar o corte até ser melhor informado pela área econômica sobre os efeitos das medidas do pacote anunciado pelo governo federal sobre sua área específica.

A bolsa ou a vida

Tadeu Antônio
de Azevedo
Melo

Professor do
Departamento
de Mecânica
da UFPB -
Campus I e
Tesoureiro da
ADUFPB-JP

Soluções democráticas:
quem se sentir prejudicado com
a crise das bolsas de valores,
pode se queixar ao Procon.

No princípio era a **bolsa** paterna, de onde parte do conteúdo, subtraído com destreza, propiciava, após comercialização com o bodegueiro da esquina, a degustação de picolés, bombons, chocolates e outras guloseimas. Constatado o delito e identificado o infrator, seguia-se a punição cujo aspecto físico era insignificante diante do caráter moral ressaltante. O fato de ter subtraído, do que era apenas suficiente ao coletivo familiar para satisfazer o deleite individual, era injus-

tificado e egoísta. Na sucessão da idade, outro prazer que o do paladar cresceu e se avolumou, tornando-se denunciador diante da presença da "moça" que, sob o olhar ávido dos homens e reprovação das mulheres, desfilava perfumada sobre o "trottoir", exibindo com transparência e exuberância as formas do seu corpo, enquanto disfarçava a sua inibição no ritmo da **bolsa** que rodava em uma das mãos. Desta vez as implicações fisiológicas foram insignificantes diante dos aspectos humanos envolvidos. O trabalho, acima dos objetivos imediatos, deve propiciar, de maneira ampla, o bem estar das partes envolvidas. Incentivar e cooperar com o desenvolvimento de profissões degradantes, não só tornaria a vida difícil, mas sobretudo, desumana.

No transcorrer do tempo, enfim, uma bolsa de valor. Bolsas destinadas a aquisição e transferência de conhecimentos. CAPES, CNPq e outros organismos, apesar de con-

dições limitadas, não só permitiram uma melhor e mais ampla formação profissional, como tomaram o vazio do bolso menos deserto. Não obstante a satisfação de alguns poucos, a grande maioria dos sem bolsa rapidamente encontraram um meio fácil de adquiri-la. Um esbarão proposital, em meio à multidão, em plena luz do dia, a fuga e o grito "pega ladrão", sob o olhar atônito dos transeuntes. De um lado a distribuição de renda realizada, do outro a decepção, a impotência, o medo do anônimo. Anônimo este que nem sempre se fazia necessário, bastava um lugar mais ermo, a ordem: a bolsa ou a vida e o intento realizado.

A compreensão dos problemas sociais e a perspectiva das soluções desses era o que propunha em 1994 o então candidato a presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Ao longo dos quatro últimos anos, entretanto, a verdade foi se revelando, e o engodo que a população fora vítima delineava-se cada vez em contornos mais nítidos. O recente episódio das bolsas de valores, se bem que devastador

para a economia brasileira, serviu, entretanto, para retirar a máscara do grande ilusionista e exibir a verdadeira face do plano real.

Na verdade, tal qual o pivete batador de carteiras, alguém em Hong Kong, de um só golpe, levou à bancarrota a sustentação da economia brasileira. Enquanto o grito "pega ladrão", era abafado pelos bajuladores de plantão, o Brasil, em uma mini saia verde amarelo, sob a batuta do ministro Pedro Malan, exibe suas pernas bronzeadas e roda a bolsinha na passarela da globalização com o intuito de atrair a grana dos especuladores internacionais.

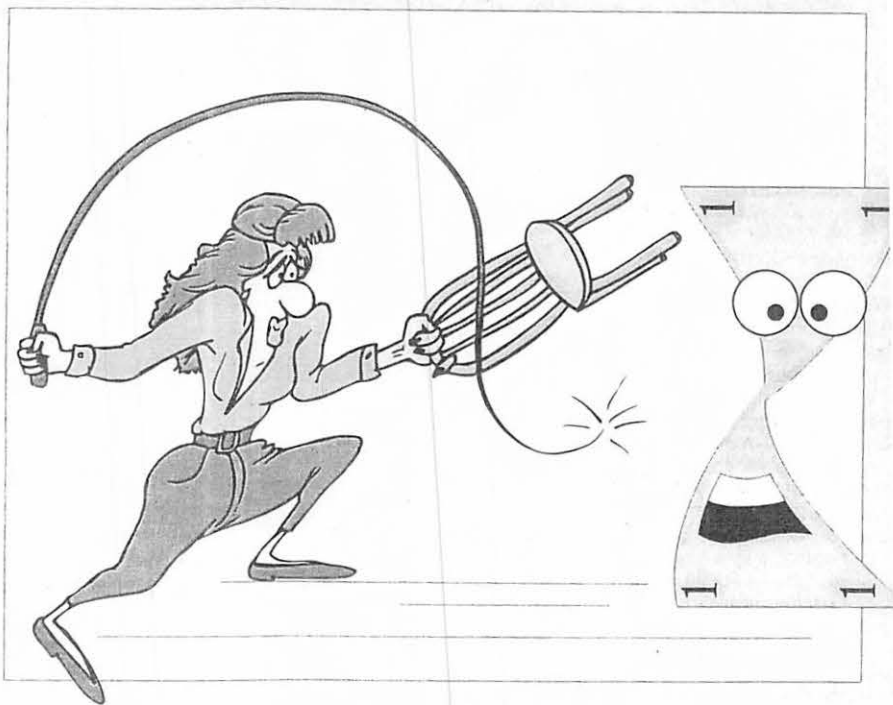
De todo este episódio, talvez permaneça a lembrança nostálgica da bolsa, pedaço de couro ou plástico, empregada unicamente para o transporte de utensílios de primeira necessidade ou a figura maternal da bolsa do canguru e do timbu, cuja principal finalidade é a proteção dos seus filhos, porém nunca a sua destruição.

Atraso da Pró-Reitoria no repasse de verbas prejudica bolsistas

Os bolsistas do Programa UFPB/PICD/CAPES estão recebendo a bolsa com atraso de pelo menos 6 dias, a exemplo do que aconteceu em outubro.

O dinheiro para os bolsistas é passado à Proplan - Pró-Reitoria de Planejamento -, pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Apesar de receber o dinheiro da Capes até o segundo dia útil, a Pró-Reitoria está repassando o dinheiro aos bolsistas com seis dias de atraso, segundo a doutoranda Maria Aparecida Ramos.

A Pró-Reitoria deveria repassar o dinheiro aos bolsistas até o quinto dia útil, o que não vem ocorrendo. Os bolsistas afirmam que o atraso tem trazido sérios problemas. Na última semana alguns bolsistas procuraram a Diretoria da ADUFPB-JP e solicitaram a interferência do sindicato na questão, objetivando encontrar uma solução para o problema da morosidade no repasse das verbas relativas às bolsas.



Problemas na Editora Universitária

Falta de pronunciamento do reitor Jáder Nunes é preocupante

Apesar das contundentes críticas feitas sobre o moroso funcionamento da

Editora Universitária nenhum procedimento foi ainda efetivado pela administração da UFPB. A direção da ADUFPB-JP, em contato com o reitor Jáder Nunes, levou a preocupação dos professores com relação aos problemas relativos às publicações na EdU.

As providências, ao que tudo parece, estão longe.

Uma das preocupações enfatizadas pela diretoria ao reitor disse respeito a uma publicação acontecida ainda durante o processo eleitoral para Associação Paraiwana de Imprensa (API). Segundo professores de História, a revista do Departamento ficou em segundo plano a uma outra publicação do livro do professor José Otávio de Arruda Mélo.

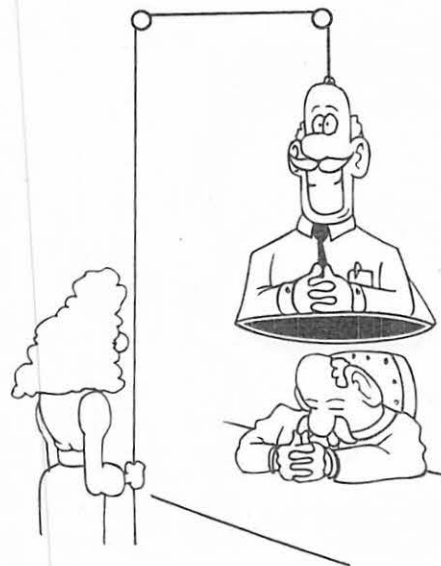
Tal livro foi confeccionado em tempo recorde em detrimento de uma série de publicações que estavam na fila de impressão. É importante ressaltar que o professor José Otávio integrava a Chapa InterativAPI, encabeçada pelo diretor da EdU, David Fernandes.

Na ocasião, o reitor estranhou a informação e garantiu que iria averiguar.

Até o momento, nenhuma resposta a solicitação feita pela ADUFPB-JP foi encaminhada pelo reitor. Por conta da demora em responder a esse e outros questionamentos, a diretoria da AD enviou ofício ao reitor no dia 08 de outubro e ainda aguarda resposta da administração.

Prioridade - A falta de prioridade de ações da Editora Universitária é um das grandes contribuidoras dos vários problemas de publicação. Apesar do excelente parque gráfico, informativos como o do NDIHR, órgão diretamente ligado à administração, continuam não sendo impressos na editora. A grande questão que se coloca é até quando tais situações vão perdurar.

Esta indagação é pertinente porque ainda se encontra sem resposta a denúncia de integrantes do NDIHR de que, apesar de pagas, algumas publicações tiveram número de exemplares impressos bem inferiores ao contratado. Todo este quadro de caoticidade carece de pronunciamento do reitor Jáder Nunes.



Professores continuarão a pagar 6,9% a GEAP

"Havendo o contábil da lei, desde que nós possamos buscar recursos específicos para o atendimento dessa demanda, ela é irrecusável. Porque a maneira como os professores e os funcionários estão sendo tratados, sem benefício de qualquer plano de saúde, à mercê deste descabimento que aqui está, é um absurdo".



Jäder Nunes - Candidato

Os professores da UFPB que fizeram a assinatura do convênio GEAP permanecerão a cobrir a totalidade do pagamento, ou seja, 6,9% do salário. De início, os entendimentos mantidos com a administração, gestão Neroaldo Pontes, da qual o atual reitor da Universidade - Jäder Nunes - fez parte como pró-reitor, a UFPB deveria arcar com 3,9% e os professores com 3%.

Durante a campanha eleitoral para reitor da UFPB o então candidato Jäder Nunes reafirmou que esta proposição deveria ser mantida na sua eventual vitória. Apesar da promessa de campanha, Jäder nunca colocou no orçamento da UFPB destinação de verbas para cobertura do plano de saúde GEAP.

Hoje o reitor alega impossibilidade legal da instituição

arcar com a sua parte no convênio com base na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, aprovada no final do ano passado.

O que se estranha contudo, é que antes da aprovação da LDB o reitor não tenha feito qualquer esforço mesmo tendo sido uma proposição de sua campanha a busca de verba para a cobertura do plano de saúde da Geap.

Servidores não-estáveis

Demissões podem atingir milhares de técnico-administrativos e docentes

A ANDES-SN, Fasubra Sindical e UNE estão convocando à Andifes, a entidade representativa dos dirigentes da IFES, à apoiar as ações da comunidade universitária contra o pacote econômico. As entidades sindicais entendem que não acatar a implementação das medidas nas IFES é um dever de todos os reitores comprometidos com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa nas instituições. A autonomia universitária é instrumento eficaz para barrar os cortes impostos pelo governo. É o momento de utilizá-la.

O corte de servidores nas universidades é uma intenção antiga do Governo Federal. Em visita realizada no ano passado, Vanessa Guimarães, Secretária de Ensino Superior do MEC, já alertava para o "excesso de docentes na UFPB". Na ocasião,



a representante do MEC considerava que a Universidade Federal da Paraíba tinha cerca de mil professores acima de suas reais necessidades.

Levantamento feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) indica que o número parcial de

servidores técnico-administrativos não estáveis nas IFES é de 13.706. Além do impacto social causado pelas possíveis dispensas, várias atividades dessas instituições seriam reduzidas ou até mesmo extintas. Como há também docentes não estáveis nas IFES, atividades de ensino, pesquisa e extensão poderão sofrer novo golpe se levadas a efeito as demissões.

Em ofício endereçado à Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesur), a Andifes comunica que seu conselho pleno considerou "inaceitável" a possível demissão de servidores que possam ser considerados não estáveis. Segundo os reitores, "as IFES teriam seu funcionamento profundamente afetado, inviabilizando suas atividades acadêmicas, técnicas e administrativas".

Oração aos dirigentes

Peço solução aos nekeynesianos, o governo pode resolver os males econômicos.

Peço solução aos neoliberais, caminhamos sozinhos sobre o espectro do mercado.

Peço solução para argumentar a lógica econômica, só há um pensamento, é o que deveria ser, só há uma realidade, merecer viver!

Peço aos dirigentes para agir, todos optam por ferramentas ou métodos, sem nenhuma ligação com o presente.

Eis-me penetrado de hipóteses para dirimir angústias, a murmurar pecados virtualizados, embora considere simplórias preces, nunca desconfio, nunca avalio algum meio de salvação.

No começo, o que me parecia universal, o direito de viver, no fim, é algo de muito particular, viver quando necessário ao lucro.

Quem não caminhar no realismo da suposição acabará por peregrinar no vazio da lógica, ladainha de oração desvalente.

Tudo, exceto a crise, é ilusão. "Mudaria a Oração ou mudei eu?"

João Luiz Fonseca dos Santos

Departamento de Administração
Campus I UFPB - JP



A Crise das Bolsas e o Plano Real

Jaldes Reis de Menezes

Professor do Departamento de História da UFPB - Campus I e ex-presidente da ADUFPB-JP

Na voragem dos fatos contemporâneos, dois acontecimentos últimos permitem retirar as análises sobre o rumos futuros da política no Brasil e no mundo da rotina sonolenta dos propagandistas regiadamente pagos - no campo da direita - ou das lutas internas marcadas por chavões e preconceitos advindos do arco da velha - no campo da esquerda que se recusa a pensar com autonomia. São eles: a vitória eleitoral da coigação de centro-esquerda na Argentina e, principalmente, a crise mundial das bolsas de valores.

A crise das bolsas parece dar razão, mais uma vez, às predições do velho Marx sobre a inevitabilidade das crises do capitalismo quando o capital afasta-se sem retorno da sua origem, a valorização pela forma do valor-trabalho, e se aproxima de seu conceito, o capital na sua forma de valor abstrato, o dinheiro. Esta lei do movimento do capital metaforoseia este em *capital fictício*, especulação, investimento de lucro fácil e imediato, mas, em contrapartida, improdutivo.

Não nos enganemos: a crise mundial das bolsas de valores, cujos números e amplitude estão na imprensa, - não cabendo repeti-los aqui - trará indelevelmente modificações de vulto no arranjo das relações internacionais entre as principais economias e entre estas e as economias periféricas, como a do Brasil. Vão se tornando insustentáveis as condições macroeconômicas do que os *technopols* do Banco Mundial chamam de ajustes estruturais das economias latino-americanas. Estes ajustes aconteceram em todos os países do continente, de maneira invariável e com suspeito sucesso, devido a necessidade dos Estados Unidos estancar a recessão interna do final dos anos 80, após o penúltimo levante das bolsas, datado de 1987. A necessidade de alavancar taxas crescentes de desenvolvimento econômico sustentável na maior economia do mundo, fez o governo americano adotar uma política de juros baixos, e os capitais sobressalentes dos fundos de pensão e bancos de investimentos passaram a girar o mundo em busca de "mercados emergentes" e irresponsavelmente desregulados.



Isto explica o essencial dos motivos do crescimento do fluxo de capitais para a América Latina em cinco vezes, desde 1990, comparativamente à década de 80. Assim fica clara a verdadeira origem e *âncora* do plano real: o capital especulativo internacional.

A história remota do capitalismo desde sempre ensina que os ciclos de especulação financeira têm por base a criação de uma dívida garantida por algum tipo de *âncora*. Desde as decorativas tulipas holandesas do século XVI até a atual dívida contraída pelo governo federal brasileiro na emissão de papéis da dívida pública, - lastreada pela paridade ou proximidade com o dólar -, em algum ponto da escalada especulativa a âncora explode e não segura o endividamento. Parece, no caso brasileiro, que estamos bastante próximos a este ponto.

O real é o dólar. Vincular a estabilidade da moeda nacional ao dólar - diretamente no caso da Argentina e indiretamente no Brasil - é embutir o colonialismo na moeda e aceitar como imperativo categórico uma irresponsável sobrevalorização cambial que vira o rosto para as duras condições advindas da história do capitalismo e mesmo da história econômica brasileira. Cria-se um círculo vicioso: manter o câmbio significa estrangular a capacidade exportadora, subsidiar o consumo perdulário das elites e agradar à especulação financeira. O orçamento público perde sua capacidade de investimento produtivo e social e é transferido para a rubrica dos encargos financeiros. Este círculo vicioso, cedo ou tarde, declina. E sobrevem a crise.

Estudante da UFPB ganha prêmio da CNPD

O estudante de medicina da Universidade Federal da Paraíba Lenine Angelo Alves Silva, recebeu no último dia 20, em Brasília, o prêmio do I Concurso Nacional de Monografia sobre População e Desenvolvimento, promovido pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP).

Lenine foi o vencedor do concurso na Categoria III (Estudantes Universitários de Graduação) com a monografia "Níveis Re(cres)centes de Mortalidade por Acidentes e Violência em Adolescentes para O Brasil e Estados", trabalho realizado sob a orientação do professor Neir Antunes Paes, do Departamento de Estatística do CCEN/UFPB, responsável pelo projeto "Mortalidade Adulta no Brasil: Causas Diferenciais e Tendências", pesquisa que vem sendo realizada há dois anos com financiamento do CNPq, tendo o estudante como pesquisador-bolsista.

O trabalho destaca o perfil da mortalidade por acidentes e violências na adolescência ocorridos na década de 80 no Brasil e chama a atenção para o alarmante aumento da violência, denunciando as ineficazes medidas que se têm adotado para a prevenção de acidentes no país.

Além de uma bolsa do CNPq para continuar atuando como pesquisador no projeto do professor Neir Paes, Lenine, que já concluiu seu curso, receberá como premiação a publicação do seu trabalho em livro, numa co-edição do CNPD/FNUAP, juntamente com as monografias vencedoras das outras duas categorias do concurso, ou seja, Categoria Pós-Graduação e Categoria Profissional.



Recadastramento

Professores aposentados são considerados "fantasmas" por Bresser Pereira

Cerca de 400 professores aposentados da Universidade Federal da Paraíba foram considerados "fantasmas" pelo ministro Bresser Pereira, da Administração. A decisão chegou a causar pânico entre os docentes que temem ficar de fora da folha de pagamento do mês de dezembro.

A Diretoria do Sindicato dos professores da Universidade - ADUFPB-JP -, recebeu informações da funcionária Izaura, da Divisão de Pessoal Inativo e Pensionista da UFPB, que os professores aposentados foram considerados "fantasmas" por que, provavelmente, o Ministério da Administração perdeu, em Brasília, as fichas de cadastramento dos docentes.

O Siape - Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos, do Ministério da Administração, informou a Universidade que havia aposentados com ausência de cadastramento desde o dia 11 de novembro.

Os professores, entretanto, têm comprovação de que fizeram o cadastramento. É o caso da professora aposentada do curso de Letras, Sônia van Dijck. Ela queixou-se da ausência de informação sobre o problema. "A UFPB está com problemas de informações. Ela não informou a nenhum de nós, as vítimas, sobre o problema. Há um descaso de orientação



sobre este tipo de acompanhamento", disse a professora Sônia van Dijck.

Mesmo comprovando que fizeram o cadastramento, os professores aposentados tiveram até o dia 2 de dezembro para reconfirmar o cadastramento.

A Superintendência de Recursos Humanos garantiu à Diretoria da ADUFPB-JP que nenhum dos professores ficariam sem receber o salário de dezembro.

Dedicação exclusiva

Wojciech A. Kulesza
Professor do Centro de Educação da UFPB - Campus I

Faz quase três anos - mais de 1000 dias contam alguns - que não temos nenhum reajuste de salário. Mesmo levando em conta as eventuais promoções na carreira, tempo de serviço etc, estamos ganhando cerca de 50% menos. Ou seja, metade. Exatamente o que recebe a mais quem está no Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. E não se venha dizer que estamos manipulando índices: este é o cálculo por baixo, como todo mundo sabe. As perdas vão daí para cima.

No entanto, não parece que isto significou corte pela metade na comida, no som, na gasolina ou na cachaça (parou de beber?). Tá todomundo se virando. De costas para o público para atender ao privado. A racionalidade é esta: como me tiraram o adicional de RETIDE, eu tenho o direito de abrir mão da dedicação exclusiva ao ensino, pesquisa e extensão. A Universidade que se lixe. Uns até consideram que nem pra Universidade precisam vir. Não se ganha o suficiente para esses gastos supérfluos...

Como é que você está equilibrando suas finanças? Aonde? Se atentamos para as assembleias vazias, vemos que boa parte do corpo docente entrou nessa. Todos calados. absortos no trabalho privado. Assessoria, bar, agência, projeto, em todo tipo de negócio vende-se a força de trabalho para o mercado. E se não se pode dizer ainda que de modo exclusivo, garanto que se o faz de modo dedicado. Muito melhores as aulas nos cursinhos, as consultas nas clínicas, as operações nos hospitais, os projetos arquitetônicos, as representações nos tribunais, que o trabalho docente na Universidade.

Mas o pior é que a Universidade que nos elegemos, também tá nessa. Nós agora somos até fregueses da loja em que ela se transformou. O NPD é paradigmático nesse processo clientelista. A Universidade virou um grande provedor para o mercado. O complexo de falta de autonomia inculcado pelo atual governo foi assumido pela atual gestão. Mimesis? Projetos de todo tipo são desenvolvidos para carrear recursos. E, como acontece com as saídas individuais, as atividades fim da Universidade passam para segundo plano devido à dedicação total ao mercado.

Se pensamos em termos de globalização, podemos visualizar a redução de nossos graus de liberdade. A política neoliberal cravou um eixo em nosso mundo imprimindo apenas um sentido vertiginoso ao planeta. Concluiu-se, finalmente, a revolução

burguesa no Brasil. Gira, giramos, inelutavelmente, para garantir a acumulação do capital em determinadas partes do globo. E isso através da via preferencial da privatização de corpos e mentes. Quem dá mais? Ao nível institucional não se esboça qualquer resistência. Pior, relaxa-se sem gozar.

E não se pense que só o real é que rola nesse movimento frenético de privatização. Outros fetiches, além do dinheiro vivo, também concorrem para manter a ilusão do ganho. Assim, investe-se no diploma, no título, na posição, no cargo, em tudo aquilo que o mercado valoriza. Entra-se no jogo. E vale tudo. Não é à toa que a sociedade assiste hoje a uma desenfreada corrida atrás dos mais variados prêmios. Azar do viciado na roda da fortuna movida pela bajulação típica do arrivismo.

Ideologia é barra meu, como já diziam os roqueiros. No entanto, graças a coisas como teorias do capital humano, sabe-se reconhecer os limites dessa política acadêmica. Se quisermos escapar das atuais condições mínimas de reprodução, as quais estão levando rapidamente a Universidade à inação, urge superar esses limites. Ou melhor, precisamos detoná-los junto com a racionalidade que os informa. Não que a Universidade, historicamente, não tenha sido usada privatamente pelas oligarquias para seus exclusivos interesses. Mas a coisa agora é outra: sapientia aedificat!

Numa escalada irresponsavelmente estimulada pela atual administração universitária, estamos deixando de servir ao público para nos escravizarmos ao poder privado em geral do capital. Construimos cotidianamente nossa dependência destruindo nossos vínculos orgânicos com a sociedade. Tal como o país, estamos ficando cada vez mais vulneráveis às injunções externas da política econômica. A própria comunidade universitária rende-se à eficiência preconizada pela reestruturação produtiva. Terceiriza-se os serviços e transforma-se os alunos em clientes.

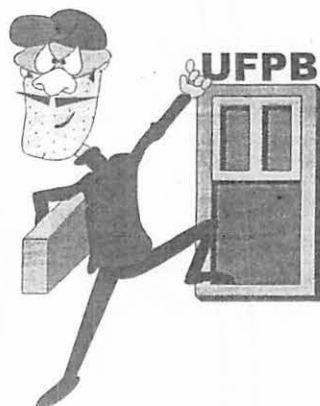
Logo, logo, no mercado, só restará a nós a clientela. Quanto é que eles vão pagar para nós? Sim, estudantes, vocês ainda vão ter de pagar pelas nossas aulas! Privatizou geral e a ÚNICA GRANA QUE SOBRARÁ PARA NÓS DO MERCADO ESTARÁ NOS BOLSOS DOS PAIS DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE. Serão eles que terão de arcar com nossos salários. Minguados recursos, parcos rendimentos. Num ensino público e gratuito, é através da descaracterização do público que se suprime a gratuidade. Meu caro colega, será que, tal como na competição capitalista, este é o preço da qualidade de ensino?

Burlando o Vestibular

Estudantes entram na UFPB de forma fraudulenta

A repercussão nacional, sobre maneira fraudulenta que estudantes encontraram para conseguir ingressar nas universidades federais, especialmente em cursos de Medicina em todo o país, sem passar pelo vestibular, é a pior possível. Mas na Paraíba, os subterfúgios encontrados por esses estudantes, conforme o periódico mensal publicado pelo Conselho Federal de Medicina, têm atingido proporções alarmantes.

Segundo o informativo oficial do CFM, a fraude, que tem contado com a colaboração de alguns parlamentares locais, consiste em o aluno matricular-se em escolas no Exterior, em especial em países como Colômbia ou Honduras, onde não há vestibular, ou em faculdades brasileiras cujo exame seja menos rigoroso e apresente menor relação estudante/vaga. Posteriormente, o estudante solicita transferência ex-officio para a universidade que pretende cursar, alegando ocupar cargo



público e ter sido transferido para a cidade onde se localiza a escola.

Ainda de acordo com o informativo do CFM, entre abril e julho deste ano foram protocolados na Universidade Federal da Paraíba 13 processos de pedido de transferên-

cia ex-officio, dos quais seis vêm de escolas de outros países latino-americanos. De acordo com a legislação que regulamenta tal procedimento, as transferências podem ocorrer em qualquer momento do período letivo e independem de vagas. Todos os pedidos foram indeferidos pela Reitoria da UFPB, mas os estudantes recorreram à Justiça para garantir a matrícula. Na maioria dos casos, a decisão tem sido favorável aos candidatos às vagas sem vestibular.

A situação chegou a tal ponto que o professor Eurípedes Sebastião Mendonça de Souza, coordenador do curso de graduação em Medicina da UFPB, encaminhou ofício ao Conselho Regional de Medicina da Paraíba informando sobre essa irregularidade. Levantamento feito pela Coordenação do Curso de Medicina mostra que, de forma geral, os alunos transferidos ex-officio apresentam os piores desempenhos acadêmicos.

UFPB recorre contra transferências ex-officios

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP espera que a Procuradoria Geral da UFPB tenha a mesma presteza em parar os processos de transferência ex-officio que tem com os processos trabalhistas do sindicato.

De acordo com o procurador da UFPB, Gil Messias, a universidade, adicionalmente, tem procurado dificultar as transferências de alunos em base em nomeações para cargos comissionados nas esferas Estadual e Municipal, uma vez que a legislação só ampara situações desse tipo para os servidores federais. Todos esses processos têm sido arquivados, ao longo do tempo, indefinidamente, de modo que a UFPB tem cumprido a sua parte, afirmou.

Segundo o procurador da Universidade, todas as transferências conseguidas até agora pelos alunos não prestaram o vestibular têm de ser anuladas através de decisões judiciais. "O Judiciário tem compreendido que, mesmo em se tratando de servidores nomeados para cargos comissionados nas esferas Es-

tadual e Municipal, eles teriam o benefício da Legislação para a transferência ex-officio enquanto estudantes.

O que a Universidade tem feito, revelou Gil Messias, é prestar as informações desses mandados de segurança, defendendo o seu ponto de vista de que esses estudantes não estão amparados pela Legislação. "Temos apelado para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região que, até o momento, tem, invariavelmente, proferido decisões favoráveis aos estudantes.

Ele revelou que têm ocorrido casos em que os alunos perdem na 1ª instância, mas ganham na 2ª instância. "E nós temos interposto recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça e estamos aguardando o julgamento do STJ sobre essas questões para que nós tenhamos uma posição quanto ao entendimento do STJ sobre essa matéria", disse ainda o procurador.

A Universidade, de acordo com Gil Messias, não teve ainda o retorno de nenhum dos processos que foram para o Superior Tribunal de

Justiça. Existem, inclusive, processos que já estão com há seis meses no STJ. "As transferências não são recentes mas como elas têm uma tramitação aqui, na 1ª instância, que às vezes demora meses, vai para o Tribunal Regional Federal, às vezes também demora meses, e depois sobem para o STJ, até chegar no STJ muitas vezes transcorre quase um ano. E até que o STJ julgue essas ações, muitas vezes ultrapassa o período de um ano".

Lei - O artigo 99, da Lei 8.112/90 - Regime Jurídico Único -, diz que esse direito, a transferência ex-officio, só caberia a funcionários públicos federais. "Nenhuma Legislação ampara esse tipo de transferência para os servidores estaduais e municipais. Entretanto, a Justiça tem entendido que esse benefício deve ser estendido aos servidores estaduais e municipais. A Procuradoria interpreta a Lei rigorosamente, entendendo que ela só beneficia os servidores federais, a partir do qual nós apelamos e recorreremos das decisões contrárias", declarou Gil Messias.

José Maria... profissão inativo

E agora como Drumond,
José e outros?

O trabalho findou,
a aposentadoria chegou,
a atividade sumiu,
o alunado desapareceu,
e agora, José?

E como ficou nisto tudo?
Você é inativo,
professor sem voz,
você que ensina,
que educa, silencia?
E agora, José?

Está sem profissão,
está sem público,
está sem reconhecimento,
já não pode comunicar,
já não pode educar,
a noite alongou,
o dia encurtou,
o salário baixou,
não veio o convidado
Pobre aposentado!
e tudo desativou
e tudo ensurdeceu
e tudo calou,
E agora, José

Autor: anônimo que tinha a fraqueza de reivindicar a sua existência como cidadão, designado pela presidência como responsável pelo déficit público, perdido no fundo desses poços de misérias e de desprezo onde vagueiam milhares de homens, sem conseguir alcançar a dignidade, angustiado, a ponto de cair na depressão e sendo sustentado apenas pela massa humana de inativos que teima em continuar a existir.

BOLETIM ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical NDES/Sindicato Nacional - Filiação a CUT Centro de Vivência/UFPB Cxa. Postal 5001 CEP 58051-970 - João Pessoa/PB Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375 E-Mail: adufbjp@terra.ndp.ufpb.br

Presidente: José Jonas Duarte da Costa
Vice-Presidente: Evanizo Roque de Arruda Jr.
Secretária-Geral: Mônica Nóbrega Corteletti
Tesoureiro: Tadeu Antônio de Azevedo Melo
Diretor de Política Sindical:

Simone Elisabeth Duarte Coutinho
Diretor de Polít. Educ. e Cient.: Judy Mauria Gueiros Rosas
Diretor de Política Social Lenilma Bento de A. Meneses
Diretor Cultural: Antonio Luiz de A. Gomes
Diretor de Imprensa e

Divulgação: Derval Golzio
Suplente de Tesouraria: Mª das Graças Nóbrega de Almeida

Jornalista Responsável Glaudene Nunes - DRT/PB
Diagram. e Edít. Eletrônica: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620 João Pessoa - PB Fone: (083) 982-3484/231-3945 Fone/Fax: (083) 231-1703